

**IMPACTO DO DIVÓRCIO PARENTAL
NO COMPORTAMENTO DOS FILHOS.
FACTORES QUE CONTRIBUEM PARA UMA MELHOR
ADAPTAÇÃO.
IMPLICAÇÕES MÉDICO-LEGAIS**

Ana Isabel Rodrigues Martins

Dissertação de Mestrado em Medicina Legal

2010

Ana Isabel Rodrigues Martins

**IMPACTO DO DIVÓRCIO PARENTAL
NO COMPORTAMENTO DOS FILHOS.
FACTORES QUE CONTRIBUEM PARA UMA MELHOR
ADAPTAÇÃO.
IMPLICAÇÕES MÉDICO-LEGAIS**

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre
em Medicina Legal submetida ao Instituto de
Ciências Biomédicas de Abel Salazar da
Universidade do Porto.

Orientador – Professora Doutora Joana Oliveira

Categoria – Professora Auxiliar

Afiliação – Universidade Lusíada do Porto.

Co-orientador – Professor Doutor José Pinto da
Costa

Categoria – Professor Catedrático

Afiliação – Universidade Lusíada do Porto

Resumo

Actualmente, assistimos a uma multiplicidade de estruturas familiares, sendo cada vez mais frequente o processo de divórcio. O processo de separação ou divórcio pode desencadear em todos ou parte dos membros da família dificuldades como sendo adaptação à nova forma de vida. Sendo a ruptura familiar nem sempre bem aceite pelas crianças, pode gerar algum desajustamento psicológico e emocional nas mesmas.

O objectivo deste estudo consistiu em analisar a vivência do processo de divórcio parental na perspectiva dos filhos, procurando perceber as repercussões em termos pessoais, desenvolvimentais, escolares e legais que a vivência deste acontecimento acarreta. Para o efeito, utilizou-se uma metodologia quantitativa com um plano quase-experimental, tendo-se comparado um grupo de filhos de famílias divorciadas com um grupo de filhos de famílias intactas. Foi ainda realizado um estudo qualitativo com o recurso a uma entrevista semi-estruturada junto da amostra de filhos de famílias divorciadas, de modo a perceber as repercussões deste acontecimento de vida. Participaram neste estudo 13 filhos de pais divorciados, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, um dos progenitores com idades que variam entre os 36 e os 49 anos e uma amostra de 14 crianças na mesma faixa etária dos primeiros, provenientes de famílias intactas. No que respeita ao nível sócio-económico da amostra total, a maior percentagem situa-se no nível médio-alto (37%).

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram o Youth Self Report (YSR, Achenbach, 1991) e a entrevista semi-estruturada sobre o divórcio no caso dos filhos de pais divorciados, respondendo um dos seus progenitores ao Child Behavior Checklist (CBCL, Achenbach, 1991) juntamente com um questionário sobre o processo de divórcio. Os sujeitos provenientes de famílias intactas apenas responderam ao YSR.

Os resultados, apesar de não se ter obtido diferenças estatisticamente significativas, sugerem que o processo de divórcio parental é vivenciado com algum desajustamento por parte dos filhos, principalmente nos meses consequentes, podendo em alguns casos estender-se por mais tempo. As principais repercussões, mais diferenciadas no YSR, são ao nível do Isolamento, Ansiedade/Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção e Comportamento Delinquente. Um elevado número de indivíduos refere o período imediatamente a seguir à notícia de divórcio como sendo difícil de ultrapassar, causando sentimentos de tristeza e incerteza face ao futuro das suas vidas. Na escola, um número elevado de sujeitos evidencia diminuição do rendimento escolar decorrente do processo de divórcio parental.

Palavras-chave: Divórcio, repercussões, alterações de comportamento, infracção à lei, delinquência, Justiça

Abstract

Nowadays, we assist to a multiplicity of family structures, being much more frequent family divorce. Separation process or divorce may trigger in all or part of family members difficulties, such as new life style adaptation. Considering that family rupture isn't always well accepted by children, it may generate some psychological and emotional desajustment.

This study aims to analyze the experience of parental divorce process by child perspective, trying to understand their personal, developmental, schoolar and legal repercussions. For this purpose, it was used a quantitative methodology with a quasi-experimental design, comparing a group of child from divorced families with a group of child from intact families. It was still done a qualitative study with a semi-structured interview along the sample of divorced family child, in order to understand this life event repercussions.

In this study participated 13 children of divorced parents, with ages between 12 and 15 years old, one of their parents with ages between 36 and 49 years, as a sample of unbroken families in the same age of the first group. Concerning the global sample socioeconomic level, the largest percentage is situated at medium-high (37%).

Instruments used for data collection were the Youth Self Report (YSR, Achenbach, 1991) and semi-structured interview about the divorce in the case of children of divorced parents, answering one of their parents to the Child Behavior Checklist (CBCL; Achenbach, 1991) and a questionnaire about the divorce process. The subject from intact families just replied to YSR.

The results, although statistically significant differences have'n obtained, show that parental divorce process is experienced with some mismatch by children, especially in the months consequential, which may in some cases extend over time. The main impact, assessed by YSR, are at the level of isolation, anxiety/depression, social problems, problems of attention and delinquent behavior. A large number of individuals referred to the period immediately after the news of divorce as being difficult to overcome, causing feelings of sadness and uncertainty for the future of their lives. In school, a high number of subject shows decline in yields school due to parental divorce process.

Keywords: Divorce, repercussions, behavior changes, breach of the law, delinquence, Justic

Agradecimentos

Ao Professor Doutor J. Pinto da Costa, pelo apoio, partilha de saber e as valiosas contribuições para o trabalho, a minha profunda admiração e gratidão.

À Professora Doutora Joana Oliveira, pela orientação.

Ao meu irmão pela presença e ajuda determinante neste trabalho tendo tornado possível continuar quando menos havia esperança.

Aos meus pais pelo incentivo e paciência. Estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida, e este não foi excepção. O meu reconhecimento eterno.

Ao Jorge pelo acompanhamento, e disponibilidade total e a todos quantos de alguma forma me ajudaram e incentivaram. Vocês sabem quem são!

À Escola S/3 de S. Pedro e ao Agrupamento Vertical de Escolas de Diogo Cão.

À Dra. Amélia, incansável na sua ajuda, obrigada pela disponibilidade total desde o primeiro contacto.

Índice

Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico	2
1.1 As origens do divórcio – uma visão sociológica	3
1.2 Impacto do divórcio nas crianças/famílias	9
1.3 Perspectivas clínicas do divórcio nas crianças	24
1.4 Relação pais – filhos pré/pós divórcio	30
1.5 A escola e o divórcio	35
1.6 Factores que contribuem para uma melhor adaptação	36
1.7 Implicações médico-legais	40
Parte II – Estudo Empírico	43
2.1 Metodologia	44
2.1.1 Objectivo do estudo	44
2.1.2 Hipóteses	44
2.2 Método	45
2.3 Amostra	46
2.4 Instrumentos de recolha de dados	50
2.5 Procedimentos	53
Parte III – Apresentação e discussão de resultados	54
3.1 Análise diferencial de dados	55
3.2 Análise qualitativa	63
Parte IV – Conclusões	87
Bibliografia	92

Índice de quadros

1. Caracterização da amostra	47
2. Caracterização de amostra da família divorciada	48
3. Caracterização do processo de divórcio	49
4. Caracterização da regulação do poder paternal (responsabilidades parentais)	50
5. Instrumentos de avaliação utilizados em função do tipo de família	51
6. Distribuição do YSR total em função do tipo de amostra	56
7. Teste do qui-quadrado para dimensões do YSR em função do tipo de família	56
8. Frequência e percentagem de sujeitos que pontuam nas dimensões do YSR na zona fronteira e patológica por tipo de família	57
9. Distribuição dos resultados do YSR e CBCL em função da dimensão	58
10. Resultado do teste não paramétrico de sinais de Wilcoxon para amostras emparelhadas	59
11. Dimensões do YSR distribuído por género e número	60
12. Comparação de síndromes entre YSR e CBCL	62
13. Explicitação do período em que decorreu o divórcio, por sujeito	63

Índice de figuras

1. Frequência de resposta definidora do conceito de família	64
2. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à constituição da família.	65
3. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à constituição da sua família.	65
4. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao conceito de divórcio.	66
5. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo sobre o motivo do divórcio.	67
6. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao dia-a-dia anterior ao divórcio.	68
7. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à reacção face à notícia do divórcio.	69

8. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo a quem falou sobre o divórcio.	70
9. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos pensamentos sobre a comunicação do divórcio.	71
10. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao número de vezes que falou sobre o divórcio.	72
11. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos sentimentos relativos ao divórcio.	72
12. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à concordância com o divórcio parental.	74
13. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à concordância com a regulação do poder paternal.	74
14. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao tratamento diferencial por parte dos outros pelo facto de ser filho de pais divorciados.	75
15. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao conhecimento de outros filhos de pais divorciados.	75
16. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao falar sobre o divórcio parental.	76
17. Frequência de respostas para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao falar sobre o divórcio com filhos de famílias intactas.	76
18. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos dias seguintes ao divórcio.	77
19. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à diferença em termos pessoais do divórcio	78
20. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo às áreas da vida que sofreram alterações.	79
21. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à mudança emocional.	80
22. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao rendimento académico pós-divórcio parental.	81

Anexos	101
Anexo 1 – Pedido de consentimento	103
Anexo 2 – Guião de entrevista ao filhos	107
Anexo 3 - Youth Self Report - YSR	115
Anexo 4 – Child Behavior Checklist - CBCL	125
Anexo 5 – Questionário socio-demografico/questões sobre o divórcio	135

Introdução

A incidência do divórcio e dos potenciais efeitos negativos daquele sobre as crianças, têm merecido atenção empírica e teórica desde há várias décadas (Johnston, 2000; Kelly, 2002; Mason, 1999 citados por Mitcham-Smith & Henry, 2007).

A razão que motivou o estudo deste tema foi despoletada pelos numerosos casos de divórcio e de instabilidade familiar cada vez mais sentida na actualidade. E quando se fala em divórcio é inevitável falar nas consequências e repercussões que este processo pode ter nos seus intervenientes, em particular nos filhos na infância, quando não são asseguradas as condições que possibilitem a integração no seu processo de vida.

Por todo um conjunto de especificidades e particularidades associadas ao processo de divórcio, e pela cada vez maior frequência deste fenómeno nos nossos dias, considerou-se pertinente conhecer com maior proximidade como são experienciados estes processos por parte de filhos de pais que se separam.

Foi neste contexto que a presente investigação surgiu, tratando-se de um estudo de carácter exploratório, através do qual se tentou fazer uma recolha bibliográfica sobre o assunto para nos permitir compreender como o divórcio actua na vida dos filhos dos pais que passam por este processo.

A presente dissertação está estruturada em dois grandes capítulos: enquadramento teórico e estudo empírico. No enquadramento teórico será apresentada uma contextualização do divórcio na sua vertente sociológica, o impacto deste no comportamento das crianças, as perspectivas clínicas do divórcio nas crianças, a relação pais/filhos no período pré/pós divórcio, a escola e o divórcio, os factores que contribuem para uma melhor adaptação e por fim as implicações médico-legais. Todas as temáticas serão abordadas tendo por base os vários autores que reflectiram sobre o divórcio, a nível nacional e internacional. No estudo empírico serão apresentadas as questões de investigação que orientaram a pesquisa, seguindo-se a exposição detalhada da metodologia utilizada, a apresentação, e análise dos dados obtidos através das entrevistas e questionários realizados.

Por fim, faremos uma reflexão sobre os resultados obtidos, com maior incidência nos factores que possam ajudar na compreensão e entendimento deste processo.

PARTE I

Enquadramento teórico

1.1. As origens do divórcio – uma visão sociológica

Nas últimas décadas a família sofreu grandes rupturas caracterizadas pelo aumento do divórcio, taxas de coabitação pré-nupcial e aumento do número de filhos em famílias reconstituídas (Amato, 2000).

Amato (2009) citado por Sun & Li (2009) estima que grande percentagem das crianças passarão pela experiência do divórcio ou separação dos pais antes que atinjam a idade adulta e muitas delas ainda encontrem vários desafios como sejam adaptação a novos parceiros dos progenitores e regulação do poder paternal (responsabilidades parentais) (Bumpass, Raley, & Sweet 1995; Weissbourd, 1994 citados por Sun & Li, 2009).

A separação tem vindo a tornar-se cada vez mais prevalente na nossa sociedade, afectando de modo significativo todas as partes envolvidas, sobretudo as crianças. Vários estudos nos EUA e na Europa estimaram que 30 a 50% das crianças sofrem com as consequências da separação; e taxas semelhantes foram relatadas na Argentina (Eymann, Busaniche, Llera, De Cunto & Wahren, 2009).

A incidência do divórcio e do potencial negativo dos efeitos deste sobre as crianças têm merecido atenção empírica e teórica desde há várias décadas (Johnston, 2000; Kelly, 2002; Mason, 1999 citados por Mitcham-Smith & Henry, 2007).

O divórcio é um acontecimento complexo que pode ser visto a partir de múltiplas perspectivas. A investigação sociológica tem-se concentrado principalmente nos preditores de ruptura conjugal, como sendo a classe social, raça, e idade do primeiro casamento (Bumpass, Martin, & Sweet, 1991). A investigação psicológica, em contraste, tem-se centrado na dimensão conjugal de interacção, como a gestão do conflito (Gottman, 1994 citado por Amato & Previti, 2003), ou sobre as características de personalidade, tais como o comportamento anti-social ou afecto negativo (Leonard & Roberts, 1998 citado por Amato & Previti, 2003).

Pedro-Carroll (2005) citado por Chen & George (2005) declarou que, nos Estados Unidos, a mudança mais dramática que está a modificar a vida familiar contemporânea é o divórcio.

Durante muitos anos, a taxa de divórcio nas sociedades ocidentais tem aumentado constantemente, ou permaneceu estável num nível elevado, com o divórcio a ocorrer em 30-50% dos casamentos na Europa (Eurostat, 2001, citado por Bodenmann *et al.*, 2007) e 40-50% dos casamentos no Estados Unidos (Bramlett & Mosher, 2002).

O divórcio foi legalizado em Portugal em 1910, menos de um mês após a proclamação da República, com o Decreto de 3 de Novembro daquele ano. Marido e

mulher terão desde então o mesmo tratamento legal, quanto aos motivos de divórcio e aos direitos sobre os filhos. A esposa deixa de ter o dever de obedecer ao marido. O adultério é crime, mas não se distingue o cometido pela mulher ou pelo homem. Contudo, a Concordata assinada com o Vaticano em 1940 retira, dos que se casem na Igreja Católica, o direito de se divorciar – restrição que será revogada em 1975 (Leitão, 2009).

O divórcio tem sempre na sua base uma causa. Assim no que respeita à evolução histórica do divórcio no Direito Português, à data supracitada inicialmente existiam causas legítimas de divórcio litigioso. Mais tarde e já no Governo de Salazar, surge o CC de 1966 a estabelecer novos artigos em substituição de outros. Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 surgem três diplomas que vão sucessivamente alterando as causas de divórcio (Leitão, 2009).

Entre 2000 e 2007, registou-se um crescimento de 19.643 para 25.255 divórcios (mais 33%), segundo o Instituto Nacional de Estatística. Já os casamentos registam uma quebra de 27% face ao mesmo período (Instituto Nacional de Estatística, 2010).

Têm havido estudos que pretendem desmistificar os efeitos negativos do divórcio sobre as crianças. Os autores Stewart, Copeland, Chester, Malley e Barenbaum (1997) esclarecem que as crianças devem manter laços estreitos com o progenitor sem a guarda e consideram que os conflitos entre os pais são sempre prejudiciais para as crianças. No entanto, a noção “popular” de que as rotinas regulares e autoridade firme, por parte do progenitor detentor da custódia parental são essenciais, foi contestada pelos autores. De facto, muitas crianças experimentaram uma maior segurança e bem-estar, com horários flexíveis, excepto quando seus pais estavam envolvidos em conflito.

Graaf e Kalmijn (2006) distinguem três tipos de motivos que levam ao divórcio: as questões relacionais, os problemas comportamentais e os problemas sobre o trabalho e a divisão do mesmo. Observam três tendências importantes: a normalização do divórcio, a “psicologização” dos relacionamentos, e a emancipação das mulheres. Motivos graves para o divórcio considerados temporalmente, como a violência e infidelidade, tornaram-se menos importantes.

No que diz respeito a teorias explicativas dos motivos que levam ao divórcio, durante muitos anos assumiu-se que o *stress* era o elemento primordial para a dissolução (Hill, 1958; McCubbin & Patterson 1983 citados por Bodenmann, *et al.*, 2007).

Karney e Bradbury (1995) colocam a hipótese de que os problemas conjugais e dissolução emergem a partir da combinação de: (a) vulnerabilidades duradouras (traços de personalidade, como neuroticismo, a família de origem turbulenta); (b) eventos stressantes; (c) baixos níveis de processos adaptativos (a incapacidade de empatia e apoio do parceiro, hostilidade e poucas habilidades de resolução de problemas). De acordo com este modelo de *stress* – vulnerabilidade – adaptação, a probabilidade de

angústia e a dissolução conjugal aumentam à medida que os cônjuges, que partem para o casamento com um elevado grau de resistência e vulnerabilidades, formam casais com pobres processos adaptativos que possuem à partida e que posteriormente, encontrem níveis elevados de *stress* sendo que a qualidade conjugal se deteriora após os eventos de vida aguda. Esta deterioração é especialmente provável com níveis de *stress* consideráveis.

Embora a acumulação de *stress* tenha sido assumido como um gatilho de imediato, o nível de *stress* no quotidiano em geral, foi assumida como uma razão mais duradoura para o divórcio do que a deterioração da qualidade conjugal, levando a alienação mútua e crescente risco de divórcio. Com condições facilitadoras, como, um novo companheiro, independência económica, existência de uma rede social, ausência de crianças e diversos outros condicionalismos supõe-se que essa acumulação de *stress* é um desencadeador provável que conduz os cônjuges que se sentem infelizes a acabar com o seu casamento (Bodenmann, 2000 citado por Bodenmann *et al.*, 2007).

Também a falta de compromisso e a alienação emocional são apontados como principais motivos para a dissolução do casamento, mostrando que resultados adversos podem estar relacionados com os défices de competências centrais como a comunicação e a resolução de problemas (Bodenmann *et al.*, 2007).

Estes resultados também são consistentes com Kozuch e Cooney (1995) e Schwartzman, Shatman e Schinke (1993) citados por Bodenmann *et al.* (2007) que referem que o distanciamento emocional (falta de apoio emocional, falta de interesses comuns, a incompatibilidade e a falta de comunicação) são mais frequentemente apontados como causas de divórcio, do que problemas como o alcoolismo ou abuso físico. A rotina que se instala no quotidiano é também uma importante razão para a decisão de divórcio. Isto é consistente com Bodenmann e Cina (2006) citado por Bodenmann *et al.* (2007) ao mostrar que o *stress* diário foi um preditor confiável de divórcio.

Bodenmann (2000) citado por Bodenmann *et al.* (2007) no seu estudo concluiu que os participantes relataram a acumulação de *stress* no dia-a-dia como um motivo para o divórcio mais relevante do que apaixonar-se por outra pessoa, sofrer violência pelo parceiro, ou mesmo vivência de grandes eventos específicos da vida.

Indivíduos cujos pais se divorciaram, também são mais propensos a ter opiniões favoráveis ao divórcio, comparativamente a indivíduos cujos pais permaneceram casados (Amato, 1988; Amato & Booth, 1991; Trent & South, 1992 citados por Kapinus, 2004).

Embora a ligação entre o divórcio parental e atitudes favoráveis dos filhos em relação ao divórcio seja consistente na literatura, há relativamente poucos estudos que estudam o efeito das atitudes dos jovens adultos para o divórcio face à visão dos seus

pais. A pesquisa sugere que filhos e filhas reagem ao divórcio de forma distinta, portanto, as condições que cercam o divórcio podem influenciar de forma diferente mediante o gênero. Também os filhos são mais propensos do que as filhas para responder ao conflito parental, agindo agressivamente (Chase-Lansdale & Hetherington, 1990 citado por Kapinus, 2004). Além disso, outra consequência do divórcio dos pais para as crianças é proximidade reduzida com os pais (Furstenberg & Cherlin, 1991 citado por Kapinus, 2004). Muitas crianças perdem o contacto com os pais após o divórcio, e também aqui os filhos podem reagir de maneira diferente de acordo com o gênero (Kapinus, 2004).

Existe algum suporte empírico para a noção de que as atitudes por parte dos filhos, favoráveis ou não para o divórcio, estão relacionadas com os resultados dos seus pais. A influência dos pais na atitude dos jovens adultos para o divórcio pode ser uma razão pela qual as crianças, filhas de pais divorciados, são mais propensas a ver o fim do seu próprio casamento (Kapinus, 2004).

Existe um período crítico nos anos finais da adolescência quando muitos namoram e suas noções de casamento e vida familiar estão a formar-se. As atitudes dos pais para o divórcio parecem ser mais evidentes durante este período de desenvolvimento (Kapinus, 2004).

Existem diferenças de gênero no efeito das atitudes dos pais sobre as opiniões de jovens adultos sobre o divórcio mas os pais influenciam mais sobre as opiniões das filhas acerca do divórcio. No entanto, as mães têm menos influência sobre atitudes dos filhos comparativamente aos pais. Isto é consistente com outras pesquisas que consideram que as mulheres são mais susceptíveis de expressar opiniões favoráveis que os homens; filhos e filhas podem ter reacções diferentes ao divórcio (Kapinus & Johnson, 2002 citado por Kapinus, 2004).

As consequências do divórcio foram piores para os rapazes do que para as raparigas (ChaseLansdale & Hetherington, 1990 citado por Kapinus, 2004), embora outros pesquisadores advirtam que o efeito do divórcio sobre as filhas pode ser menos evidente por internalizarem a sua angústia (Furstenberg & Cherlin, 1991 citado por Kapinus, 2004). Futuras pesquisas devem continuar a analisar as diferenças de gênero nas reacções ao divórcio dos pais.

Filhos e filhas podem ter interpretações diferentes das condições em torno do divórcio (Kapinus, 2004).

Amato e Rodgers (1999) sugerem que a transmissão intergeracional de divórcio pode operar através da influência dos pais sobre as atitudes dos jovens adultos. Pesquisas anteriores indicaram que as pessoas com visões favoráveis ao divórcio têm níveis mais baixos de satisfação conjugal e são mais propensas ao divórcio.

Kapinus (2004) indica também que os jovens adultos, que passaram pelo divórcio dos seus pais, são mais propensos a atitudes favoráveis ao divórcio, embora isso seja mais verificável para o género feminino.

Já Axinn & Thornton (1996) citado por Kapinus (2004) concluíram que as mulheres que possuem atitudes favoráveis ao divórcio não são mais nem menos propensas a casarem-se. Por outro lado, homens que têm atitudes favoráveis ao divórcio são menos propensos a casarem-se. Este linha de pesquisa sugere que as atitudes em torno do casamento, família e divórcio dos jovens adultos em conjunto com uma trajectória de vida através da qual a escolha de amigos, actividades, estilo de vida e relacionamentos íntimos, reforçam as suas atitudes e contribuem para a dissolução do casamento.

Amato e Keith (1991) e Emery e Forehand (1994) citado por Chen e George, (2005), afirmaram que os filhos de pais divorciados têm mais dificuldades iniciais com um número de dimensões psicossociais que as crianças de famílias intactas.

Muitos adultos têm dificuldade, por isso não é surpreendente que as crianças possam ter problemas com a transição de uma família intacta para uma família monoparental. A pesquisa actual em matéria de divórcio, colocou uma atenção especial em factores positivos que irão reforçar a resiliência das crianças e ajustamento positivo e diminuir o comportamento negativo e mal-adaptativo, (*c.f.* cap. 6) dando resposta à especulação comum que as crianças de famílias de divórcio são vulneráveis exibindo sempre um comportamento problemático (Kalmijn & Van Groenou, 2005).

Existe discordância sobre a relação entre o divórcio e integração social. Uma hipótese possível é que o divórcio só leva ao desaparecimento da relação conjugal, sem consequências para a integração social em outros domínios da vida. Outra possibilidade é que o divórcio não é simplesmente a fim da relação conjugal, mas também uma experiência que isola as pessoas dos contextos em que foram incorporados quando casados (Jacobson, 1983 citado por Kalmijn & Groenou, 2005). Uma terceira opção é que as pessoas activas divorciadas respondem ao seu divórcio através da reconstrução das suas redes e vidas sociais, de modo a compensar a perda do cônjuge (Gerstel, 1988a citado por Kalmijn & Groenou, 2005). A relação entre divórcio e principalmente de integração tem sido estudada na literatura psicológica sobre os eventos stressantes da vida. Nessa literatura, a integração social tem sido considerada como uma maneira de lidar com as consequências psicológicas negativas do divórcio (Kitson & Morgan, 1990; Miller, Smeglia, Gaudet, & Kitson, 1998 citados por Kalmijn & Groenou, 2005).

Segundo Beck-Gernsheim (2007) a ideia de divórcio é de um ciclo onde a estrutura familiar de origem afecta a formação de união conjugal e estabilidade, considerando que os filhos de pais divorciados estarão mais propensos a terminar os

seus próprios casamentos do mesmo modo, designadamente através do divórcio. Esta transmissão de “atitude favoráveis ao divórcio” de uma geração para a próxima tem sido amplamente documentada por estudos empíricos.

1.2. Impacto do divórcio nas crianças / famílias

McLanahan e Sandefur (1994) citado por Houseknecht e Hango (2006) afirmam que mais de metade das crianças nascidas em 1992 passaria a totalidade ou parte da sua infância separadas de um dos seus progenitores, geralmente o pai. O impacto da ruptura conjugal na criança, o ajustamento emocional, a auto-imagem, o rendimento familiar, a delinquência juvenil, a monoparentalidade, o desempenho escolar e o impacto do divórcio parental em futuras relações dos filhos, têm sido um tema de grande interesse entre os estudiosos da família.

Associado ao divórcio parental, está o conflito parental, como causador de aspectos que influenciam o bem-estar da criança, incluindo transtornos na conduta, ansiedade e agressão (Grych & Fincham, 1990).

Para Amato (2000), o divórcio tem consequências negativas para ambos os cônjuges envolvidos bem como para os seus filhos.

Segundo Holley, Yabiku e Benin (2006) a elevada prevalência de divórcio e as consequências negativas a ele associadas, conduzem a muitos estudos dedicados à compreensão dos factores que o desencadeiam.

Diversas características como raça, etnia, a idade do casamento, a situação de emprego e religião, são um conjunto de características que influenciam o divórcio (Lillard, Brien & Waite, 1995; Vetter, 2002 citados por Holley, Yabiku & Benin, 2006). Alguma pesquisa encontrou que a inteligência é inversamente proporcional ao divórcio (Herrnstein & Murray, 1994 citado por Holley, Yabiku & Benin 2006). Contudo os mecanismos subjacentes são ainda muito pouco explorados. Um dos aspectos da inteligência é a capacidade de resolução de problemas, concluindo-se que, as pessoas mais inteligentes podem ser mais capazes de resolver os problemas no casamento evitando o divórcio ao invés das pessoas com níveis de inteligência inferior (Holley *et al.*, 2006).

A inteligência tem sido um tema de especial interesse para os cientistas sociais, mas a pesquisa que envolve a inteligência como um preditor de comportamento, geralmente centra-se em domínios tais como a criminalidade e delinquência, desempenho académico e nível sócio-económico, havendo uma lacuna na literatura onde se desenvolva um quadro teórico de relação entre inteligência e um comportamento familiar importante: o divórcio (Holley *et al.*, 2006).

A relação entre inteligência e o divórcio pode ser atribuída a factores que afectam a inteligência parental e o risco de divórcio. Por exemplo, o nível sócio-económico dos pais e o nível de escolaridade dos mesmos, foram positivamente relacionados com a

inteligência da criança (Cohen, Belmont, Dryfoos, Stein & Zayac, 1980; Smith, Brooks-Gunn & Klebanov, 1997 citados por Holley *et al.*, 2006).

Habilidades cognitivas têm sido menos discutidas (Holley *et al.*, 2006). Pesquisas anteriores mostram que as habilidades interpessoais afectam o divórcio, (Amato, 1996 citado por Holley *et al.*, 2006) pelo que se deverá estudar a hipótese de relação entre inteligência e divórcio conjugal (Holley *et al.*, 2006).

O divórcio dos pais também tem sido associado a um risco aumentado do divórcio nos filhos, (Bramlett & Mosher, 2002; Holley *et al.*, 2006) especialmente ocorrendo na primeira infância, (McLanahan & Bumpass, 1988 citado por Holley *et al.*, 2006) tendo também consequências negativas no desenvolvimento das crianças, incluindo no rendimento escolar (McLanahan & Sandefur, 1994 citado por Holley *et al.*, 2006).

Uma explicação é que a formação universitária, os trabalhos de prestígio, e elevados salários são recursos valiosos que tornam o seu detentor mais atractivo para os outros. Em termos sociais, para indivíduos casados que tenham obtido um estatuto prestigiante seria menos provável ocorrer o divórcio, dado que os seus cônjuges têm maior interesse em obter e manter o relacionamento devido ao alto padrão de vida para ambos. Assim, o ensino superior e a realização profissional podem servir como barreiras para a dissolução conjugal (Levinger, 1976 citado por Holley *et al.*, 2006).

Outra razão para o salário elevado e educação universitária poderem reduzir o risco de divórcio, é o facto de que pessoas com maior poder financeiro tenham um acesso mais facilitado a outros recursos que evitem a dissolução como sendo o aconselhamento conjugal (Kirby & Davis, 1972 citado por Holley *et al.*, 2006).

Existem conclusões teóricas que permitem relacionar o nível de escolaridade e empregabilidade nos casos de divórcio, variando de acordo com o género. No género masculino o emprego traz estabilidade ao casamento no sentido em que “o homem é o sustento da casa” (Becker, 1981 citado por Holley *et al.*, 2006). Ao invés, para as mulheres, o emprego, tem demonstrado ser um factor de risco potencial para o divórcio, (South, 2001 citado por Holley *et al.*, 2006) especialmente quando o salário da mesma supera o do marido (Ono, 1998 citado por Holley *et al.*, 2006).

Assim, o salário do marido pode estar associado ao menor risco de divórcio, enquanto o rendimento das esposas podem estar associados a riscos mais elevados (Holley *et al.*, 2006).

Holley *et al.* (2006) sugere que as pessoas com maior inteligência dispõem de habilidades cognitivas e interpessoais, que diminuem o risco de divórcio, já que são pessoas mais circunspectas, pensativas, mais ponderadas sobre os eventos e tomadas de decisão importantes da vida como o casamento.

A idade do indivíduo no primeiro casamento é um dos preditores mais

consistentes de divórcio. Pessoas que se casam mais tarde, são menos propensas ao divórcio do que as que se casam mais cedo (Lehrer, 2006; Bramlett & Mocher, 2002; Holley *et al.*, 2006). Também o facto de primeiro se optar por obter uma carreira académica e profissional atrasando o casamento, é um preditor da taxa de divórcio (Sewell, Hauser & Wolf, 1980).

A religião tem sido estudada como outro preditor, sendo que em geral, os católicos têm menores taxas de divórcio que outras filiações religiosas (Levinger, 1965; Teachman, 2002; Wolfinger, 1999 citados por Holley *et al.*, 2006).

No que respeita à coabitação pré-nupcial, estudos anteriores descobriram que a coabitação antes do casamento está associada a maiores taxas de divórcio (Axinn & Thornton, 1992; Bennett, Blanc & Bloom, 1988; Booth & Johnson, 1988; Teachman & Polonko, 1990; White, 1987 citados por Holley *et al.*, 2006).

A presença de filhos no casamento geralmente reduz a probabilidade de divórcio do casal (Waite, Haggstrom, & Kanouse, 1985; White & Booth, 1985, Becker *et al.*, 1977 citados por Holley *et al.*, 2006). Assim, além do aspecto emocional de ter filhos, as pessoas com maior nível de inteligência podem reconhecer (intencionalmente ou inadvertidamente), o momento do parto como a partilha de responsabilidades mútuas (Holley *et al.*, 2006).

Assim, futuros estudos poderão incluir outras variáveis que permitam explicar a associação entre aquelas (Holley *et al.*, 2006).

Embora seja difícil determinar quais os aspectos da inteligência de um indivíduo que influenciam a dissolução conjugal, há várias percepções que conduzem a algumas explicações. As pessoas que tenham um sentido, um rumo delineado, são capazes de identificar metas dentro de um casamento ou relacionamento e de ter o conhecimento e tolerância para trabalhar com seu cônjuge de forma a atingir essas metas, pelo que trabalham juntos, em uníssono. Casais/cônjuges com projectos e metas distintas terão mais dificuldades de alcançar a felicidade conjugal sentindo dificuldades de comunicação e de realização, pelo que estão mais vulneráveis ao divórcio. A direcção comum para o casal é, portanto, uma componente chave de qualquer bom relacionamento (Holley *et al.*, 2006).

Pessoas inteligentes podem ser mais capazes de se adaptar a ambientes em mudança e incorporar as novas normas nos seus relacionamentos. A longo prazo, isto pode resultar numa maior compatibilidade entre os cônjuges. Maridos, com alta capacidade de adaptação à relação, não vão esperar pela esposa para realizar todo o trabalho doméstico, que poderia causar *stress* num bom relacionamento, e as mulheres por sua vez adaptam-se facilmente a um trabalho a tempo inteiro auferindo salários iguais ou superiores ao do marido (Holley *et al.*, 2006).

Relacionada com a capacidade cognitiva está a capacidade dos indivíduos poderem criticar construtivamente, sendo que a habilidade verbal pode melhorar os padrões de comunicação eficaz com o seu cônjuge, proporcionando-lhes a capacidade de contornar as suas diferenças. Note-se que a habilidade verbal constitui um aspecto da inteligência indicativo de habilidades de resolução de problemas (Robinson, 1991 citado por Holley *et al.*, 2006).

Pessoas inteligentes podem estar melhor preparadas para enfrentar os desafios do casamento porque são capazes de explorar os vários caminhos possíveis que podem levar à resolução dos seus problemas conjugais (Holley *et al.*, 2006).

No que respeita aos motivos para o divórcio, a infidelidade foi a mais comumente relatada como causa, seguida pela incompatibilidade, álcool, uso de drogas e a distância física (e.g. emigração). As razões específicas para as pessoas se divorciarem variam de acordo com o género, classe social, e outras variáveis de vida. Há uma grande tendência a verem o ex-cônjuge como responsável pelos problemas que levaram ao divórcio. Pessoas que atribuem a causa do divórcio para o relacionamento em si, ao invés de factores internos ou externos, tendem a ter um melhor ajustamento pós-divórcio (Amato & Previti, 2003).

A separação dos pais é muitas vezes a primeira grande mudança na vida da criança. Esse evento perturbador altera drasticamente o futuro familiar, causando uma perda de entendimento devido à ruptura das rotinas normais e à ausência do contacto diário com ambos os pais (Eymann *et al.*, 2009).

Foram relatados distúrbios desenvolvimentais e comportamentais, anteriores à separação e particularmente durante os primeiros anos após o evento (Block, Block & Gjerde, 1986; Cherlin *et al.*, 1991 citados por Eymann *et al.*, 2009). Diversos estudos mostram que a separação parental afecta a saúde física e psicossocial da criança, embora os resultados sejam diferentes entre si de acordo com o delineamento do estudo e com os instrumentos utilizados na mensuração dos resultados (Block, Block & Gjerde, 1986; Pagani, Boulerice, Tremblay & Vitaro, 1997, citados por Eymann *et al.*, 2009). Sabemos que a saúde psicossocial é um constructo complexo, de natureza multidimensional, mas muitas vezes reduzida pelos pesquisadores a uma única estrutura para propósitos operacionais (Eymann *et al.*, 2009).

A separação parental é provavelmente um dos grandes eventos que afectam a vida da criança, causando ruptura da família como modelo de conduta e da vida futura em comum (Eymann *et al.*, 2009).

Amato e Fowler (2002) fizeram associações entre as práticas educativas e os aspectos de funcionamento da criança para perceberem a forma como variam de dimensões básicas da diversidade da família. Consideraram duas perspectivas: apoio e

acompanhamento para evitar punição severa é aplicável em alguns, mas não em todos os contextos da família. A forma mais forte desta primeira perspectiva considera que o modelo de educação eficaz identificado em pesquisas anteriores é relevante principalmente para as crianças desfavorecidas. A segunda perspectiva sustenta que os benefícios da educação eficaz são amplamente partilhados pelas crianças, independentemente do contexto família. A importância dos comportamentos parentais específicos para o desenvolvimento da criança não parece depender do facto de os pais terem maior ou menor nível de educação, não depende da raça ou etnia, ou estado civil. Quando os pais passam tempo com as crianças, ajudando nos trabalhos de casa, conversando sobre os problemas, incentivando e dando afecto, esperam que os seus filhos sigam as regras da família, e os adolescentes envolvem-se em comportamento menos desviantes.

Existe um consenso considerável na literatura de que crianças filhas de pais divorciados apresentam um risco aumentado para o desenvolvimento de problemas psicológicos, comportamentais, sociais e académicos comparativamente com famílias, que não tenham passado pelo divórcio e o risco é tanto maior, para as crianças, quanto maior seja o número de relacionamentos dos pais (Hetherington, 2003).

Amato e Keith (1991), Cherlin e Furstenberg, (1994) e Hetherington (1989) citados por Johnson, Thorngren e Smith (2001) concluíram estarem presentes problemáticas de externalização e internalização de comportamentos, ser socialmente menos responsável e competente, e baixa auto-estima. Além disso, as tarefas desenvolvimentais como estabelecimento de relacionamentos íntimos, autonomização dos pais, aumento dos contactos social e autonomia económica, parecem ser um pouco mais difíceis para jovens de famílias divorciadas do que os de famílias intactas (Hetherington, Bridges & Insabella, 1998; Johnson, & Nelson, 1998 citados por Johnson *et al.*, 2001).

Essas crianças também estão em maior risco de níveis de desempenho escolares e laborais mais baixos, início de actividade sexual precoce na adolescência, comportamentos delinquentes, abuso de substâncias, e associação com seus pares anti-sociais (Amato & Keith, 1991; Chase-Lansdale, Cherlin & Kiernan, 1995; Hetherington & Clingempeel, 1992 citados por Johnson *et al.*, 2001).

Bonkowski (1989) citado por Johnson *et al.* (2001) indicou que jovens de famílias divorciadas têm dificuldade em estabelecer sentimentos de confiança nos seus próprios relacionamentos e têm dificuldade de afirmação individual. Embora o divórcio parental tenha efeitos diversificados sobre as crianças, alguns factores familiares, parecem moderar a influência desses efeitos (Amato & Booth, 1991; Johnson & McNeil, 1998; Lopez, Campbell & Watkins, 1988 citados por Johnson *et al.*, 2001). Para além do divórcio em si, o conflito parental persistente tem sido relacionado com vários aspectos

do bem-estar da criança, na medida em que o afecta, como sendo, distúrbios de comportamento, ansiedade e agressividade (Emery, 1989; Grych & Fincham, 1990 citados por Houseknecht & Hango, 2006).

Asetline (1996) citado por Houseknecht & Hango (2006) constatou que os adolescentes cujos pais se tinham separado e/ou viviam apenas com um dos pais, eram ligeiramente mais deprimidos do que os adolescentes de famílias intactas e reconstituídas. Salientou ainda que para alguns jovens, o divórcio continua a ser uma problemática na adolescência.

São as crianças, em particular as mais novas, que estão mais deprimidas e ansiosas. Há evidências consideráveis de a curto prazo haverem mais problemas emocionais em crianças havendo tendência para se dissiparem nos 18 meses a 2 anos posteriores ao divórcio (Wallerstein & Kelly, 1980 citado por Houseknecht & Hango, 2006).

Jekielek (1998) citado por Houseknecht & Hango (2006) investigou o efeito do conflito conjugal e ruptura sobre a saúde emocional das crianças tendo descoberto que esses dois factores aumentaram a ansiedade e depressão em crianças dos 6 aos 14 anos e também que as crianças que permanecem em ambientes de conflito em geral, apresentaram níveis mais baixos de bem-estar emocional do que crianças que tiveram elevados níveis de conflito parental, mas cujos pais se tinham divorciado. Mauldon (1990) citado por Houseknecht & Hango (2006) investigou se a saúde das crianças piora após a saída do pai como resultado de divórcio ou separação, tendo concluído que teve um efeito negativo.

Dois outros estudos (Dawson, 1991; Montgomery, Kiely & Pappas, 1996 citados por Houseknecht & Hango, 2006) analisaram o impacto do tipo de família na estrutura de saúde das crianças. Ambos os estudos mostram que viver com um dos pais teve consequências prejudiciais para a saúde (física e mental) da criança.

El-Sheikh, Harger & Whitson (2001) citado por Houseknecht & Hango (2006) estudaram o efeito do conflito conjugal no ajustamento emocional e saúde física das crianças dos 8 – 12 anos pertencentes à classe média, tendo concluído que o conflito conjugal, especialmente o conflito verbal, aumenta os problemas de saúde da criança. No entanto, os efeitos negativos da discórdia conjugal foram filtrados pela habilidade da criança para regular a sua resposta fisiológica.

O comportamento anti-social dos rapazes foi aumentando na presença de conflitos elevados, independentemente de ter havido ou não ruptura conjugal, enquanto que os comportamentos anti-sociais das raparigas apenas aumentaram em casos de conflito mas seguidos de ruptura (Houseknecht & Hango, 2006).

Todas as crianças reagem de forma distinta de acordo com a sua personalidade, temperamento, género, história de vida e estrutura familiar. Também a idade é um factor cuja influência é importante. As maiores dificuldades podem acontecer quando o divórcio parental ocorre numa fase desenvolvimental ou de vida das crianças importante como sendo a entrada para a escola e início da adolescência (Ofra, 1993).

O divórcio, mais que um evento isolado, é um longo e complexo processo, envolvendo múltiplas mudanças. Vários autores referem a decorrência de um período de cerca de quatro anos, a partir da separação, até que todos os ajustamentos familiares necessários tenham ocorrido. As adaptações infantis, consideradas sob uma perspectiva temporal, dependem de vários factores como da quantidade e qualidade do contacto com a figura parental não detentora da guarda, do ajustamento psicológico e da capacidade de cuidado da figura parental detentora daquela, do nível de conflito entre os pais após a separação ou o divórcio, do nível de dificuldades sócio-económicas e da quantidade eventos stressores adicionais que incidiram sobre a vida familiar (Amato, 1994; Souza, 2000).

A perspectiva do decurso da vida é consistente com factores como risco e resiliência. Literatura sobre *stress* e *coping* mostra-nos que a associação entre eventos stressantes de vida com respostas desenvolvimentais não é simples (Garmezy & Rutter, 1983 citado por Amato 2007).

Passar pela separação dos pais tem como consequência a diminuição do bem-estar individual e familiar nas crianças. A literatura evidencia que a maioria das crianças diminui os resultados desenvolvimentais nos 2 anos seguintes à dissolução do casamento (Hetherington & Kelly 2002 citado por Nunes-Costa, Lamela & Figueiredo, 2009). No entanto, esses problemas de adaptação tendem a ser passageiros ou de curta duração e podem não ter impacto significativo no percurso desenvolvimental futuro da criança (Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Nunes-Costa *et al.*, 2009). Já uma relação parental conflituosa é um factor de risco forte para gerar um elevado grau de *stress*. No entanto, a maior parte das investigações na área apontam para mais factores de risco que promovem o ajustamento negativo no processo de separação, como sejam as alterações no nível sócio-económico familiar e a diminuição do contacto com o progenitor não detentor da guarda (Hetherington & Kelly, 2002; Amato, 2001; Amato & Keith, 1991 citados por Nunes-Costa *et al.*, 2009). Todos esses factores, que habitualmente acompanham o processo de separação, podem ter impacto na resposta de *stress* e, por sua vez, na saúde física e psicológica das crianças que se vêem envolvidas nessa (re)organização do sistema familiar. Embora hajam evidências empíricas sobre o impacto da dissolução conjugal na saúde física, há poucos estudos que interliguem os dois constructos (Nunes-Costa *et al.*, 2009). Troxel e Matthews (2004) citado por Nunes-Costa

et al. (2009) apresentam um modelo: o modelo biopsicossocial do impacto da dissolução conjugal na saúde física das crianças. Este propõe que a separação é um stressor familiar que tem um efeito desorganizador nas práticas parentais e produz uma redução da segurança económica da família. Estas dimensões, associadas a factores de vulnerabilidade biológica, familiar, interpessoal e social, contribuirão para a desregulação e insegurança emocionais da criança. Esta instabilidade emocional é o resultado de oscilações no desenvolvimento afectivo, comportamental e cognitivo. Tais alterações que podem traduzir-se em sintomatologia de internalização e externalização, diminuição ou inibição das estratégias para lidar com o *stress* e rigidez cognitiva perante o *stress* – repercutir-se-ão em comportamentos de risco de saúde e nas respostas neuropsicobiológicas do *stress*, que por sua vez poderão produzir problemas de saúde física e psicológica. Estes problemas de saúde física são reflexo das expressivas transformações desenvolvimentais às que a criança tem de dar resposta perante a mudança familiar.

Embora os avós também sejam influenciados pela separação/divórcio de um(a) filho(a), é mais provável que eles estejam numa fase mais estável nas suas vidas, possibilitando assistência emocional ou outra aos seus filhos, ex-genros/ noras e netos, desempenhando um papel importante de apoio e suporte (Gladstone, 1988; Jonhson, 1988 citado por Araújo & Dias, 2002).

Souza (2000) refere que a separação é um processo que exige um conjunto de adaptações ao longo do tempo, podendo ter um impacto bastante diverso sobre os filhos. Há muito para ser feito de modo a absorver um pouco das dificuldades infantis e parte significativa diz respeito ao relacionamento entre os pais.

Souza (2000) destaca o papel do conflito conjugal como um dos grandes stressores da vida infantil, chamando a atenção dos pesquisadores e clínicos para a necessidade de gerar condições para que a separação/divórcio realmente permitam a redução do conflito entre os cônjuges, o desenvolvimento de uma relação co-parental positiva e o envolvimento de ambos os pais no cuidado dos filhos, reforçando não só o papel dos trabalhos de mediação familiar, como a necessidade de produção de alternativas de orientação de pais, trabalhos de grupos de apoio (Emery, Kitzmann & Waldron, 1999 citado por Souza, 2000).

Pelo facto de os filhos não fazerem perguntas, nem sempre é sinónimo de compreensão do que está a acontecer e acabam por evitar falar nos assuntos dolorosos, o que já foi descrito há muito por Wallerstein e Kelly (1980) citado por Souza (2000).

Existe o mito social de que falar sobre temas dolorosos aumenta o sofrimento mas que necessita de ser esclarecido, pois as crianças nem sempre identificam a tensão

conjugal e mesmo identificando nem sempre estabelecem, necessariamente, a relação causal conflito-separação (Souza, 2000).

De acordo com os resultados apresentados no seu estudo (Souza, 2000), refere que reacções negativas iniciais não reflectem necessariamente um comprometimento a longo prazo, permitindo inferir que as reacções são uma expressão normal da crise. As grandes alterações na rotina de vida e a imprevisibilidade ambiental mostraram ser tão ou mais difíceis que a separação. As mudanças em casa e a menor disponibilidade de relacionamento com um dos progenitores é potencializada pelas mudanças na rotina de vida e na rede social que, se minimizadas, provavelmente reduziriam as dificuldades infantis.

Hetherington, Cox & Cox (1982) citado por Souza (2000), ressaltam existir um longo período de tempo entre a crise pré-separação e a realização de um novo patamar de funcionamento familiar, sendo provavelmente este o período de maior risco para a potencialização de distúrbios infantis.

A vivência de solidão e ausência de apoio faz com que o sofrimento e as dificuldades se intensifiquem ainda mais (Souza, 2000).

Schwartz (1992) citado por Souza (2000) ressaltou o papel da rede social como fundamental na percepção positiva ou negativa da separação por parte das crianças dado que por um lado os pais têm de gerir os seus sentimentos pessoais em relação ao divórcio bem como seus sentimentos relativos à criança, permitir-lhes compreender a experiência infantil, suas dificuldades frente às múltiplas mudanças na vida e a importância de contar com a família extensa e, principalmente, com os amigos de mesma idade.

De facto, as particularidades da experiência infantil identificadas ao longo de diversos estudos defendem a necessidade de se desenvolver uma “cultura do divórcio”, permitindo à sociedade como um todo e, particularmente, aos equipamentos de socialização das crianças como as escolas, creches, e outros, compreenderem o *stress* e mudanças de vida pelas quais as crianças estão a passar aquando da separação e adaptação à mesma, sem super-protecção ou vitimização, mas permitindo-lhes a expressão e elaboração dos sentimentos (Souza, 2000).

Amato e Keith (1991) citado por Hetherington (2003) e Morris e West (2001) a propósito dos efeitos do divórcio sobre a adaptação das crianças, chamam a atenção para a externalização onde as maiores diferenças são normalmente obtidas.

No período subsequente ao divórcio dos pais, a maioria das crianças experimenta problemas emocionais e de comportamento, incluindo raiva, ressentimento, exigência, ansiedade e depressão, dificuldades em lidar com a confusão e apreensão, decorrentes da mudança nas relações na família e mudanças na sua situação de vida. Na maioria das

crianças, estas respostas começam a diminuir no segundo ano após o divórcio e do terceiro ao quinto anos seguintes. No entanto, algumas crianças podem inicialmente mostrar uma boa adaptação, mas à medida que o tempo decorre vai piorando (Hetherington & Stanley-Hagan, 2002).

Pré-adolescentes de famílias divorciadas, comparadas com pré-adolescentes de famílias intactas, mostram aumento dos níveis de agressão, transtornos de conduta, desrespeito, desobediência e diminuição da auto-regulação e responsabilidade social, assim como a conduta inapropriada em sala de aula e desempenho escolar. Mostram também um aumento de risco para problemas internalizantes, incluindo depressão e ansiedade, e níveis mais baixos de auto-estima, embora as associações entre a estrutura familiar e problemas internalizantes são geralmente mais fracos e menos consistentes do que os encontrados para os externalizantes e realização. Também, a relação das crianças com os pais, irmãos e amigos são prejudicados, caracterizando-se por aumento da negatividade, conflitos, agressões e da coerção (Hetherington, 2003).

Embora a intensidade das suas respostas negativas às transições conjugais tenda a diminuir ao longo do tempo após o divórcio, na adolescência e aquando das suas relações na idade adulta, tendem a funcionar menos bem do que as crianças de famílias intactas. Filhos de pais divorciados mostram um aumento para um maior risco para problemas psicológicos e de comportamento, incluindo abandono escolar, actividade sexual precoce, desemprego, abuso de drogas, actividades delinquentes e envolvimento com pares anti-sociais (Hetherington, 1991a, 1993, citado por Hetherington, 2003).

Para Wood, Repetti & Roesch (2004) o divórcio está directamente relacionado com problemas de comportamento exteriorizado como, agressão e desobediência, e problemas de internalização, como ansiedade e depressão e problemas relacionais entre pai - filho, sobretudo adolescentes.

Embora se verifique uma diminuição dos transtornos conduta na idade adulta, o uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas e problemas com a lei, continuam mais altos em jovens de famílias cujos pais se divorciaram ou recasaram. Além disso também têm menor nível sócio-económico e educacional e têm mais dificuldades de sentimento de bem-estar, mais problemas com membros da família, problemas nas relações íntimas, no casamento e no local de trabalho. Nas suas relações também aumenta a sua taxa de divórcio e o seu sentimento de bem-estar geral e satisfação com a vida são mais baixos (Hetherington, 1999a; Hetherington & Elmore, 2002; Hetherington & Kelly, 2002 citados por Hetherington 2003).

Há uma maior variabilidade na adaptação dos filhos de pais divorciados comparativamente a famílias intactas: crianças, adolescentes e adultos cujos pais passaram por processos de separação ou divórcio, são duas vezes mais propensos a

problemas de ansiedade, impulsividade, depressão e comportamentos anti-sociais (Hetherington, 1989, 1993, 1999a; Hetherington & Kelly, 2002 citados por Hetherington, 2003).

Num grande número de situações os filhos ficam com as mães, que enfrentam problemas associados com a pobreza, têm problemas acrescidos dado que não raras vezes se deslocam para bairros por si só problemáticos com diversos problemas como sendo escolas inadequadas, delinquência, baixos resultados escolares nos grupos de pares, as altas taxas de desemprego, famílias monoparentais e abuso de substâncias, que potenciam os efeitos negativos dos filhos que passaram pelo divórcio. No entanto, o divórcio também pode oferecer uma mudança para uma forma mais harmoniosa, gratificante situação familiar e salutar (Hetherington, 2003).

Taxas mais elevadas de álcool, abuso de substância, comportamento anti-social, depressão, problemas económicos e eventos stressantes da vida são encontrados em adultos, o que por si só que poderá potenciar o risco de divórcio mais tarde. Nas suas interações com os parceiros conjugais, têm pouca habilidade para resolver problemas, mostrando afectos negativos, desprezo, negação, e atribuições negativas sobre o comportamento dos seus cônjuges, que por sua vez, aumenta significativamente o risco para a dissolução conjugal e divórcios múltiplos (Gottman, 1993 citado por Hetherington, 2003).

As suas crianças também apresentam mais problemas antes da dissolução conjugal, tais como transtornos de conduta e de internalização, baixa competência social, diminuição da auto-estima (Hetherington, 1999). Assim, muitos dos problemas pensados como sendo uma consequência de divórcio já o antecedem. Um bom suporte social pode ter uma profunda influência sobre o ajustamento de crianças em famílias reconstituídas (Hetherington, 2003).

Uma pergunta comum na literatura sobre o divórcio é se é melhor para os filhos cujos pais estão envolvidos num relacionamento conflituoso, devem permanecer juntos ou divorciarem-se. O conflito entre os pais, em qualquer tipologia de família (divorciada, intacta, recasada) está associado a uma ampla gama de resultados nocivos para as crianças, incluindo níveis mais elevados de depressão, ansiedade e problemas de externalização, competência e níveis mais baixos de auto-estima e desempenho escolar e social (Hetherington, 1999).

No entanto, nem todos os tipos de conflito parental são igualmente prejudiciais para ajustamento das crianças, nem todas as crianças são igualmente vulneráveis a conflitos (Hetherington, 1999). É nos casos em que directa ou indirectamente o conflito violento, ameaçador ou abusivo ocorra na presença da criança, se reflectem as consequências mais nefastas para o bem-estar das crianças. Além disso, os rapazes pré-

adolescentes podem ser mais vulneráveis aos efeitos prejudiciais do conflito entre casais, comparativamente a raparigas pré-adolescentes, apesar de diminuir as diferenças de género na adolescência (Hetherington, 1989 citado por Hetherington, 2003).

Depois de se ter dado o divórcio, existe uma série de preocupações relacionadas com os próprios pais e filhos como sendo, sobre sua adequação como pais, a sobrecarga de tarefas e problemas psicológicos, incluindo ansiedade, depressão, sentimentos de isolamento e problemas de saúde física associados ao possível desgaste imunológico decorrente de todo o processo. Estas tensões e alterações psicológicas e físicas podem comprometer a sua capacidade de ajustamento de mãe e filhos podendo levar a um risco adicional de problemas. O bem-estar psicológico e a percepção de saúde em adultos depois de se divorciarem, aumentam significativamente com a formação de uma nova satisfação, com um novo relacionamento íntimo ou recasamento. O período seguinte ao divórcio é frequentemente caracterizado por aumento da irritabilidade e da coerção, diminuição da comunicação, afecto, consistência e controlo, melhorando após o primeiro ano (Hetherington, 1993; Hetherington & Kelly, 2002 citados por Hetherington, 2003).

Alguns estudiosos da família, vêem a desagregação da família tradicional como a destruição da estrutura básica da sociedade contribuindo para uma vasta gama de problemas sociais que vai continuar em gerações futuras. Outros consideram a diversidade de famílias, como uma possibilidade de escolha, novas oportunidades para a realização, individuação e obtenção relacionamentos íntimos felizes saindo de situações familiares aversivas. Ambas as posições detêm alguma verdade, mas é demasiado reducionista. Apesar de, quer crianças quer adultos de famílias divorciadas, poderem enfrentar mais pressões e mostrarem mais problemas nas relações familiares e de ajustamento pessoal comparativamente a famílias intactas, a grande maioria é resistente e capaz de lidar com, ou até mesmo beneficiar sua situação de vida nova (Hetherington, 2003).

Já segundo Teixeira (2008) *“é na família que as crianças e jovens adquirem os modelos de conduta que exteriorizam. A pobreza, a violência doméstica, o alcoolismo, a toxicodependência, a promiscuidade, a desagregação dos casais, a ausência de valores, a detenção prisional por parte de algum progenitor, a permissividade e a demissão constante do papel educativo e formativo dos pais são as principais causas do mau ambiente familiar. As crianças e os jovens que vivem estas problemáticas familiares são potenciais sujeitos de violência e posteriormente de práticas delinquentes”* (pág.7).

Os principais factores de risco precoce de comportamentos anti-sociais incluem impulsividade, baixos índices de inteligência, desempenho escolar baixo, pobre supervisão parental, abuso físico (como sendo uma forma de disciplina), punição irregular dos pais, atitude parental distante, o conflito parental, famílias numerosas, grupo de pares

com comportamentos anti-sociais, escolas com elevada taxa de delinquência e criminalidade (Farrington, 2005).

O impacto do elevado conflito do divórcio sobre as crianças pode ser devastador, traumático, e extremamente stressante, segundo Boyan e Termini (1999), Mason (1999), Ramsey (2001) citados por Mitcham-Smith & Henry (2007). O nível e a intensidade do conflito entre os pais durante o casamento são indicativos de hostilidade e sofrimento após o divórcio e é também o factor mais importante na adaptação dos filhos ao divórcio (Boyan & Termini, 1999; Ehrenberg, 1996 citados por Mitcham-Smith & Henry, 2007).

Crianças e adolescentes são afectados pelo divórcio em quase todos os aspectos das suas vidas. Um grande número de investigação empírica tem apoiado a ideia de que a existência de conflito elevado no divórcio/separação conduz a um aumento no desajustamento social e emocional, bem como problemas académicos nas crianças afectadas (Hetherington, 1989; Ramsey, 2001 citados por Mitcham-Smith & Henry, 2007).

Segundo Kelly (2002) citado por Mitcham-Smith & Henry (2007), embora menos de 5% das disputas de custódia cheguem ao tribunal, o dano nas crianças durante o processo judicial em curso pode ser prejudicial e pode enredá-los para estado de agitação permanente no seio da família. Muitas vezes os pais, num esforço desmedido para ganhar em relação ao cônjuge, distorcem memórias dolorosas difamando e fornecendo falsas acusações contra o ex-cônjuge.

As crianças são involuntariamente apanhadas no meio desta “luta” por muito tempo, num processo contraditório, durante o qual os superiores interesses das crianças ficam no esquecimento podendo causar mais danos (Firestone & Weinstein, 2004 citado por Mitcham-Smith & Henry, 2007).

De acordo com os resultados da pesquisa sobre o divórcio, o processo de reorganização familiar, leva cerca de dois anos (Gloger-Tippelt & Konig, 2007).

McLanahan & Sandefur, (1994) citado por Moxnes (2003) apresenta três teorias que dominam o campo da investigação como explicações para o divórcio. A primeira postula que, o divórcio é visto como um risco para as crianças desde que as mudanças resultem numa perda do capital social e económico. A segunda defende que, o divórcio traz mudanças que são entendidas como importante causa de *stress* social para a criança. Pryor & Rogers (2001) citado por Moxnes (2003) notam que a quantidade e severidade dessas alterações irão determinar o efeito do divórcio para a criança. A terceira postula que, o divórcio é visto como um risco para as crianças porque a estrutura familiar é alterada. A partir desta perspectiva, o família nuclear tradicional é normalmente vista como melhor e, portanto, superior ao todos os tipos de famílias pós-divórcio.

Moxnes *et al.* (1999), (2000), (2001) citado por Moxnes, (2003) apresenta o resultado de estudo sobre “famílias e divórcio”. A grande maioria das crianças que

experimentaram o processo de divórcio de uma maneira saudável teve um crescimento saudável. Um grande grupo de crianças apresentaram de uma forma geral, efeitos nem positivos nem negativos, mas, quando mais exaustivamente observados, eles tendiam a ser descritos como positivos. No entanto, cerca de um em cada três crianças apresentam algum efeito negativo associado ao divórcio.

Muitos estudos enfatizam o *stress* emocional ou o processamento interno do divórcio por parte dos filhos (Figdor, 1995 citado por Schick, 2002). As observações clínicas e estudos empíricos sugerem que estas crianças são mais susceptíveis de desenvolverem ansiedade do que outras crianças (Demo, 1988; Hetherington, Stanley-Hagan & Anderson, 1989; Kardas & Langenmayr, 1996 citados por Schick, 2002).

No decurso do processo de divórcio, a forma que cada elemento como um só e no sistema familiar equacionam a crise, tem uma importância crucial, pois se por um lado os ex-cônjuges têm de fazer o luto do fim da conjugalidade e da família que tinham em comum, têm de criar novas bases para reorganizar a parentalidade, definição das responsabilidades parentais, interacção entre as famílias, tornando-se em aspectos dificultados pelas emoções como raiva e desilusão sentidas um pelo outro (Relvas & Alarcão, 2007).

Os Estados Unidos e o Reino Unido são os países que mais investiram recursos em pesquisas, visando averiguar a relação entre separação familiar e criminalidade juvenil. Inúmeras características familiares têm sido apontadas como motivadoras da delinquência, entre as mais citadas estão, o baixo envolvimento parental no crescimento dos filhos, os conflitos parentais e o divórcio (Farrington *et al.*, 2004).

As implicações de crescer nestes diversos ambientes decorrentes da mudança da família são profundas. Vários estudos já começaram a investigar tais implicações em vários domínios da vida das crianças (Patterson & Capaldi, 1991; Cavanagh & Huston, 2006; Wu, 1996; Wu & Martinson, 1993; Cavanagh, Schiller & Riegle-Crumb, 2006; Pong & Ju, 2000 citados por Sun & Li, 2009).

O divórcio dos pais bem como baixos níveis de funcionamento familiar foram correlacionados com a dificuldade do desenvolvimento de tarefas simples, incluindo a diferenciação da família de origem por parte dos jovens adultos (Johnson & Nelson, 1998; Johnson, Wikinson & McNeil, 1995; Campbell, Lopez, & Watkins, 1988 citados por Johnson, Bulbaltz & Nichols, 1999) e formação de relacionamentos duradouros na vida íntima com os seus pares (Amato & Booth, 1991; Johnson & Nelson, 1998; Johnson *et al.*, 1995; Keith & Finlay, 1988 citados por Johnson, Bulbaltz & Nichols, 1999).

Um número crescente de estudos começaram também a analisar o efeito das transições na estrutura familiar sobre as crianças principalmente no quadro conceptual de uma perspectiva de instabilidade familiar (Kurdek *et al.*, 1995; Wu, 1996; Wu & Martinson,

1993 citados por Sun & Li, 2009). Essa perspectiva defende que as circunstâncias familiares das crianças são dinâmicas e que o início do divórcio parental é provável de ser seguido por uma ou mais alterações (Ackerman, Kogos, Youngstrom, Schoff, & Izard, 1999; Capaldi Patterson, 1991; Cummings, Davies & Campbell, 2000; Wu, 1996 citados por Sun & Li, 2009). Estas transições não só podem aumentar mais os níveis de *stress* nas crianças como está associado a mudanças frequentes nos membros da família e estilos parentais (Furstenberg, 1987 citado por Sun & Li, 2009), mas também levar a mudanças de moradia de residência bem como de escola, os quais podem afectar mais negativamente o bem-estar infantil para além do divórcio (McLanahan & Sandefur, 1994; Teachman, 2003 citados por Sun & Li, 2009).

Podem relacionar-se claramente o divórcio e suas transições familiares como instituindo um efeito negativo sobre desempenho dos adolescentes (Sun & Li, 2009).

Há perspectivas divergentes quanto aos tipos de famílias consideradas mais favoráveis para um melhor desenvolvimento das crianças. Embora haja consenso de que, em geral, a família monoparental é menos vantajosa para o desenvolvimento infantil, há muita discordância sobre a viabilidade de diversas alternativas (Simons, Chen, Simons, Brody & Cutrona, 2006).

Numerosos estudos têm mostrado que os jovens que crescem em famílias com uma experiência feliz do casamento parental, apresentam menos problemas e um maior bem-estar do que os filhos de divorciados ou famílias com dificuldades (Amato, Loomis & Booth, 1995; Spruijt & DeGoede, 1997, citados por Vandervalk, Spruijt, De Goede, Meeus & Maas, 2004).

O divórcio parental tem efeitos geralmente negativos sobre o ajustamento das crianças (Amato & Keith, 1991a, 1991b citados por Vandervalk *et al.*, 2004). Comparados com os seus pares que crescem em famílias intactas, os adolescentes que passaram pelo divórcio dos seus pais são mais propensos a problemas emocionais, apresentam menos probabilidade de frequentar ou concluir o ensino escolar, mais probabilidade para comportamentos problemáticos, experiências precoces de sexo bem como problemas relacionais (Amato & Keith, 1991a, 1991b; Simons, 1996 citados por Vandervalk *et al.*, 2004).

Na tentativa de explicar a relação entre estado civil e ajustamento da criança, várias explicações foram propostas, tais como ausência parental (pai), o ajustamento e conflito interparental. Hoje em dia, a maioria dos investigadores acreditam que são uma combinação de factores, os responsáveis pelos efeitos negativos do divórcio sobre as crianças (Amato, 1993; Hetherington, Bridges & Insabella, 1998 citados por Vandervalk *et al.*, 2004).

A investigação nesta área centra-se principalmente sobre o estado da família, baseando-se no pressuposto de que famílias tradicionais nucleares (com os dois progenitores) fornecem o melhor ambiente para o desenvolvimento das crianças. Ele é baseado na noção de que a ausência do pai tem sérias consequências adversas para as crianças, devido ao défice de socialização, diminuição da atenção dos pais, e uma falta de modelo parental (Amato, 1993; Hetherington *et al.*, 1998 citado por Vandervalk *et al.*, 2004).

Num estudo realizado por aqueles autores os resultados indicaram que crescendo, tanto em famílias pós-divórcio como em famílias intactas, com uma baixa qualidade nas relações, estão relacionadas negativamente para o ajustamento emocional de adolescentes. Crescer em famílias após o divórcio foi especialmente prejudicial para o ajustamento emocional das raparigas (Vandervalk *et al.*, 2004). É cada vez mais reconhecido que, para se compreender a interacção entre os factores de risco e resiliência para as crianças, será necessário desenvolver novas ferramentas conceptuais e metodológicas para a investigação de experiências subjectivas da mudança. O crescimento das perspectivas de vida sobre a mudança da família e as abordagens ecológicas oferecem novos caminhos (Elder, 1994, Flowerdew & Neale 2003). Contudo ainda não permitem uma compreensão do divórcio como um evento discreto na ruptura e desagregação da vida familiar, mas como um processo. As novas abordagens sugerem, também, a necessidade de ter em conta as experiências de vida das crianças cumulativamente a uma necessidade reforçada pelos novos estudos sociológicos da infância (Christensen & James, 2000; Smart *et al.*, 2001 citados por Flowerdew & Neale, 2003).

O divórcio é uma variável-síntese que representa uma variedade de circunstâncias que muitas crianças experimentam como stressante (Amato & Cheadle 2008).

O divórcio não é um evento isolado mas um processo que se desenrola ao longo do tempo. Problemas familiares, como abuso de substâncias e problemas económicos são preditores para o divórcio (Amato & Previti, 2003).

1.3. Perspectivas clínicas do divórcio nas crianças

Vários modelos são utilizados em Psicologia e disciplinas similares numa tentativa de explicar o divórcio e as mudanças nas taxas de divórcio, dando especial ênfase aos

princípios das mudanças sociais, aprendizagem social, transmissão intergeracional e diferenças pessoais de personalidade (Bodenmann *et al.*, 2007).

Há crianças que no momento da separação dos pais se debatem sozinhas num impasse e são essas as que mais sofrem com as consequências a vários níveis. (Berger, 1998).

Liberman (1979) citado em Berger (1998) divide os problemas mais comuns na prática clínica de psicologia em três tipos de problemas: a identificação com o progenitor que se diz “lesado”, a recusa da separação do casal e as perturbações de representação.

No que se refere ao primeiro, Frerency (1933) citado por Berger (1998) caracteriza-se por um dos progenitores fazer do filho o receptor da sua infelicidade, transformando-o no seu terapeuta auxiliar, em detrimento dos interesses da criança.

No que diz respeito à segunda problemática, a grande maioria dos filhos de pais separados fica com saudades do período em que os pais viviam e tinham as rotinas juntos, mostrando muitas vezes a sua angústia com “uma má disposição” com duração variável, recusando-se por exemplo a obedecer. Esta é a forma que a criança tem para demonstrar a tensão causada pela situação, sem contudo, isso manifestar necessariamente um carácter patológico (Berger, 1998).

No que se refere às perturbações de representação, são explicadas por várias hipóteses teóricas como sendo a problemática edipiana (Berger, 1998).

As crianças expostas a episódios de conflito inter-parental exacerbado apresentam maior reactividade psicofisiológica, comportamental, cognitiva e emocional (Buchanan & Heiges, 2001 citado por Nunes-Costa, Lamela & Figueiredo, 2009). Estes por sua vez, estão associados ao risco para o desenvolvimento de problemas de ajustamento das crianças à separação. Uma trajectória desajustada após a separação dos pais, com variáveis mediadoras da própria criança e aos recursos ambientais disponíveis para ela, poderá resultar num padrão comportamental de interacções distinto do “normativo” com os progenitores e, posteriormente, com outras pessoas. A literatura reporta para o facto de que indivíduos que experienciaram a separação dos pais apresentam mais problemas de internalização e de externalização do que aqueles que nunca vivenciaram. Os distúrbios de internalização são conceptualizados como o conjunto de traços como depressão, isolamento ou ansiedade (Nunes-Costa *et al.*, 2009). O estudo de Cicchetti & Rogosch (2001) citado por Nunes-Costa *et al.*, 2009) encontrou resultados semelhantes em crianças com idade escolar, também elas diagnosticadas com algum tipo de sintomatologia de internalização.

A investigação demonstra de uma perspectiva psicossocial sobre as trajectórias internalizadoras das crianças, que um funcionamento materno pouco adaptativo está associado à permissividade das fronteiras do subsistema parental, o que dá lugar a

problemas de externalização das crianças de pais separados. A depressão materna prediz o envolvimento numa relação de confiança com as crianças, sendo que, tendencialmente, essa relação de confiança está associada a problemas de depressão nas crianças (Brown, 2004 citado por Nunes-Costa *et al.*, 2009). Por outro lado, crianças envolvidas em separações conflituosas têm maior probabilidade de apresentar problemas comportamentais e desregulação emocional, quando comparadas com amostras normativas (Cummings & Davies, 1994 citado por Nunes-Costa *et al.*, 2009). Os distúrbios de externalização contemplam, por seu turno, comportamentos que são encarados como problemáticos, tais como condutas aditivas, impulsividade, hiperactividade ou comportamentos anti-sociais.

Malone *et al.* (2004) citado por Nunes-Costa *et al.* (2009) aponta as crianças do sexo masculino que vivem a separação parental como as que registam mais comportamentos de externalização na escola, sobretudo no ano da separação parental, com uma descida até os níveis “normativos” um ano após a ruptura conjugal, comparativamente às crianças do sexo feminino.

Comportamentos de incumprimento de regras sociais e de problemas de conduta, tais como agressão física e verbal, roubo, mentira, rebeldia, delinquência, crueldade física e actos criminosos, estão inseridos na categoria de comportamentos exteriorizados (Rothbaum & Weisz, 1994; Van der Valk, Verhulst, Stroet & Boomsma, 1998 citados por Szelbrackowski & Dessen, 2007).

A investigação sugere que há uma ligação entre separação e delinquência, mas que o impacto negativo de uma família “desfeita” pode ser reduzido se os pais, (normalmente a mãe), forem presentes e acompanharem de perto os filhos (Haas, Farrington, Killias & Satta, 2004)

Hetherington, Brigdes & Insabella (1998) citado por Orellana, Vallejo & Vallejo (2004), apontam uma série de características no comportamento da criança decorrentes da alteração da composição da família, como sendo os efeitos negativos da ausência de uma figura paterna, com a típica atribuição da custódia à mãe, um aumento do “stress económico”, com consequências posteriores para o tratamento da criança, os problemas decorrentes das alterações devido a passar a habitar apenas com um dos progenitores em vez dos dois, são vistos como trazendo a vivência de tensão na criança.

Wallerstein *et al.* (1980) citado por Orellana *et al.* (2004) consideraram que o género da criança determina diferenças no intervalo de adaptação depois de um divórcio ou separação, sugerindo que crianças do género masculino parecem ter maiores dificuldades em superar a crise, na intensidade das emoções negativas na sua vida, apresentando mais níveis elevados de irritabilidade como mais problemas na escola.

Para McLanahan & Sandefur (1994) citado por Orellana et al. (2004), o factor mais importante é a ausência do pai, associada ao menor rendimento escolar, tanto em rapazes como em raparigas, os problemas de emprego e maternidade precoce.

A presença do pai para o desenvolvimento harmonioso das crianças é também crucial no estudo de Amato & Gilbreth (1999) que de acordo com seus resultados, o bem-estar da criança é baseado no exercício da paternidade com a autoridade moral e a existência de fortes sentimentos de afecto entre pai e filho, sendo este o melhor preditor do desempenho em relação a uma formação inadequada, a qualidade de respostas de internalização de problemas de comportamento e problemas emocionais.

Considerando a diversidade de factores envolvidos, o impacto do divórcio ou separação, pode ser muito diferente para cada criança, sendo que a maioria da literatura científica é consistente na opinião sobre experiências que mudam completamente as suas vidas: a grande maioria dos filhos de pais divorciados, desde os anos imediatamente após tal evento, evidenciam “anormalidade” no seu desenvolvimento, porque quando há uma separação ou divórcio, as crianças e o exercício das funções da paternidade fica abalado, mas também em muitos casos, as crianças e os pais conseguem sair de uma convivência infeliz e por vezes mesmo em situações com um final mais ou menos trágico. Para os pais, o desafio coloca-se porque eles têm que recuperar o desempenho económico, social e parental e, no caso das crianças, porque, lutam com as exigências de terem que redefinir os seus contactos com ambos os pais (Orellana et al., 2004).

Além disso, as consequências da separação ou divórcio dos pais também afectam seriamente o desenvolvimento social dos seus filhos, rompendo as redes de apoio social que tinham até então. Muitas vezes, as crianças têm de se mudar para um novo bairro e uma escola diferente, com a perda dos seus relacionamentos com colegas e com as actividades habituais até então, sendo forçados a fazer uma adaptação a estes novos contextos. Frequentemente, as mudanças resultantes da separação levam a que algumas tenham que assumir uma série de responsabilidades dentro do agregado familiar, por exemplo, como cuidadores dos irmãos mais novos, ou mesmo proteger os pais emocionalmente carentes. Este evento, inicialmente, pode ser percebido pela criança como uma fonte de orgulho e até mesmo incentivar o desenvolvimento de um sentimento de compaixão e responsabilidade moral, mas se a situação se prolongar, acabam por perder a oportunidade de desfrutar privilégios da infância e adolescência, bem como aspectos importantes do desenvolvimento social (Orellana et al., 2004).

Pelo contrário há autores que afirmam que a noção popular de que as rotinas regulares e autoridade firme são essenciais, foi contestada pelos dados do estudo levado a cabo, por Basham (1991) dado que muitas crianças experimentaram uma maior

segurança e bem-estar, com horários flexíveis, excepto quando os seus pais estavam envolvidos no conflito. Também a crença de que "O divórcio é uma catástrofe, sempre mau para as crianças" foi contestada neste estudo porque muitos pais e crianças relataram um alívio de conflitos, alegria renovada e novas oportunidades.

A "família" é o alicerce do desenvolvimento humano, pois é o contexto social privilegiado que proporciona condições favoráveis para os seus membros imaturos, inexperientes como a criança, a atingir a sua autonomia em todos os níveis. Além dos cuidados físicos necessários para garantir a sua sobrevivência, a "família" é o que dá a estabilidade emocional necessária para o processo evolutivo que transforma o ser biológico que é o bebé, num adulto biopsicossocial (Orellana *et al.*, 2004).

A qualidade destas relações emocionais precoces não são apenas essenciais para o desenvolvimento emocional, mas também têm um impacto significativo no desenvolvimento social da criança, tornando-se um modelo de representação que irão orientar o tipo de relações no futuro (Orellana *et al.*, 2004).

Turkat (2002) citado por Orellana *et al.* (2004) salienta que quando a necessidade inicial de segurança ou a estabilidade emocional, está seriamente ameaçada, como por exemplo, através de divórcio ou separação, dividindo o grupo familiar, o mundo emocional da criança fica abalado pela perda ou ausência de um dos pilares de segurança: um pai. Dada a separação, todas as crianças, especialmente aquelas com menos de seis anos, sentem um choque que se traduz por uma intensa angústia, tristeza e dor, podendo desencadear uma reacção de pânico por se sentirem abandonadas. Estes distúrbios emocionais podem permanecer, com mais ou menos intensidade ao longo da vida.

No campo da Psicologia, os diversos estudos que tentam analisar os prós e contras das opções de guarda não são unânimes nas suas conclusões, ao abrir o debate entre aqueles que defendem a conveniência de guarda conjunta, aos que criticam pondo em causa como sendo uma solução ideal. Para os defensores da guarda conjunta, o argumento básico consiste em assegurar que as crianças continuem a beneficiar do contacto com ambos os pais, tentando assim evitar a interferência que a ausência de relações afectivas entre eles pode repercutir no desenvolvimento emocional e social daquelas. Naturalmente, os autores descartam a possibilidade da guarda compartilhada nos casos em que um dos pais presentes, tenham apresentado comportamento criminal de qualquer tipo, graves distúrbios psiquiátricos, abuso de substâncias e psicopatologia grave. Por outro lado, os críticos desta opção legal alertam para a disfuncionalidade da guarda conjunta quando os filhos se tornam vítimas de manipulações de um pai para fazer mal ao outro, a ponto de causar várias doenças e patologias do foro psicológico (Orellana *et al.*, 2004).

As transições e a tensão emocional a que as crianças assistem quando os seus pais se separam podem criar elevados níveis de *stress*, incluindo confusão, ansiedade e raiva (Orellana *et al.*, 2004).

Num estudo levado a cabo por Sparrenberger, Santos & Lima (2004) sobre a associação de eventos de vida produtores de *stress* e mal-estar, onde estudaram 7 eventos, entre os quais, 5 associaram-se significativamente com *stress* e *mal-estar*, onde a separação conjugal, aparecia a par da morte, roubo e doença na família.

De acordo com uma revisão por Amato e Keith (1991a) citado por Vandervalk *et al.* (2004), ambos os géneros de adolescentes de famílias divorciadas, apresentam taxas mais elevadas de depressão e transtornos de conduta comparados aos adolescentes de famílias intactas, variável com o género nos diferentes domínios de ajustamento. Os rapazes são mais propensos a apresentar problemas de externalização em resposta ao sofrimento causado pelo divórcio parental, enquanto as raparigas tendem a internalizar (Emery, 1982; Jekielek, 1998 citado por Vandervalk *et al.* (2004). Além disso, os problemas de ajustamento podem surgir ou aumentar durante a adolescência e na idade adulta, mesmo que o divórcio tenha ocorrido muito cedo, durante a infância (Hetherington *et al.*, 1998 citado por Vandervalk *et al.*, 2004).

Parte dos possíveis efeitos do processo de divórcio, pode em alguns casos, ter sido influenciada por antecedentes ao momento em que se dá o divórcio. Vários estudos sugerem que problemas conjugais e divórcio podem muito bem exercer a sua influência sobre a adaptação dos adolescentes, através dos mesmos mecanismos (Fauber *et al.*, 1990; McFarlane *et al.*, 1994 citado por Vandervalk *et al.*, 2004).

Garnezy e Rutter (1988) citado por Avanci, Assis, Oliveira, Ferreira & Pesce (2007) constataram que relações familiares anteriores e posteriores ao divórcio são determinantes às consequências no desenvolvimento de problemas mentais de crianças e adolescentes. São as inconsistências, as dificuldades de afecto, de relacionamento e a falta de controlo dos filhos, comuns nas separações dos pais, que realmente interferem na saúde mental infanto-juvenil. Aqueles autores afirmam também a necessidade de os profissionais de saúde e de educação estarem sensibilizados e preparados para lidarem com aspectos emocionais dos indivíduos, adoptando estratégias preventivas e promotoras de saúde. Sem dúvida que uma abordagem dessa natureza pode assumir um poder multiplicador, prevenindo também outros agravamentos à saúde e minimizando difíceis e graves consequências à saúde até à vida adulta.

Devido à grande subida das taxas de divórcio e separação, tem vindo a sentir-se a necessidade de recorrer a profissionais de saúde mental, sendo formados para oferecer intervenções específicas de modo a responder às necessidades das famílias que experienciaram o divórcio. Entretanto, a pesquisa tem sido mínima no que diz respeito às

abordagens eficazes para resolver conflitos parentais quando os filhos estão envolvidos (Mitcham-Smith & Henry, 2007).

Wallerstein (1991) conclui que o divórcio é prejudicial para as crianças comparativamente a crianças de famílias intactas, em vários aspectos do seu desenvolvimento. Outros estudos sugerem que o divórcio é um dos vários factores e que apenas quando combinado com outros, tais como baixo nível sócio-económico faz haver a diferença em termos de desenvolvimento infantil (Emery, 1988).

Fergusson, Lynskey & Horwood (1994) citado por Dowling & Gorell-Barnes, (1999) concluíram que a separação parental parece ter menos impacto sobre o desempenho cognitivo das crianças quando ocorreu antes da entrada para a escola (Amato & Keith, 1991 citado por Dowling & Gorell-Barnes, 1999).

1.4. Relação pais filhos pré/pós divórcio

As mães demonstram maior “sobrecarga” com a função parental pós-divórcio, principalmente relacionada com a guarda e as inevitáveis responsabilidades associadas. São muitas as relações que se estabelecem entre os factores envolvidos na coparentalidade, desde questões individuais, relacionais, contextuais e processuais, que coexistem numa dinâmica de interdependência. Porém, duas questões parecem marcar profundamente o exercício da coparentalidade pós-divórcio: a conjugalidade e os vínculos emocionais pais-filhos. Daí parecem decorrer todas as outras questões envolvidas no processo coparental (Grzybowski, 2010).

O vínculo que uniu o casal, os sentimentos que nutriam ou ainda nutrem um pelo outro, a forma como se deu a separação e a superação ou não das problemáticas emocionais conjugais, mostram-se ligadas à forma como se dá a co-parentalidade. Se não houve um vínculo importante entre o marido e a mulher, se os filhos não foram fruto de uma escolha mútua, se a separação foi conflituosa ou não consensual e/ou se um dos ex-cônjuges ainda tem forte vínculo afectivo-sexual pelo outro, é muito provável que haja um afastamento parental ou um exercício coparental problemático. A conjugalidade está imbricada na parentalidade, são indissociáveis, mesmo após o fim do casamento (Kalmijn & Van Groenou, 2005).

Os elos de ligação entre pais e filhos, antes e depois do fim do casamento, parecem também determinar a coparentalidade. Este aspecto mostrou-se relevante na relação do pai com os filhos, parecendo que às mães esse vínculo é natural. A coabitação também mostrou estar fortemente relacionada com a forma da coparentalidade. As mães têm mais práticas educativas individuais do que os pais por

morarem com os filhos, bem como mais envolvimento directo com eles em função disso. Os pais evidenciam maior envolvimento indirecto com os filhos devido a não coabitarem com eles. A coabitação leva, invariavelmente, a maior envolvimento parental directo, embora não exclua o desenvolvimento de uma coparentalidade saudável, ou seja, não é porque a mãe toma sozinha, algumas atitudes em relação ao filho, que deixe de valorizar ou de exercer uma coparentalidade com o ex-companheiro (Margolin *et al.*, 2001; Van Egeren & Hawkins, 2004 citado por Kalmijn & Van Groenou, 2005). Por outro lado, a coabitação não parece ser um factor apenas positivo, trazendo sobrecarga, exigência parental e desafios maiores ao progenitor na educação dos filhos, embora permaneça idealizada pelo progenitor que não detém a guarda do filho. Destas questões resulta uma coparentalidade solidária e compartilhada (como apoio mútuo, planeamento do futuro dos filhos, cooperação, respeito, valorização, divisão de tarefas, com foco no bem-estar dos filhos) ou uma coparentalidade destrutiva e conflituosa (sem cooperação, conflituosa, triangulada com os filhos mediada por críticas, desrespeito, discussões, e sem divisão de tarefas e responsabilidades) ou, ainda, uma coparentalidade inexistente (cada um educa ao seu estilo, com pouco ou nenhum contacto) (Kalmijn & Van Groenou, 2005).

Questões como acordos financeiros, regulação de visitas e práticas educativas, são influenciadas pelas três variáveis inicialmente citadas (coabitação, conjugalidade, vínculos pais-filhos), bem como pelo género, poder financeiro do progenitor e pela personalidade e género da criança, revelando a interdependência de tais variáveis associadas ao contexto no qual se inserem. Os resultados evidenciam que ter a guarda pode ser uma satisfação e não apenas uma sobrecarga, pois há um certo “prazer” em ter o domínio e controle maior dos filhos, tendo práticas educativas independentes (Kalmijn & Van Groenou, 2005).

Para Shapiro e Lambert (1999) citado por Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, (2004) a guarda compartilhada dos filhos, após a separação dos pais parece ser a que propicia uma maior qualidade na relação entre o pai e seus filhos. Tanto a co-residência quanto a permanência do casamento são vistos de forma benéfica e positiva, pois mantêm os pais biológicos envolvidos em todos os aspectos da vida de seus filhos. Assim, não seria o divórcio que distancia os pais de seus filhos, mas o facto de os filhos já não morarem com seus pais.

Estudos empíricos mostram que a dissolução conjugal está associada a um conjunto de problemas sociais como seja diminuição das redes sociais e consequentemente à falta de apoio social (Gahler, 2006).

Numa pesquisa de Furstenberg e Nord (1985) citado por Dantas *et al.* (2004) concluíram que a maioria dos pais (sem a guarda), após a separação, não procurou manter contacto regular com os filhos. Os dados relativos a essa pesquisa apontaram

para o papel limitado exercido pelos pais que não moram com seus filhos. No entanto, em caso de separação recente, é mais provável que a criança se encontre um número maior de vezes com o pai/mãe que não obtém a guarda. Aqui, vemos em relação ao progenitor não detentor da guarda, que a participação nos trabalhos escolares ou em actividades diárias é praticamente inexistente, restringindo seu contacto ao entretenimento, excluindo-se da rotina de cuidados e da educação dos filhos. A comunicação entre os dois costuma ser relatada como curta, indicando que o padrão de cooperação nos cuidados infantis é raro. Por vezes acontece ainda que a comunicação é feita, através dos filhos, que passam a intermediar o relacionamento dos seus pais. Essa comunicação indirecta pode indicar também uma estratégia para reduzir o desgaste e as discussões entre os adultos. No entanto, quando aumenta o envolvimento do progenitor não detentor da guarda com os seus filhos, as reclamações da mãe sobre a pouca responsabilidade ou ausência do pai diminuem consideravelmente.

King e Heard (1999), citado por Dantas *et al.* (2004) afirmam também que a satisfação materna em relação ao pai, após a separação, é um elemento crucial que irá beneficiar a adaptação do filho a essa nova situação. Dessa forma, mães infelizes e insatisfeitas podem transmitir esses sentimentos aos seus filhos.

No que diz respeito à separação, Ramires (1997) citado por Dantas *et al.* (2004), afirmou que o relacionamento com os filhos vai melhorando qualitativamente, após o divórcio, pois o tempo passado juntos é realmente dedicado às crianças, o que proporciona um aumento na intimidade e cumplicidade entre pais e filhos. Podemos supor que, devido à diminuição do contacto existente entre o pai e os filhos, após a separação, o progenitor não detentor da guarda procure uma vivência de maior qualidade, justamente para compensar a sua ausência diária.

Por sua vez, Fein (1978) citado por Dantas *et al.* (2004) relata também que para alguns homens, o divórcio é a oportunidade de se aproximar e participar activamente na educação dos seus filhos. Desta forma constata-se uma certa ambivalência na postura das mães a esse respeito, pois, se por um lado exigem maior participação do pai na vida dos filhos, por outro, existe uma resistência em deixá-los agir. A distância existente entre as atitudes e o comportamento, sugerida por Jablonski (1999) citado por Dantas *et al.* (2004) também engloba o universo feminino. Em muitos casos, a dificuldade de lidar com a separação, assim como o próprio processo de desvincular-se do relacionamento, pode incitar as mães a dificultar o contacto entre pais e filhos (Dantas *et al.*, 2004).

A ausência de conflito, não indica necessariamente que os pais se dêem bem, pois, podem estar a tentar evitar situações que gerem ansiedade e hostilidade. A maior parte dos relacionamentos envolve algum tipo de conflito, podendo variar no seu conteúdo, frequência, intensidade e solução, assim como na exposição das crianças. No

caso do conflito ser na presença dos filhos, existe a probabilidade de os afectar. Por outro lado, quando os pais cooperam nos cuidados infantis, os filhos, normalmente, demonstram um ajustamento positivo, independentemente da existência de desentendimentos entre os pais. Embora as mães reclamem do baixo nível de envolvimento e da pouca responsabilidade assumida pelo pai não detentor da guarda, essa insatisfação tende a diminuir muito quando há contacto entre ele e os filhos. Dessa forma, mesmo que o aumento das visitas proporcione conflitos, também traz consigo maior satisfação por parte das mães. Essa satisfação também tende a reflectir-se positivamente no comportamento do pai, facto que certamente beneficia as crianças. O nível de satisfação materna é considerado importante porque influencia nas visitas e, conseqüentemente, no bem-estar dos filhos. Em oposição, a pior situação ocorre quando as mães estão insatisfeitas, embora o pai visite seus filhos, frequentemente. As crianças vivendo nesse contexto tendem a apresentar problemas de comportamento (Marsiglio, Amato, Day & Lamb, 2001 citado por Dantas *et al.*, 2004).

Os contactos entre filhos e pais não detentores da guarda direccionam-se mais para o lazer, não contribuindo, de forma directa, para o desenvolvimento dos filhos (Dantas *et al.*, 2004).

Para Stewart (1999) citado por Dantas *et al.* (2004) o motivo pelo qual o progenitor não detentor da guarda demonstra dificuldades de se envolver e se fazer presente na rotina dos seus filhos, prende-se por força de questões emocionais e ligadas ao quotidiano. Esse afastamento também pode ser consequência do que o autor denomina de “padrão de sucessão conjugal”, no qual o pai biológico vai exercer o papel de pai social noutra família, reforçando a ideia de que os laços biológicos cedem, dando lugar aos laços sociais.

Muitas vezes, a separação traz satisfação e felicidade para os pais, que poderão servir de exemplo aos seus filhos para que eles também possam “procurar” relacionamentos felizes e satisfatórios. O relacionamento entre os filhos e o progenitor não detentor da guarda precisa de ser alimentado e a criança ter o seu lugar assegurado e respeitado (Dantas *et al.*, 2004).

Almeida, Wethington & McDonald (2001) citado por (Dantas *et al.*, 2004) consideram que o relacionamento entre pai e filho é mais forte, quando ambos se encontram frequentemente, sendo que a continuidade desses encontros proporciona ao pai a capacidade de impor disciplina ao filho.

Eggebeen & Knoester (2001) citado por Dantas *et al.* (2004) aponta para as mudanças culturais e sociais que vêm privilegiando e enaltecendo a participação do pai na vida de seus filhos. Quando um homem se torna pai, o seu comportamento tende a

mudar, aumentando a sua preocupação com a saúde e a segurança, pelo que considera que a paternidade pode tornar o homem mais responsável.

White & Gilbreth (2001) citado Dantas *et al.* (2004) no que diz respeito ao relacionamento entre os adolescentes e a sua mãe, pai e padrasto, mostram uma associação positiva com a qualidade do relacionamento com os padrastos, sendo que o relacionamento entre o filho e o pai biológico aparece de forma um pouco menos consistente, porém, também trazendo benefícios ao desenvolvimento do adolescente. Manter um bom relacionamento, tanto com o pai biológico, como com o padrasto, de acordo com os autores está associado ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável dos filhos.

Para Shapiro & Lambert (1999), citado por Dantas *et al.* (2004) os pais divorciados tendem a ser mais deprimidos do que os que permanecem casados. Os autores consideram que uma das causas, seja o facto de a mulher ficar com a guarda, na maioria das vezes, mantendo a estrutura familiar criada pelo casal.

Em contra-partida, segundo Féres-Carneiro (2001), citado por Dantas *et al.* (2004) os homens recasam-se mais rapidamente do que as mulheres sugerindo que talvez os homens procurem, através do recasamento, o restabelecimento de uma estrutura familiar.

Quando os contactos com o ex-cônjuge sem a guarda são aversivos, os pais tentam dissuadir tentativas de manter um relacionamento com suas famílias anteriores, com a atenuação rápida de laços com seus filhos. A dor das visitas e a sua brevidade, a sua intensidade e a sua insuficiência que por vezes conduzem a um sentimento de culpa e raiva sobre o divórcio também inibem o regime de visitas constante e frequente (Arditti, 1992; Arendell, 1992; Wallerstein & Kelly, 1980 citados por Fox & Blanton, 1995).

É geralmente aceite que os dois factores críticos envolvendo os filhos de pais divorciados são o conflito conjugal, conflito parental e a destabilização entre relacionamento pais-filhos, tem efeitos divergentes entre relação mãe-filho e pai-filho. (Cox, Paley & Harter, 2001; Frosch, Mangelsdorf & McHale, 2000 citado por Pruett, Williams, Insabella & Little, 2003).

Furstenberg & Nord (1985), citado por Dantas *et al.* (2004) consideram que a sociedade parece não estar preparada para lidar com as mudanças ocorridas no perfil da família contemporânea. De acordo com as estatísticas apresentadas no artigo dos autores supracitados, quase metade dos casamentos actuais termina em separação.

Estes mesmos autores afirmam que, ao contrário de outros pesquisadores que, como vimos anteriormente, vêem na separação a possibilidade do estreitamento dos laços entre pais e filhos, o recasamento do pai pode vir a reduzir o convívio com os filhos

biológicos de casamentos anteriores, reafirmando a ideia de que essa teia complexa de relacionamentos está a expandir-se, cada vez mais, e que a paternidade biológica diminui (no caso da separação) em detrimento da paternidade social, isto é, possibilitando que a criança crie laços afectivos com outras figuras masculinas (o namorado ou novo marido da mãe, algum parente próximo que exerça a função paterna). De facto, o recasamento cria relacionamentos ainda mais complexos, pois pais/mães biológicos precisam de aprender a partilhar os seus filhos com os pais/ mães sociais (Dantas *et al.*, 2004).

1.5. A escola e o divórcio

Ao longo das últimas décadas, vários estudos têm mostrado evidências que as crianças de pais separados revelam diminuição da motivação e rendimento escolar comparativamente a crianças de famílias intactas. Mais concretamente, seriam menos capazes de terminar tarefas escolares, teriam maiores dificuldades em concentrar-se nas tarefas complexas, piores resultados académicos nalgumas disciplinas, e apresentam menor responsabilidade. (Nunes-Costa *et al.*, 2009).

Para Nunes-Costa *et al.* (2009) um dos principais factores que explica o aparecimento de piores resultados escolares, é o menor envolvimento dos pais na vida escolar. O divórcio leva a que a discussão de assuntos escolares, o acompanhamento do estudo dos filhos, sejam responsabilidade apenas, na esmagadora maioria das vezes, do progenitor detentor da guarda.

A separação ou divórcio obriga a uma nova estruturação familiar e ao frequente aumento das horas de trabalho dos pais para aumentar os rendimentos financeiros disponíveis, tornando mais difícil para os pais separados envolverem-se nas actividades escolares dos filhos (Nunes-Costa *et al.*, 2009).

Bertram (2006) refere que os baixos rendimentos académicos dos filhos de pais separados estavam associados, por um lado, ao pobre envolvimento parental e, por outro lado, aos diminuídos índices de adaptação dos pais à própria separação.

Apesar de um grande corpo de pesquisas concluírem que experiência do divórcio dos pais na infância prejudica as crianças no sucesso escolar (Sun & Li, 2001, 2009), poucos estudos têm investigado rigorosamente as consequências académicas consequentes às várias transições familiares pós-divórcio. Como consequência, ainda é pouco explorada a forma de como as mudanças nas estruturas familiares pós-divórcio podem ser associadas às mudanças no progresso educacional das crianças durante o período de transição (Sun & Li, 2009).

Estudos longitudinais têm sido utilizados para investigar se uma estabilização do ambiente familiar após o divórcio beneficia o desempenho acadêmico dos adolescentes. As análises indicam que, comparado com os pares que crescem em famílias estáveis após o divórcio, os filhos do divórcio que passam pela experiência adicional de transições familiares, posteriormente na adolescência, torna-os menos capazes de atingir progressos em determinadas disciplinas e desempenho ao longo do tempo. Mais uma vez se verificam diferenças de acordo com o gênero (Sun & Li, 2009).

A explicação mais citada teoricamente para justificar as diferenças no rendimento entre famílias intactas e divorciadas é a privação de recursos. Essa perspectiva atribui os resultados das crianças devido a um nível reduzido de recursos financeiros dos pais, recursos humanos, e recursos sociais em famílias divorciadas (Coleman, 1988).

Lansford, Malone, Castellino, Dodge, Petit & Bates (2006) no seu estudo sobre o momento da separação ou divórcio dos pais, relaciona as trajetórias acadêmicas através de relatos da mãe e professores, sobre comportamentos de internalização e externalização dos filhos. Os resultados sugerem que o divórcio parental precoce é mais negativamente relacionado com trajetórias de internalização e externalização de problemas do que divórcio "tardio". Uma implicação destes resultados é que as crianças podem beneficiar, se as intervenções forem direcionadas para a prevenção dos problemas de externalização e internalização atempadamente.

1.6. Factores que contribuem para uma melhor adaptação

A literatura científica sobre os efeitos do divórcio nas crianças tem mostrado uma mudança de ênfase ao longo dos últimos anos, principalmente no seu reconhecimento de que nem todas as crianças sofrem danos a longo prazo decorrentes da separação ou divórcio dos pais. A perspectiva do desenvolvimento recente na Psicologia de um "risco e resiliência" abriu a possibilidade de que a experiência de divórcio pode não ser totalmente negativa ou prejudicial às crianças, mas que uma variedade de factores pode ter impacto no seu desenvolvimento e bem-estar (Pryor & Rodgers, 2001; Thompson & Amato, 1999 citados por Flowerdew & Neale, 2003).

O que pode realmente ajudar ou prejudicar as crianças, na sequência de divórcio dos pais continua a ser um tema de preocupação em permanente debate: o conflito parental não resolvido, as diferenças económicas entre os progenitores, a luta pelas

responsabilidades parentais foram apontados como potencialmente prejudiciais às crianças (Flowerdew & Neale, 2003).

A noção de ouvir as crianças para que possam participar na tomada de decisões sobre o seu quotidiano, tornou-se um princípio estabelecido no Direito da Criança em vários países. Há no entanto condicionantes para a constatação desse princípio em prática, no entanto, é deveras reconhecida, a sua importância particularmente no contexto de divórcio e conflito parental (Neale, 2002).

Literatura relevante sobre resiliência em famílias em situação de divórcio, dá especial atenção à forma como as crianças podem desenvolver a resiliência durante o período pós-divórcio. Os investigadores na área têm marcado o acto de passar pelo divórcio como um dos muitos eventos a gerir. Alguma literatura mostra que a maioria das crianças com bons níveis de resiliência ultrapassam com facilidade o divórcio parental (Barnes, 1999).

A resiliência das crianças pode ser desenvolvida e cultivada pela acção protectora e positiva do adulto e da redução dos factores de risco (Pedro-Carroll, 2005 citado por Chen & George, 2005).

Factores individuais e ambientais foram identificados pelos pesquisadores como factores que protegem as crianças de resultados negativos a nível psicológico, social e académico e fomentam a sua resiliência ao enfrentar o processo de divórcio (Barnes, 1999).

Amato e Booth, (1991) e Teachman (2002) citado por Holley, Yabiku & Benin, (2006) consideram que estudar a relação entre divórcio e inteligência é importante no sentido em que muitos estudos prévios implicam factores como emprego, salário e formação parental com potencial relação com a inteligência e portanto a análise pode aumentar a compreensão teórica do processo de divórcio. Pesquisas anteriores debruçaram-se sobre o papel da personalidade do indivíduo como fulcral, bem como características e factores psicossociais no divórcio.

Maiores níveis de educação parental estão relacionados com um menor risco para a criança da vivência do divórcio parental (Bumpass, Martin & Sweet, 1991), enquanto que provinda de uma família com baixo nível de educação parental pode aumentar esse risco (Wolfinger, 2000).

Lidar com a crise de maneira construtiva, pode ajudar a promover o desenvolvimento psicológico da criança. Isso dependerá principalmente dos pais, das suas capacidades de resolução de conflitos e controlo da raiva e da perda, bem como da sua consciência dos sentimentos da criança de modo a mostrarem-se mais compreensivos podendo oferecer maior apoio (Eymann *et al.*, 2009).

Segundo Hetherington (2003), após 35 anos de estudo sobre famílias divorciadas, o que mais o impressiona não é a inevitabilidade de resultados adversos, mas a diversidade de adaptação dos pais e das crianças em resposta à dissolução conjugal. O divórcio apresenta mudanças e desafios, como também uma fuga de uma situação familiar infeliz, conflituosa, ou abusiva e a oportunidade de construir novos relacionamentos e de individualização.

Por exemplo, quando os membros da família divorciada demonstram cordialidade, harmonia e coesão uns com os outros, a adaptação das crianças nestas famílias é mais facilitada (Hetherington, 1989 citado por Johnson, Thorngren & Smith, 2001).

Numerosos estudiosos têm investigado se os efeitos da ruptura conjugal variam segundo o nível de conflito conjugal parental pré-separação. Assim, permanecer numa família com um grande conflito conjugal é mais problemático para as crianças e os jovens adultos do que a própria ruptura conjugal. E quando os jovens não têm conhecimento prévio da possível ruptura, susceptível de ser inesperada, é associada a resultados negativos (Amato et al., 1995 citado Houseknecht & Hango, 2006).

Segundo Hetherington & Stanley-Hagan (1999) citado por Souza (2000), a saúde mental das crianças está associada, ao bem-estar dos pais e à qualidade do relacionamento entre ambos, pelo que as crianças estarão sob risco, quando crescem numa família onde o casal esteja em conflito, quer vivam juntos ou não. Contudo, os filhos de pais divorciados poderão ter um bom ajustamento quando o divórcio puder parar os conflitos entre os cônjuges e o progenitor que detiver a guarda das crianças for capaz de proporcionar um ambiente adequado, de modo a moderar o *stress* associado ao evento.

Ao invés, filhos de pais divorciados que lidam com stressores, como o conflito inter-parental elevado ou perda de contacto ou contacto intermitente com um dos progenitores (geralmente o pai), devido a, por exemplo, problemas na saúde física e mental dos mesmos, colocam em risco a adaptação (Hetherington, 2003).

As informações que os pais fornecem aos filhos, isto é, o que dizem, como e quando, são fundamentais para o processo de reorganização da vida familiar. Os relatos sugerem a importância de se dar condições aos pais para trabalharem com a internalização de sintomas por parte da criança, e com a expressão sintomática do sofrimento (Wallerstein & Kelly, 1980 citado por Souza, 2000).

Os pais podem explicar aos filhos os motivos da separação e que esta não os envolve, como necessitam de informar sobre os aspectos das suas vidas que modificarão a partir da separação. Esta informação deverá ser reciclada várias vezes e nos diferentes momentos de ajustamento infantil: pré-separação, crise inicial e período de adaptação (Souza, 2000).

Muitos pais não dão explicações em qualquer momento do processo deixando os seus filhos em grande *stress* emocional e confusão cognitiva sobre o que se está a passar. Se a preparação psicológica for feita, a maior parte do *stress* e confusão tendem a ser eliminados (O'Connor, 2003 citado por Chen & George, 2005).

Uma comunicação adequada e suficiente informação da decisão pode acalmar as dúvidas nas crianças sobre a sua responsabilidade na ruptura conjugal dos pais bem como o sentimento de abandono. Após o divórcio, a consequência da ausência ou partida de um dos pais sem a guarda (geralmente o pai) e as alterações relacionadas com a estrutura da família, muitas vezes não são discutidas com as crianças, especialmente nas situações em que o divórcio é um resultado da interacção conflituosa ou devido a relações extra-conjugais. As crianças podem descobrir e encontrar significado em relação ao seu progenitor ausente por histórias sobre o passado, grande parte das vezes distorcidas (Chen & George, 2005).

Diversos eventos perturbadores contribuem para o *stress* e a tensão provocados pelo divórcio dos pais. O ingrediente principal para o ajustamento emocional das crianças parece ser o apoio de um adulto competente, que é capaz de oferecer carinho e sensibilidade protegendo contra os efeitos prejudiciais do divórcio (Greene, Anderson, Hetherington, Forgatch & DeGarmo, 2003).

Verifica-se que quase todas as crianças que passaram de forma ajustada pela experiência de divórcio tinham o apoio de adultos envolvidos nas suas vidas - geralmente um dos pais, mas às vezes um familiar, um professor, ou um vizinho. A escola, nas relações com os seus pares, tem uma influência fulcral para um adequado ajustamento ao divórcio (Hetherington, 2003).

É a natureza do conflito e não tanto a sua frequência, que tem mostrado maior influência no ajustamento das crianças. Nem todas as crianças são afectadas de forma semelhante por conflito parental. As crianças com um temperamento fácil, que são inteligentes e socialmente responsáveis e maduras, e que têm um *locus* de controlo interno, são mais capazes de lidar com o conflito parental e divórcio do que são as crianças que não possuem essas características (Hetherington, 1989 citado por Hetherington, 2003).

Para algumas crianças, a percepção do ponto de situação do conflito e mudanças no mesmo, influenciam-nas no seu ajustamento ao divórcio. As crianças que percebem um elevado conflito dos pais, mostram melhor ajuste a longo prazo do que se o divórcio não ocorresse. Por outro lado, as crianças que acreditam existirem baixos níveis de conflito conjugal no casamento de seus pais, mostram pior ajustamento a longo prazo ao divórcio dos pais do que se não ocorresse (Hetherington, 1999). Quando o divórcio está associado a uma mudança para uma forma mais harmoniosa, menos stressante do

ambiente familiar, os filhos de pais divorciados têm uma resposta semelhante, em termos de ajustamento, a crianças de famílias intactas que percebem baixos conflitos (Hetherington, 1999).

Um grande número de filhos de pais divorciados não apresenta perturbações significativas. Os que externalizam o seu sofrimento e conversaram com os seus pais sobre o assunto ultrapassam com menos dificuldade o divórcio (Berger, 1998).

A pesquisa tem chamado a atenção ao facto de que a forma como as crianças entendem a separação dos pais, influencia a sua adaptação (O'Connor, 2003 citado por Chen & George, 2005).

A resposta das pessoas ao *stress* depende de vários recursos à sua disposição. Esses recursos podem ser pessoais e individuais tais como inteligência e auto-eficácia, podem ser decorrentes da relação interpessoal como seja o suporte social bem como de um ambiente físico e social envolvente. Na generalidade, a quantidade e qualidade dos recursos nas vidas das crianças não melhora directamente o seu bem-estar mas ajuda a lidar com as principais pressões e tensões no seu quotidiano. As crianças filhas de pais divorciados estão expostas a mais agentes stressores que os seus pares provenientes de famílias intactas (Amato, 2000).

1.7. Implicações médico-legais

Que a família desempenha um papel importante no desenvolvimento dos comportamentos anti-sociais e de delinquência, é uma noção sobejamente conhecida (Fonseca, 2002).

Sendo que a família pode sofrer alterações na sua constituição de várias formas, uma das quais o divórcio, importa numa perspectiva de intervenção precoce entender determinados fenómenos decorrentes da vivência do processo de divórcio, por parte dos filhos. A família, detentora de um papel central na socialização das crianças e adolescentes, tem sido considerada um factor decisivo no desenvolvimento da delinquência juvenil. (Glueck & Glueck, 1950; Hirschi, 1969; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Patterson, 1982; Sampson & Laub, 1993 citados por Fonseca, 2002). É de crer que perante o aumento da instabilidade das estruturas familiares, os factores relacionados com a família continuarão a deter uma importância fundamental na explicação de delinquência. (Fonseca, 2002). A literatura refere que os problemas de comportamento são mais prevalentes em situações de “lares desfeitos” (Fonseca, 2002).

Diversos autores (Hirschi, 1969; Wells & Rankin, 1985; Voorhis *et al.*, 1988, citados por Fonseca, 2002) mostraram nos seus estudos que a proporção de crianças

oriundas de famílias dissociadas (por morte, divórcio ou separação, conflito temporário etc.) é maior.

Como retratado anteriormente ao longo desta dissertação, existe uma evidência que o processo de divórcio pode acarretar para os filhos de casais divorciados, a vivência de alterações de comportamento, ainda que possam ser temporárias.

Uma ideia que está também igualmente esclarecida é a de que a maior perturbação que o divórcio provoca nos adolescentes, é a depressão, que se vai repercutir em vários domínios e ao longo das diversas etapas da vida (Kot & Shoemaker, 1999 citado por Fonseca, 2002).

A separação e divórcio geram tensões e angústias que se reflectem nos comportamentos dos filhos, mas apenas com efeitos temporários (Demo & Acock, 1988 citado por Fonseca, 2002). Para além da depressão referida anteriormente outro efeito notório é a ansiedade. Daqui poderão decorrer consequências comportamentais directas em termos de agitação e inquietude, desinteresse escolar e absentismo, bem como risco de consumo de drogas (Fonseca, 2002).

Rutter (1980) citado por Fonseca (2002) enumerou as mudanças familiares susceptíveis de afectar a delinquência, entre elas o aumento dos divórcios.

Já Bowlby em 1944 publicou um trabalho onde concluiu que a experiência precoce de separação de figuras parentais, teve influência no desenvolvimento de um carácter não-afectivo em ladroes muito novos (Fonseca, 2002). As relações de vinculação insegura são um factor de risco no desenvolvimento do comportamento anti-social (Fonseca, 2002).

Algumas evidências de estudos longitudinais reportam que indivíduos que experienciaram a separação dos pais apresentam mais problemas de internalização e de externalização do que aqueles que nunca vivenciaram uma experiência de separação dos mesmos. Os distúrbios de internalização são conceptualizados como o conjunto de traços como, por exemplo, depressão, isolamento ou ansiedade. Os distúrbios de externalização contemplam, por seu turno, comportamentos que são encarados como problemáticos, tais como condutas aditivas, impulsividade, hiperactividade ou comportamentos anti-sociais (Nunes-Costa *et al.*, 2009).

O divórcio afecta milhões de crianças e famílias em todo o mundo, sendo que muitas destas crianças e as suas famílias, procuram aconselhamento familiar ou individual, bem como serviços educacionais dos quais façam parte profissionais de saúde mental, portanto, psicólogos e agentes educativos precisam de estar bem preparados para trabalhar com famílias “não-tradicionais” (Sommers-Flanagan & Barr, 2005).

Cerca de 20% a 25% das crianças de famílias divorciadas têm graves problemas de comportamento, comparativamente a uma percentagem de 10% das crianças em

famílias intactas (Forgatch, Patterson & Ray, 1996; Hetherington & Kelly, 2002; McLanahan & Sandefur, 1994; Simons, 1996; Zill, Morrison & Coiro, 1993 citados por Sommers-Flanagan & Barr, 2005).

Tendo em conta esta realidade, pode considerar-se haver a hipótese de existirem implicações médico-legais decorrentes do processo de divórcio ou separação. Estas implicações podem ir desde os comportamentos anti-sociais nas escolas com os seus pares (*bullying*), uso e abuso de substâncias, comportamentos de internalização e externalização. Numa perspectiva de prevenção primária, havendo a possibilidade de uma maior informação e conhecimento por parte de organismos, educadores bem como de profissionais de saúde mental, como sejam os psicólogos nas escolas, poder-se-ia tomar uma atitude pro-activa no sentido de minimizar estes efeitos do divórcio no comportamento das crianças, diminuindo assim o risco de se traduzirem em questões do foro legal.

As implicações são importantes para que os programas de intervenção dirigidos a esses factores de risco devam/possam ser implementados, especialmente vários componentes de programas baseados na comunidade.

PARTE II

Estudo empírico

2.1. Metodologia

2.1.1.Objectivos do estudo

Como pudemos constatar na revisão bibliográfica efectuada, o divórcio é um tema particularmente explorado em publicações norte-americanas e nelas predominam, ainda, os estudos quantitativos. Ao identificar as poucas informações sobre a experiência dos próprios sujeitos, Hetherington e Stanley-Hagan (1999) citado por Sousa (2000) afirmam que, em detrimento da sua preferência por métodos quantitativos, “a compreensão da experiência e dos sentimentos dos pais divorciados e seus filhos precisa ser aprimorada através do uso de métodos qualitativos” (p. 137).

Neste contexto, pareceu-nos pertinente efectuar um estudo que conjugasse os dois tipos de metodologias, quantitativas e qualitativas, no que diz respeito aos sujeitos que já passaram pela experiência de divórcio dos pais.

Constitui-se como objectivo geral deste estudo averiguar o impacto do divórcio parental nos filhos, nomeadamente no que diz respeito à existência de problemas de internalização e/ou de externalização e eventuais implicações com a justiça. Para este efeito, constituíram-se duas amostras, uma de filhos de pais divorciados e outra de filhos de famílias intactas, possibilitando a comparação de eventuais diferenças entre eles.

Mais especificamente, para o caso da amostra de filhos de pais divorciados, colocam-se as seguintes questões de investigação:

1. Como é vivido pelos filhos, o processo de separação/divórcio de seus pais?
2. O conceito (subjectivo e individualizante) de família é alterado com esta vivência?
3. Como foi recebida a notícia da separação?
4. Qual o grau de adaptação ao evento?
5. Que repercussões/implicações resultaram, em vários domínios de vida dos filhos, da vivência deste processo?

2.1.2.Hipóteses

Tendo por base a revisão bibliográfica efectuada e apresentada na primeira parte deste trabalho, formulamos as seguintes hipóteses de investigação.

H1. Comparativamente a crianças de famílias intactas, as crianças de famílias divorciadas apresentarão maior número de problemas de internalização e de externalização. Amato e Keith (1991); Cherlin & Furstenberg (1994); Hetherington (1989)

citado por Johnson, Thorngren & Smith (2001) concluíram que os filhos de pais divorciados apresentam problemáticas de externalização e internalização de comportamentos, são socialmente menos responsáveis e competentes, e têm baixa auto-estima.

H2. Os problemas apresentados serão de curta duração no tempo.

Há evidências consideráveis de a curto prazo haverem mais problemas emocionais em crianças havendo tendência para se dissiparem nos 18 meses a 2 anos posteriores ao divórcio (Wallerstein & Kelly, 1980 citado por Houseknecht & Hango, 2006).

H3. Comparativamente a crianças de famílias intactas, as crianças de famílias divorciadas, apresentarão mais implicações médico-legais.

De facto, a investigação tem demonstrado que os filhos de pais divorciados se encontram em maior risco de piores níveis de desempenho escolar e laboral, têm início sexual precoce na adolescência, comportamentos delinquentes, abuso de substância, e associação com os pares anti-sociais (Amato & Keith, 1991; Chase-Lansdale, Cherlin & Kiernan, 1995; Hetherington, & Clingempeel, 1992 citados por Johnson *et al.*, 2001).

Em média, crianças pré adolescentes de famílias divorciadas comparadas às crianças de famílias intactas mostram aumento dos níveis de agressão, transtornos de conduta, desrespeito, desobediência e diminuição da auto-regulação e responsabilidade social, assim como condutas mais pobres em sala de aula e no desempenho académico. Mostram também um aumento de risco para problemas internalizantes, incluindo níveis mais altos de depressão e ansiedade (Hetherington, 2003).

Filhos de pais divorciados mostram um aumento de duas a três vezes maior risco para problemas psicológicos e de comportamento, incluindo abuso de drogas, actividades delinquentes e envolvimento com pares anti-sociais (Hetherington, 1991a, 1993, citado por Hetherington, 2003).

2.2. Método

O presente estudo é de carácter exploratório. Trata-se de um estudo descritivo que combina a metodologia quantitativa (plano quase-experimental) e qualitativa (aplicável apenas à amostra de filhos de pais divorciados). A opção pela análise qualitativa justifica-se por este trabalho exigir grande proximidade e interacção com o individuo e/ou grupo uma vez que estamos face a face com os mesmos. Este tipo de análise permite-nos compreender o modo como as pessoas pensam, sentem, interpretam e experimentam os acontecimentos em estudo (Ribeiro, 2007).

2.3. Amostra

A amostra é constituída por um grupo de filhos de pais divorciados (n=13) e um grupo de filhos de famílias intactas (n=14). Participaram também os progenitores que passaram pela experiência de divórcio/separação do primeiro grupo supracitado. Todos os sujeitos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino, consistindo em alunos do terceiro ciclo do ensino básico, frequentando do 7º ao 9º anos de escolaridade.

Para a constituição da amostra de famílias divorciadas, pretendíamos controlar a variável tempo decorrido após o divórcio parental, de modo a incluir sujeitos que estivessem a passar pelo divórcio dos pais ou que o tivessem vivenciado preferencialmente até um período máximo de um ano a esta parte. Dada a impossibilidade de ter acesso a essa informação, já que a escola não possui esses dados, o requisito considerado para a inclusão na amostra foi apenas o de serem alunos filhos de pais divorciados, não se atendendo ao período de tempo que havia decorrido desde o divórcio parental até ao momento presente.

O quadro 1 possibilita uma melhor compreensão das características da amostra, apresentando uma breve caracterização dos sujeitos.

Quadro 1. Caracterização da amostra

Variável	Família divorciada (n=13)	Família intacta (n=14)	Total
Género			
Masculino	8	7	15
Feminino	5	7	12
Idade			
12 Anos	3	4	7
13 Anos	3	3	6
14 Anos	4	5	9
15 Anos	3	2	5
Ano de escolaridade			
7º Ano	3	4	7
8º Ano	5	6	11
9º Ano	5	4	9
Nível socioeconómico			
Baixo	3	0	3
Médio Baixo	2	3	5
Médio	3	6	9
Médio Alto	6	4	10
Alto	0	1	1

Para averiguar diferenças na forma de dispersão das variáveis demográficas em função do tipo de família, conduziram-se testes de Qui-Quadrado, cujos resultados permitem concluir a inexistência de diferenças significativas.

Seguidamente, apresentaremos uma descrição pormenorizada das famílias divorciadas envolvidas no presente estudo.

Participantes da amostra das famílias divorciadas

Participaram no estudo 13 adolescentes, 8 do género masculino e 5 do género feminino com idades compreendidas entre os 12 e 15 anos. 8 dos participantes passaram pelo divórcio dos pais até há três anos inclusive; 3 passaram quando tinham entre 1 a 4 anos pelo que não se recordam do divórcio parental; os restantes passaram pelo divórcio

há 6 e 8 anos. O mínimo de tempo ocorrido desde a separação é de 1 ano e o máximo é de 14.

Quanto à fratria, 8 dos participantes não têm irmãos e 5 têm apenas 1.

Procurando caracterizar melhor as famílias pautadas pela vivência do divórcio, o questionário sócio-demográfico incluía questões referentes ao processo de divórcio e respectivas consequências percebidas. No quadro 2, podemos observar estes dados.

Quadro 2. Caracterização da amostra de famílias divorciadas.

Variável	n
Estado civil actual do progenitor	
Divorciado	12
Ausência de resposta	1
Ocupação actual	
Empregado	11
Ausência de resposta	2
Tempo decorrido depois do divórcio	
Há mais de um ano	11
Ausência de resposta	2

Procuramos ainda avaliar o modo como o processo de divórcio decorreu, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de divórcio, decisão e factores precipitantes e regulação do poder parental (responsabilidades parentais). O quadro 3 apresenta estes dados.

Quadro 3. Caracterização do processo de divórcio.

Variável	n
Tipo de divórcio	
Litigioso	3
Mútuo consentimento	7
Ausência de resposta	3
Decisão da separação	
Individual	4
Conjunta	7
Ausência de resposta	2
Influência por parte de alguém para a separação	
Sim	3
Não	7
Ausência de resposta	3
Quem	
Família	1
Outros	3
Relação actual com a família do ex-companheiro	
Boa	3
Razoável	6
Sem qualquer relação	2
Ausência de resposta	2
Tipo de Apoio por parte da família de origem	
Sim	9
Ausência de resposta	4
Factores que levaram ao divórcio	
Outra relação	3
Rotina/indiferença	2
Características de personalidade	4
Degradação da relação	3
Maus-tratos	2
Ciúmes	0
Alcoolismo	1
Outros motivos	1
Ausência de resposta	2
Tipo de relação antes do divórcio	
1º Casamento	10
Ausência de resposta	3

No que diz respeito à regulação do poder parental (responsabilidades parentais), prevalece a situação em que a mãe fica com a custódia dos filhos, tal como podemos observar no quadro 4.

Quadro 4. Caracterização da regulação do poder parental (responsabilidades parentais).

Variável	n
Responsabilidades parentais	
Com a mãe	7
Guarda conjunta	4
Ausência de resposta	2
Regime de visitas	
Semanal	1
Quinzenal	3
Sempre que quer	6
Nunca	1
Ausência de resposta	2

2.4. Instrumentos de recolha de dados

Pretendíamos conhecer o modo como o processo de divórcio se poderia encontrar associado a um maior registo de problemas nos jovens, bem como quais as repercussões nas suas concepções de família e de divórcio. Para isso, com a amostra de famílias divorciadas, foram utilizados para a recolha de dados:

- Junto dos filhos, o Youth Self Report (YSR, Achenbach, 2001) (Anexo3) e a entrevista semi-estruturada sobre as concepções de família e divórcio (Anexo 2).
- Junto de um progenitor, um questionário sócio-demográfico e questões sobre o divórcio (Anexo 5), bem como o Child Behavior Checklist (CBCL, Achenbach, 1991) (Anexo 4).

No sentido de perceber se a existência de problemas se relacionava com o divórcio parental, foi constituído um grupo de controlo composto por filhos de famílias intactas, provenientes do mesmo meio académico, aos quais foi administrado o questionário sócio-demográfico e o YSR.

Os instrumentos e sujeitos utilizados nos grupos do estudo podem ser observados no quadro 5.

Quadro 5. Instrumentos de avaliação utilizados em função do tipo de família.

Família divorciada	Família intacta
Filhos	Filhos
- YSR	- YSR
- Entrevista semi-estruturada	
Progenitor	
- Questionário sobre o divórcio	
- Questionário sócio-demográfico	
- CBCL	

Seguidamente, proceder-se-á a uma descrição dos instrumentos questionário sócio-demográfico, YSR e CBCL, utilizados.

- Questionário sócio-demográfico – O questionário sócio-demográfico visa recolher informação de caracterização dos sujeitos possibilitando também averiguar a homogeneidade das amostras estudadas. É composto pelas variáveis género, idade, ano de escolaridade e nível sócio-económico.

- Questionário de Comportamentos da Criança – Child Behavior Checklist (CBCL) (Achenbach, 1991 – tradução adaptação portuguesa de Fonseca, Simões, Almeida & Dias, 1994) – trata-se de um questionário entregue aos pais ou cuidadores para que forneçam respostas referentes aos aspectos comportamentais dos seus filhos. Embora seja composto por duas partes, interessou-nos para o estudo em questão, analisar a resposta aos 112 itens iniciais relativos a diversos problemas de comportamento e/ou perturbações emocionais, que nos permitirão retirar informação relativa a oito síndromes – Isolamento, Queixas somáticas, Ansiedade/Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção, Problemas de Pensamento, Comportamento Agressivo e Comportamento Delinquente – para além das dimensões de internalização e de externalização e pontuação total.

- Questionário de Auto-Avaliação para Jovens – Youth Self Report (YSR), (Achenbach, 1991 – tradução e adaptação portuguesa de Fonseca, Simões, Almeida & Dias, 1994). Este questionário tem por objectivo descrever e avaliar as competências sociais e os problemas de comportamento da criança/adolescente, tal como são percebidos pela criança/ adolescente. É composto por duas partes sendo que à semelhança do instrumento aplicado aos pais apenas interessou a resposta aos 112 itens iniciais que permitem a retirada de informação relativa às mesmas dimensões referidas para o CBCL. A criança/ adolescente deve indicar se a característica de comportamento descrita em cada item da Escala se aplica ou não a si (considerando como referência

temporal os últimos 6 meses), tal que: 2 pontos – “Muitas vezes verdadeira”; 1 ponto – “Às vezes verdadeira”; 0 pontos – “Não verdadeira”.

Os Instrumentos “ASEBA” (Achenbach System of Empirically Based Assessment) são inventários que permitem verificar diversos aspectos de funcionamento adaptativo a partir da avaliação dos problemas comportamentais e emocionais, de entre os quais o CBCL (Child Behavior Check List) e o YSR (Youth Self-Report) serão de interesse ao presente projecto.

Para o estudo em questão, pretendeu-se recolher informações acerca dos filhos de pais divorciados no sentido de entender a forma como passam pelo processo de divórcio dos seus pais. Considerámos importante obter a informação por parte dos pais acerca da vivência dos seus filhos por aquele processo, permitindo-nos inferir sobre a forma como estes últimos percebem a vivência dos filhos.

Existem várias técnicas de recolha de dados em investigação qualitativa, mas uma vez que o nosso estudo se prende com a opinião assente na experiência da vivência do divórcio dos seus pais por parte de cada criança, procurou-se ser o mais fidedigno à opinião de cada um. Para tal fim, foram utilizados como instrumentos uma entrevista semi-estruturada e um questionário aos filhos e pais respectivamente como complemento aos YSR (Achenbach, 2001), que demonstra a percepção que as próprias crianças têm de seus comportamentos e o CBCL (Achenbach, 1991) – o qual foi respondido pelos pais em relação aos comportamentos dos filhos.

Foi utilizado, para a análise estatística, o programa SPSS Statistical 17.0.

No que respeita à escolha da entrevista para complementar a recolha de dados, optámos por esta técnica uma vez que se constitui como um método adequado para se obterem informações que não são acessíveis mediante observação directa, assim como permite uma melhor captação das dimensões subjectivas implicadas em certos comportamentos. Como esta entrevista incide sobre a opinião de cada criança a um conjunto de factores inerentes à sua vivência do processo de divórcio, elaboramos um conjunto de questões que permitiram e tiveram por objectivo uma abordagem detalhada na recolha de relatos, opiniões e percepções por parte das crianças com base na sua experiência na vivência deste processo.

A entrevista realizada assentava em questões abertas, permitindo-lhes deste modo que respondessem à-sua maneira (usando o seu vocabulário) assim como permitia que descrevessem pormenores ou tecessem comentários sobre as várias dimensões discutidas. Todas as suas respostas e informações obtidas foram registadas e alvo de análise por parte do investigador.

Para este tipo de estudo qualitativo, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo. Esta é definida por Bardin (2008) como sendo — um conjunto de técnicas de

análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indeferidas) destas mensagens. Este tipo de análise tem por objectivo efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes às mensagens (tendo também em consideração o emissor e o seu contexto).

2.5. Procedimentos

Para a recolha da amostra foi pedida colaboração numa escola EB2,3 em Vila Real. Depois da autorização por parte da Direcção da mesma, foi disponibilizada uma lista de possíveis participantes. Assim, foi formulado um pedido de autorização (anexo 1) aos pais para os seus filhos participarem no estudo onde era explicado qual o propósito da investigação, quais os objectivos estabelecidos bem como ressaltar questões éticas, o carácter anónimo e confidencial do tratamento de dados explicitando que conteúdo da entrevista seria usado única e exclusivamente para a investigação em curso. As entrevistas foram realizadas no mês Março, nas instalações da escola, consoante a disponibilidade de cada criança de modo a não interferir no decurso habitual das aulas.

Uma vez assinada a declaração de consentimento informado, procedeu-se à entrevista propriamente dita, e ao preenchimento do instrumento seleccionado. Procuramos seguir uma simplicidade na formulação, permitindo deste modo, suscitar a reflexão pessoal.

Eram realizadas sensivelmente três a quatro entrevistas por semana, tendo sido realizadas na totalidade 13 entrevistas, tendo estas, decorrido dentro da normalidade, sendo que cada criança demorou sensivelmente entre 30 a 45 minutos para responder às questões. Os questionários e instrumentos foram entregues aos pais através do director de turma ou do filho, em envelope fechado, sendo entregue aos investigadores pelo mesmo procedimento. Optou-se por escolher esta forma de recolha de dados respondidos pelos progenitores a conselho da escola por terem já experiências prévias de pouca adesão se tivéssemos que interferir no dia-a-dia dos pais, marcando um horário para comparecer em algum local com o investigador, para proceder ao respectivo preenchimento dos instrumentos utilizados.

PARTE III

Apresentação e discussão dos resultados

3.1. Análise diferencial de dados

Para averiguar a normalidade da distribuição dos resultados realizou-se o teste da normalidade de Kolmogorov-Smirnov, o qual permitiu verificar que as dimensões do YSR-Comportamento Delinquente, CBCL – Queixas Somáticas, CBCL Problemas de Pensamento e CBCL Comportamento Delinquente não seguem uma distribuição normal. Por este motivo é utilizada a estatística não paramétrica.

As estatísticas não-paramétricas são, tal como as estatísticas paramétricas, técnicas de inferência estatística. Diferem das segundas na medida em que podem ser utilizadas com distribuições de resultados que não obedeçam aos parâmetros da curva normal. Estes testes podem ser utilizados quando os dados experimentais são mensurados com base em escalas de medida ao nível ordinal ou nominal.

O método não-paramétrico coloca os resultados numa ordem de grandeza, portanto, apenas mede a variabilidade dos resultados de forma indirecta, ao contrário dos testes paramétricos, que podem medir a proporção exacta de variabilidade total dos resultados, que é devida a diferenças entre as situações experimentais, pelo que se pode afirmar que os testes não-paramétricos são menos potentes que os paramétricos e, como tal, podem ter maiores dificuldades em constatar as diferenças significativas quando elas o são.

Análise diferencial em função do tipo de família

No sentido de averiguar se o modo de distribuição dos sujeitos nas dimensões do YSR é diferenciado em função da pertença a famílias divorciadas ou famílias intactas, foram conduzidos testes de qui-quadrado.

Apesar da inexistência de significância estatística ($\chi^2_{(2)} = 2,181$, $p = 0,336$), verifica-se uma maior frequência de casos patológicos nos filhos provenientes de famílias divorciadas ($n=7$) comparativamente aos filhos da amostra de famílias intactas ($n = 4$).

No quadro 6 apresenta-se a distribuição do YSR por tipo de família e na amostra total.

Quadro 6. Distribuição do YSR Total em função do tipo de amostra.

Tipo de família								
Família divorciada (n = 13)			Família intacta (n = 14)			Amostra Total (n = 27)		
Normal	Fronteira	Patológico	Normal	Fronteira	Patológico	Normal	Fronteira	Patológico
4	2	7	5	5	4	9	7	11

Foram ainda conduzidos testes de Qui-quadrado para todas as dimensões do YSR em função do tipo de família, cujos resultados se apresentam no quadro 7.

Quadro 7. Teste de Qui-quadrado para as dimensões do YSR em função do tipo de família.

	Tipo de família						χ^2	p
	Divorciada (n=13)			Intacta (n=14)				
	Normal	Fronteira	Patológico o	Normal	Fronteir a	Patológico o		
Isolamento	12	1	0	14	0	0	1,118	,290
Queixas somáticas	13	0	0	14	0	0	-	-
Ansiedade e Depressão	11	2	0	13	1	0	,496	,464
Problema Sociais	12	1	0	14	0	0	1,118	,290
Problemas de Pensamento	12	0	1	13	1	0	2,006	,367
Problemas de Atenção	8	2	3	13	1	0	4,493	,106
Comportamento Delinquente	10	3	0	14	0	0	3,365	,057
Comportamento Agressivo	10	3	0	14	0	0	3,365	,057
Internalização	11	0	2	13	0	1	,464	,496
Externalização	9	0	4	13	0	1	2,494	,114
YSR Total	4	2	7	5	5	4	2,181	,336

Apesar de não se ter obtido nenhuma diferença estatisticamente significativa (e face à reduzida dimensão da amostra), é de salientar as dimensões “Comportamento delinquentes” e “Comportamento agressivo” que se apresentam quase significativas, uma vez que na amostra de famílias divorciadas temos sujeitos na zona fronteira, comparativamente à amostra de famílias intactas cujos valores se encontram para todos os sujeitos na normalidade.

Consideramos pertinente perceber o número de sujeitos que se apresentam como merecedores de atenção clínica (por apresentarem valores nas dimensões do YSR patológicos ou de fronteira) em cada amostra do estudo. Estes dados encontram-se sistematizados no quadro 8.

Quadro 8. Frequência e percentagem de sujeitos que pontuam nas dimensões do YSR na zona fronteira e patológica por tipo de família.

	Famílias Divorciadas		Famílias Intactas	
	n	%	n	%
Isolamento	1	7,69	0	0,00
Queixas somáticas	0	0,00	0	0,00
Ansiedade /depressão	2	15,38	1	7,14
Problemas Sociais	1	7,69	0	0,00
Problemas de pensamento	1	7,69	1	7,14
Problemas de atenção	5	38,46	1	7,14
Comportamento delinquente	3	23,08	0	0,00
Comportamento agressivo	3	23,08	0	0,00

Assim, verifica-se na análise dos dados contidos no quadro, que a dimensão do YSR que mais alunos pontuam é a dimensão *Problemas de atenção*, *Comportamento delinquente* (externalização) e *Ansiedade/Depressão* (internalização). Também o *Isolamento*, *Problemas Sociais*, *Problemas de Pensamento* e *Comportamento Agressivo* tiveram relevo. Já nas famílias intactas, só três alunos tiveram pontuação merecedora de interesse clínico, sendo que cada um teve acima do ponto de corte apenas uma das dimensões, *Ansiedade/depressão*, *Problemas de pensamento* e *Problemas de atenção*.

Dado que foi explicitamente pedido que respondessem ao questionário com base na vivência do divórcio, consideramos que estes resultados vão de encontro à literatura (Farrington, 2005; Hetherington, 2003; Johnson et al., 2001; Wood et al., 2004).

Análise diferencial entre o YSR e o CBCL (amostra de famílias divorciadas)

No caso das famílias divorciadas, tornou-se importante perceber de que modo as percepções de existência de problemas são congruentes entre o filho e o progenitor.

A forma de distribuição dos resultados em termos clínicos encontra-se sistematizada no quadro 9.

Quadro 9. Distribuição dos resultados do YSR e do CBCL em função da dimensão.

	YSR			CBCL		
	Normal	Fronteira	Patológico	Normal	Fronteira	Patológico
Isolamento	12	1	0	12	1	0
Queixas somáticas	13	0	0	10	2	1
Ansiedade e Depressão	11	2	0	12	1	0
Problema Sociais	12	1	0	12	1	0
Problemas de Pensamento	12	0	1	12	1	0
Problemas de Atenção	8	2	3	9	3	1
Comportamento Delinquente	10	3	0	12	1	0
Comportamento Agressivo	10	3	0	13	0	0
Internalização	11	0	2	9	1	3
Externalização	9	0	4	10	3	0

De acordo com os dados obtidos não há muita discrepância entre a resposta dos adolescentes sobre eles próprios e a percepção dos pais. Contudo destacamos a comparação entre YSR externalização, na zona de corte total de zero e na CBCL total de 3.

Para averiguar as diferenças entre pais e filhos, foram conduzidos testes não-paramétricos para amostras emparelhadas para cada uma das dimensões, tendo-se recorrido ao teste de sinais de Wilcoxon, cujos resultados se apresentam no quadro 10.

Quadro 10. Resultados do teste não paramétrico de sinais de Wilcoxon, para amostras emparelhadas.

		N	Mean Rank	Sum of Ranks	of Z	p
CBCL Isolamento - YSR Isolamento	Ranks Negativos	5	6,10	30,50		
	Ranks Positivos	8	7,56	60,50	-1,089	,276
	Empates	0				
CBCL Queixas Somáticas - YSR Queixas Somáticas	Ranks Negativos	8	5,63	45,00		
	Ranks Positivos	3	7,00	21,00	-1,098	,272
	Empates	2				
CBCL Ansiedade/ Depressão - YSR Ansiedade/ Depressão	Ranks Negativos	10	6,40	64,00		
	Ranks Positivos	3	9,00	27,00	-1,297	,195
	Empates	0				
CBCL Problemas Sociais - YSR Problemas Sociais	Ranks Negativos	6	5,67	34,00		
	Ranks Positivos	6	7,33	44,00	-,395	,693
	Empates	1				
CBCL Problemas de pensamento - YSR Problemas de Pensamento	Ranks Negativos	7	6,00	42,00		
	Ranks Positivos	3	4,33	13,00	-1,492	,136
	Empates	3				
CBCL Problemas de Atenção - YSR Problemas de Atenção	Ranks Negativos	9	7,39	66,50		
	Ranks Positivos	4	6,13	24,50	-1,476	,140
	Empates	0				
CBCL Comportamento delinquente - YSR Comportamento Delinquente	Ranks Negativos	8	5,94	47,50		
	Ranks Positivos	2	3,75	7,50	-2,057	,040
	Empates	3				
CBCL Comportamento agressivo - YSR Comportamento Agressivo	Ranks Negativos	8	6,81	54,50		
	Ranks Positivos	3	3,83	11,50	-1,914	,056
	Empates	2				

De seguida analisaremos a informação do YSR em articulação com as respostas à entrevista efectuada. Para uma melhor sistematização e compreensão, colocaremos de seguida a dimensão na qual a criança teve valores no ponto de corte ou acima deste cruzando a informação com as respostas da entrevista (quadro 11).

Quadro 11. Dimensões do YSR distribuído por género e número.

Dimensões	Famílias					
	Divorciadas			Intactas		
	Género	Pontuação	Código	Género	Pontuação	Código
Isolamento	M	8	1			
Queixas somáticas	--	--	--			
Ansiedade	M	14	1	F	19	D
/depressão	M	15	4			
Problemas Sociais	M	8	1			
Problemas de pensamento	M	10	10	M	7	B
Problemas de atenção	M	11	10	M	10	K
	M	12	4			
	M	16	1			
	M	17	12			
	F	11	13			
Comportamento delinquente	M	8	10			
	F	7	13			
	F	8	12			
Comportamento agressivo	M	20	10			
	M	21	1			
	F	18	13			
Legenda:		M – Masculino				
		F – Feminino				

Nas famílias divorciadas sobre as quais nos debruçámos na análise deste quadro, analisaremos/ comparar-se-á o sujeito e o resultado do YSR com a entrevista realizada. Assim, destacam-se o sujeito 1, 4, 10, 12, 13, ou seja, 5 sujeitos de uma amostra de 13.

Assim, o sujeito 1 tem valores no ponto de coorte ou acima deste nas dimensões

Isolamento, Ansiedade/depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção, e Comportamento Agressivo.

O sujeito 4 apresenta nas dimensões Ansiedade/depressão e Problemas de Atenção;

O sujeito 10 apresenta nas dimensões Problemas de Pensamento, Comportamento Delinquente, e Comportamento agressivo;

O sujeito 12 apresenta nas dimensões de Problemas de Atenção e Comportamento Delinquente;

O sujeito 13 apresenta nas dimensões Problemas de Atenção, Comportamento Delinquente e Comportamento Agressivo.

Destacamos da leitura deste quadro o facto de no YSR não haverem Queixas Somáticas identificadas e os pais identificarem essa dimensão nos sujeitos 1, 10 e 13. Destacamos ainda no YSR haverem 3 adolescentes (1, 10 e 13) que apresentam a pontuação para o síndrome Comportamento Agressivo e os pais não identificarem na CBCL.

Comparativamente à amostra de famílias intactas, apenas 3 sujeitos apresentam valores no ou acima do ponto de corte e em apenas 1 dimensão cada: Problemas de Pensamento, Ansiedade/depressão e Problemas Sociais (quadro 12).

Quadro 12. Comparação de síndromes entre YSR e CBCL

Síndromes YSR/CBCL	Filhos			Pais		
	Género	Pontuação	Código	Género	Pontuação	Código
Isolamento	M	8	1	M	8	1
Queixas somáticas	-----			M	4	1
				M	4	10
				F	10	13
Ansiedade	M	14	1	M	12	1
/depressão	M	15	4			
Problemas Sociais	M	8	1	F	7	12
Problemas de pensamento	M	10	10	F	4	13
Problemas de atenção	M	11	10	M	11	1
	M	12	4	F	10	3
	M	16	1	F	12	12
	M	17	12	F	11	13
	F	11	13			
Comportamento delinquente	M	8	10	F	7	12
	F	7	13			
	F	8	12			
Comportamento agressivo	M	20	10			
	M	21	1		-----	
	F	18	13			

Legenda: M – Masculino
F - Feminino

Na aplicação do YSR aos filhos de pais divorciados foi dada a instrução específica para responderem de acordo com o que sentiram ou sentem durante o processo de divórcio dos pais mediante já tenham passado ou estejam a passar. Importa salientar que alguns sujeitos não passaram directamente pelo divórcio (sendo que este aspecto confere uma lacuna à investigação, pois não se conseguiu controlar esta variável). No quadro 13 explicitaremos por criança em que fase da sua vida decorreu o divórcio.

Quadro 13. Explicitação do período em que decorreu o divórcio por sujeito.

Sujeito	Período em que decorreu o divórcio
1	Os pais estão divorciados há 3 anos
2	O divórcio aconteceu quando tinha cerca de 3 anos de idade
3	Os pais estão divorciados há 1 ano e ainda revela muito desconforto ao falar no assunto
4	Divórcio há 1 ano – ideação suicida
5	O divórcio aconteceu quando tinha cerca de 4 anos
6	O divórcio aconteceu há 14 anos
7	O divórcio aconteceu há 3 anos, mostra-se ainda desconfortável não querendo abordar o assunto na entrevista. Refere nunca ter entendido o motivo da separação
8	O divórcio aconteceu há 6 anos
9	O divórcio aconteceu há 8 anos. Mostrou-se desconfortável ao falar no assunto
10	O divórcio aconteceu há 2 anos
11	O divórcio aconteceu há 3 anos
12	O divórcio aconteceu há 3 anos (alienação parental). Ainda é intermediária dos pais que a utilizam de pombo-correio
13	O divórcio aconteceu há 2 anos. Ideação suicida

3.2. Análise qualitativa

No que se refere à análise da entrevista realizada, foi conduzida uma análise de conteúdo. A análise de conteúdo divide-se em três diferentes fases de análise: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a sua interpretação.

A fase da Pré-Análise: corresponde à fase de organização, à sistematização das ideias iniciais e à delimitação das hipóteses e objectivos a explorar.

Na fase da Exploração do Material, a qual consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração segundo algumas regras (Bardin, 2008; Amado, 2000). Esta codificação é um processo sobre o qual, os dados são transformados e agregados sistematicamente em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Bardin, 2008). Nesta fase estão englobadas a unidade de registo – unidade de significação a codificar, visando a categorização e a contagem frequencial; unidade de contexto – serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo, corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são boas para compreender o significado exacto da unidade de registo. Tendo em conta o nosso objecto de estudo e a nossa amostra, procedeu-se a uma análise temática, no

qual o objectivo é descobrir os núcleos de sentido que estruturam a comunicação e cuja frequência de aparição pode ter algum significado para o objecto de análise. Por fim, a última fase da análise conteúdo, corresponde ao *tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação*. Após obter os resultados, podemos realizar inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos (Bardin, 2008).

Deste modo, analisaremos num todo destacando as respostas que consideramos pertinentes para responder às questões de investigação. No caso dos sujeitos que passaram pelo divórcio dos pais em idades muito precoces não iremos mencioná-los em algumas dimensões de entrevista já que não vivenciaram ou não têm recordações.

Um dos objectivos da nossa investigação era o de averiguar as eventuais mudanças no conceito de família em função da experiência do divórcio parental. Deste modo, a entrevista foi iniciada pelo pedido de descrição da noção de família e respectiva constituição, num conceito genérico do termo, seguida da constituição da própria família. À excepção dos sujeitos 1 e 8 que depois de algum tempo de silêncio responderam não serem capazes de definir, todos deram respostas num conceito de família que assenta nos laços de amizade, amor, com uma relação de proximidade, confiança e união, denotando-se algumas respostas socialmente correctas. A figura 1 ilustra os resultados obtidos pela análise de conteúdo a esta questão.

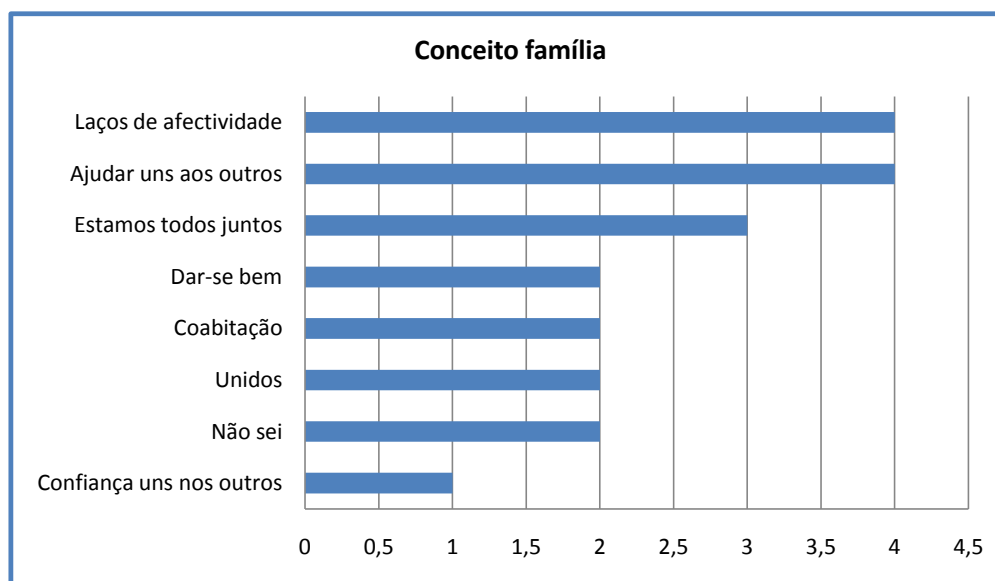


Figura 1. Frequência de resposta definidora do conceito de família.

Questionados sobre quem faz parte de uma família genérica, 3 sujeitos não referem a figura parental masculina. Os restantes referem a constituição da família nuclear e alargada (Figura 2).

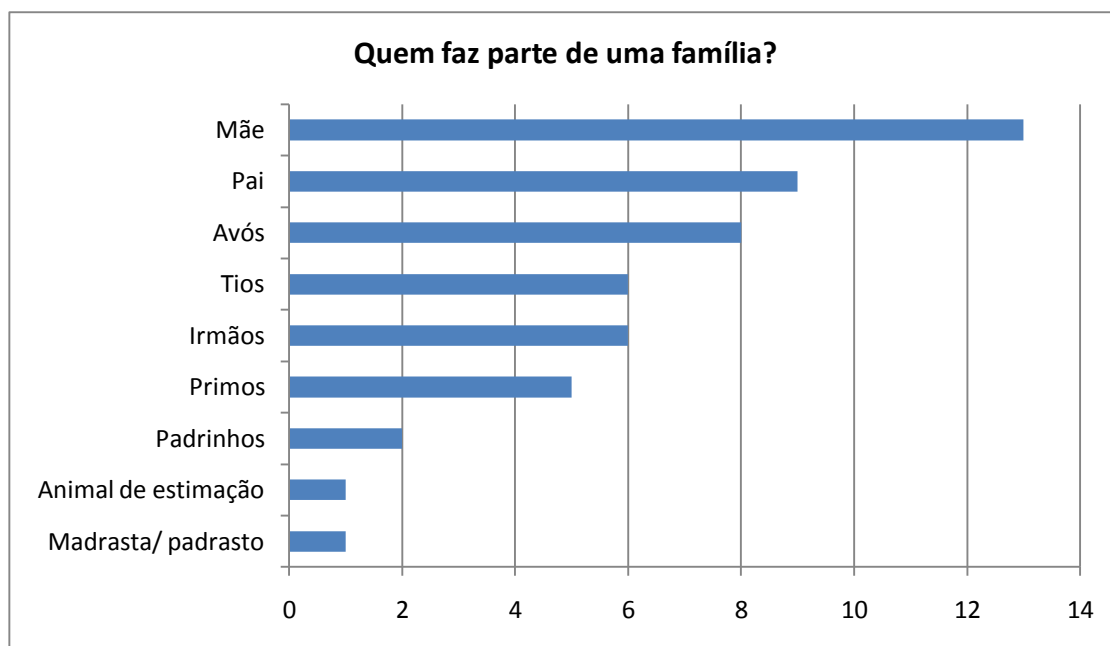


Figura 2. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à constituição da família.

Já quando questionados sobre a constituição da própria família, 11 em 13 apenas referem a figura materna e uma minoria acrescenta outros membros da família. Apenas dois referem a figura paterna (Figura 3).

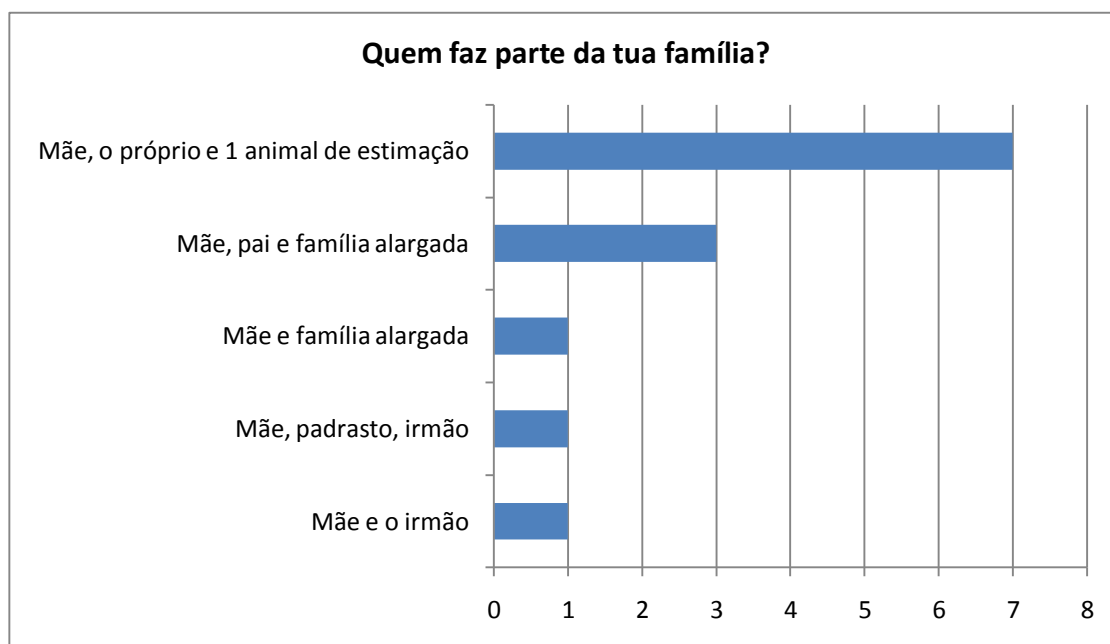


Figura 3. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à constituição da sua família.

Poder-se-á inferir que a vivência do processo de divórcio parental transformou o

seu conceito de família já que uma grande maioria deixou de incluir o pai como fazendo parte da sua família. De salientar que todos ficaram sob a custódia da mãe.

Esta conclusão vai de encontro à literatura que refere que por regra é a mãe que fica com as responsabilidades parentais (a custódia dos filhos) (Lanahan & Sandefur, 1994).

Questionou-se ainda de forma indirecta para averiguar se algum não assumiria o divórcio dos pais, se na família já tiveram sofrido alguma ruptura e de que tipo, tendo todos assumido o divórcio parental.

Foi pedido que dessem o seu conceito de divórcio seguindo-se o motivo pelo qual consideram que os seus pais se divorciaram, havendo respostas bastante diversificadas que tocavam noções como: diminuição do sentimento, discussões e desgaste na relação (Figura 4).

“É a separação de duas pessoas que estavam casadas porque já não acham atracção uma pela outra ou porque há zangas.” (Masc. 7)

“É o casamento que não dá por exemplo, por desgaste da relação.” (Fem. 11)

“Quando duas pessoas não se estão a entender e tem que haver separação... Não havia outra hipótese.” (Masc. 4)

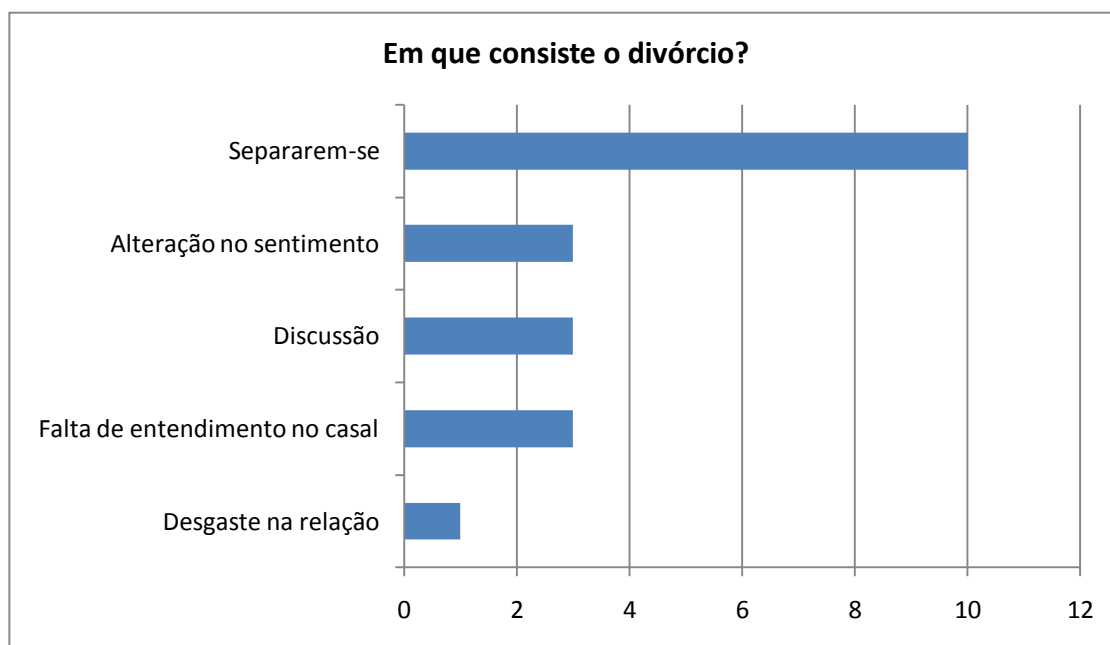


Figura 4. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao conceito de divórcio.

No que respeita aos motivos percepcionados por eles para a ocorrência do divórcio, 2 referem não saber, 2 atribuem às agressões, 5 devido a discussões, 3 porque havia outra relação e 2 por motivos diversificados como sendo desgaste na relação

(Figura 5).

De acordo com a pesquisa bibliográfica efectuada as razões apontadas como motivos para o divórcio são *stress* e infidelidade (Bodenman *et al.*, 2007). Também a incompatibilidade, o álcool e a distância física como a emigração são considerados por Amato e Previti (2003).

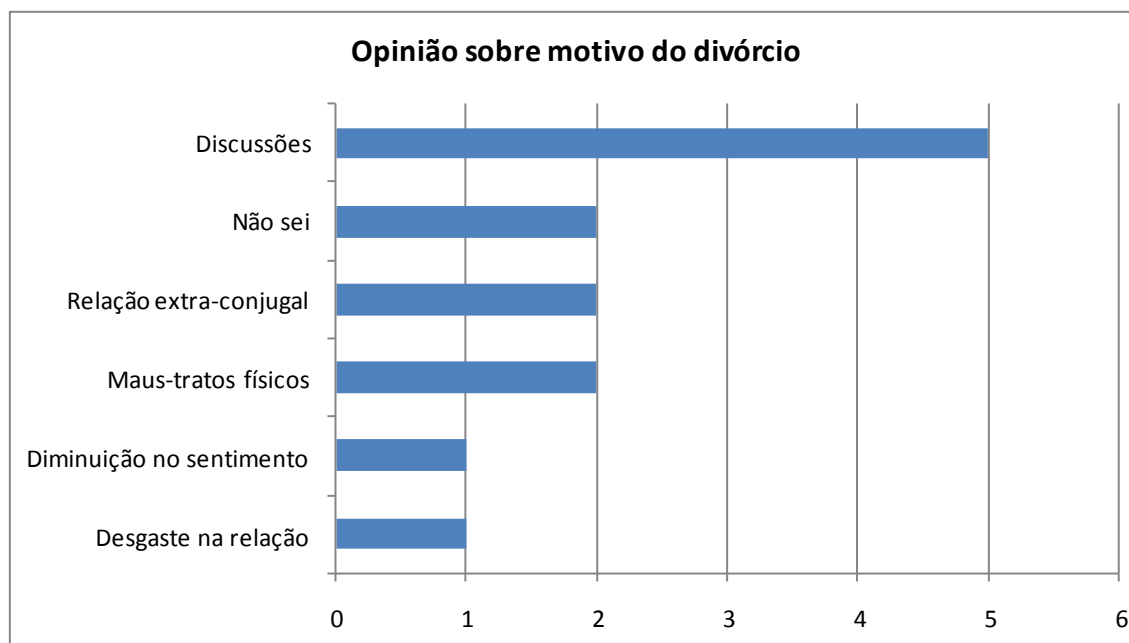


Figura 5. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo sobre o motivo do divórcio.

“O meu pai batia na minha mãe.” (Masc.1)

“O meu pai saiu de casa porque tinha uma amante. Um dia cheguei a casa e a minha mãe estava a chorar porque o meu pai tinha saído.” (Masc. 4)

“Oh... discutiam... Se já não se gosta é o melhor.” (Masc. 9)

Parece haver uma relação entre respostas sobre a noção de divórcio e o motivo que levou à separação dos pais. O conceito de divórcio para cada um deles foi modelado pelo motivo real ou percebido para ter ocorrido o divórcio parental.

Tentámos de seguida perceber o ambiente familiar pré-divórcio (Figura 6). Essencialmente referem serem dias de discussões, e no caso em que o motivo foram os maus-tratos referem haver agressões.

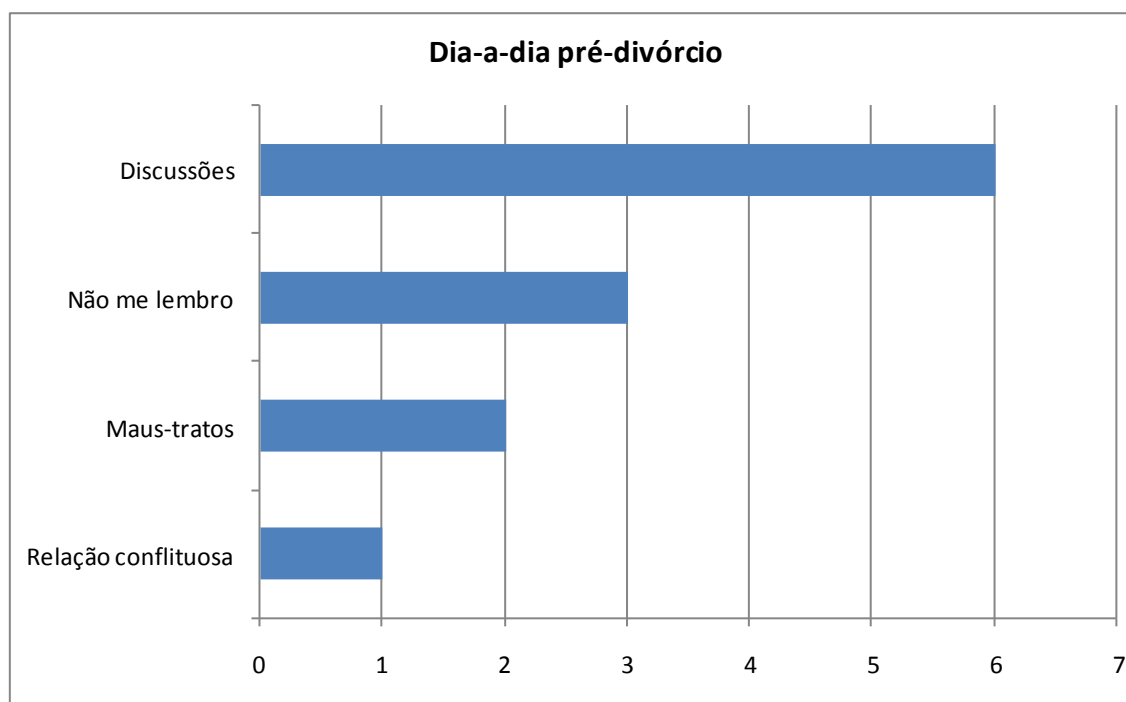


Figura 6. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao dia-a-dia anterior ao divórcio.

“Desde sempre me lembro haver discussão e maus-tratos à minha mãe. Batia-lhe.” (Masc. 1)

“Os meus pais discutiam. Era uma relação conflituosa.” (Masc. 2)

“Não discutiam muito. Nada fazia prever... até aquele dia. Ele uma vez já tinha saído mas voltou...” (Masc. 4)

“Era normal, não eram muito de discutir, sempre evitaram que déssemos conta.” (Fem. 11)

“Os três ou quatro meses antes de se divorciarem já não se falavam... nem dormiam juntas... as coisas estavam muito difíceis em casa.” (Fem. 12)

Tentámos de seguida perceber como foi/se foi transmitida informação aos filhos sobre a decisão do divórcio parental, por quem e como reagiram (Figuras 7 e 8). 9 dos entrevistados recordam-se, 5 disseram não se recordar, no entanto nestes incluem-se os entrevistados que evidenciavam uma clara recusa em falar e/ou aceder a memória sobre o sucedido, e ainda os que passaram pelo divórcio em idades muito precoces e das quais não têm memória.

O facto de se incluir a criança/adolescente na tomada de decisão do seu quotidiano é de extrema importância (Neal, 2002). A separação dos pais muitas vezes é a primeira grande provação, alterando a percepção do futuro familiar (Eymann *et al*, 2009).

Quando os jovens não têm conhecimento da possível separação, sendo portanto inesperada, como aconteceu na nossa amostra, está associada a resultados negativos

(Amato *et al.*, 1995, citado por Hoseknecht & Hango, 2006).

Todos reagiram de acordo com a sua personalidade, temperamento, género, história de vida e estrutura familiar (Ayalon, Ofra, 1993).

Por vezes o divórcio pode ser sentido como o alívio e tensão em que vivem, dado que contém um ambiente hostil, (Hetherington & Stanley – Hagan, 2002, citado por Souza, 2000; Amato, 2007) como aconteceu na nossa amostra em que um dos entrevistados referiu alívio.

Os pais devem explicar os motivos, explicar que não os envolve, bem como informar sobre o que modificará (Souza, 2000).

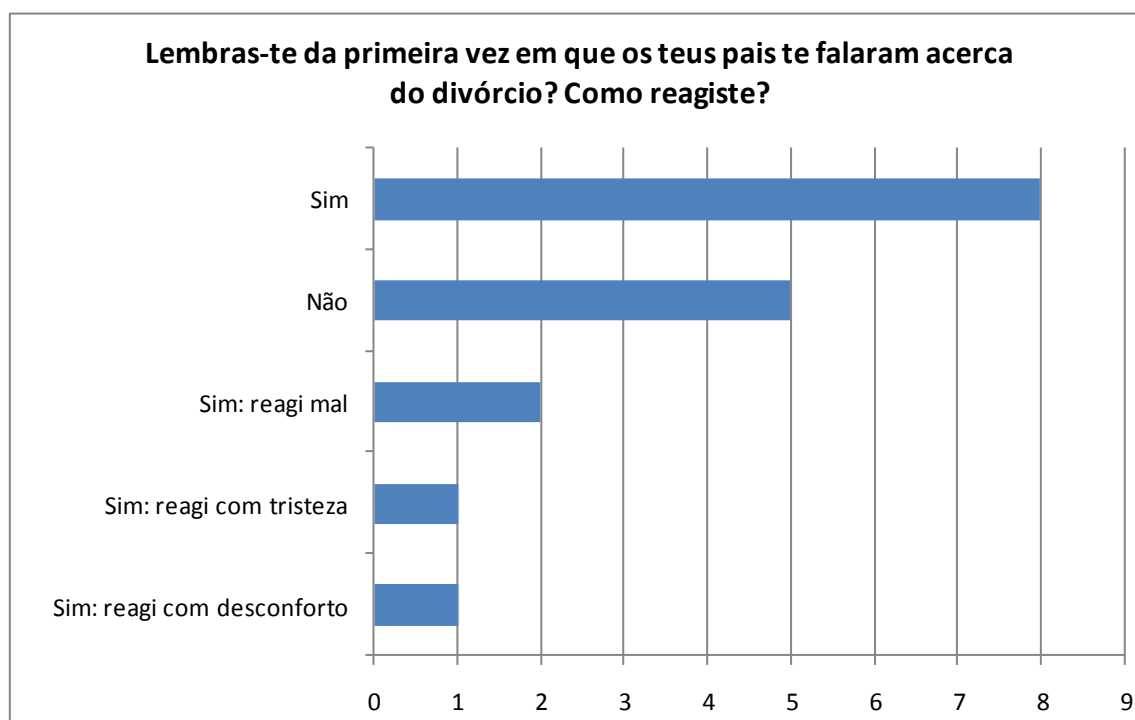


Figura 7. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à reacção face à notícia do divórcio.

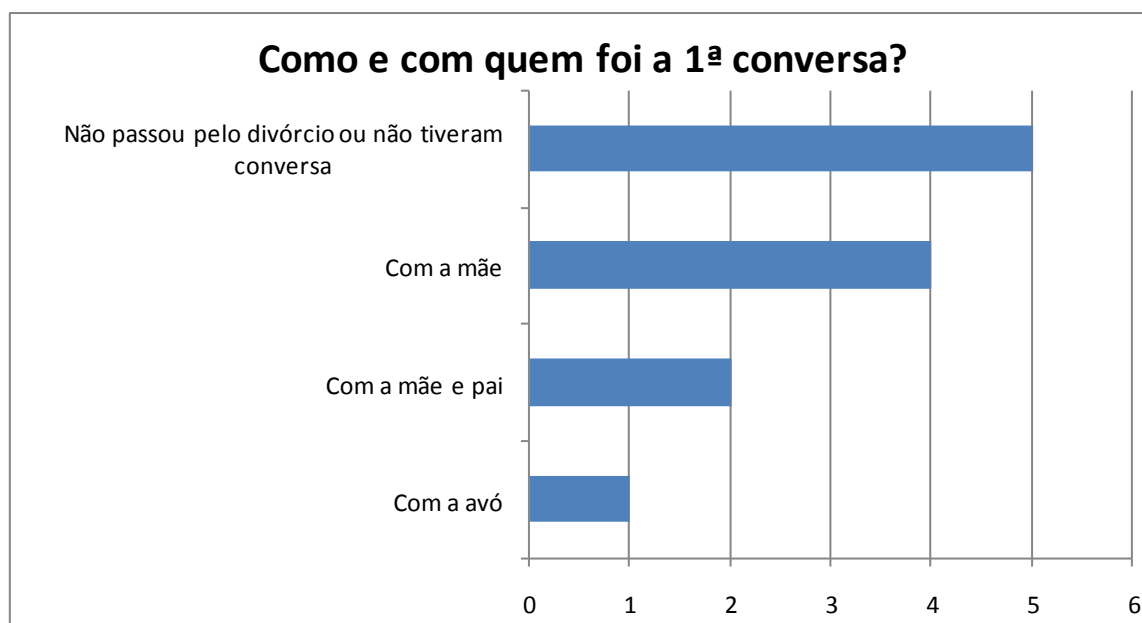


Figura 8. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo a quem falou sobre o divórcio.

“O meu pai nunca falou. Cheguei a casa e a minha mãe contou que o meu pai tinha saído. Mas só se falou aí.” (Masc. 4)

“Sim, os dois falaram sobre isso. A minha mãe disse-me que o meu pai gostava de outra pessoa.” (Masc. 8)

“Tiveram uma discussão e o meu pai disse que a minha mãe devia sair de casa. Então eu e a minha mãe nunca mais voltamos.” (Fem. 12)

Na generalidade a conversa foi difícil e dolorosa para os filhos, tendo todos contado muito sucintamente o que aconteceu. À excepção de 3 entrevistados, nos restantes foi apenas a mãe a que comunicou a decisão de divórcio.

As informações que os pais fornecem aos filhos, como, quando e o que dizem, são fundamentais para o processo de reorganização da vida familiar (Wallerstein & Kelly, 1980, citado por Souza, 2000).

Relativamente à decisão comunicada 1 refere ter reagido muito bem, 3 bem, 6 mal e 3 situam-se entre o mal e bem.

Depois de saberem que os pais se iam divorciar a principal preocupação era sobre o próprio futuro, bem como os dos pais. Também a tristeza por a família se desfazer e não poderem estar com ambos os progenitores. Questionados sobre o que ficaram a pensar sobre a conversa (Figura 9).

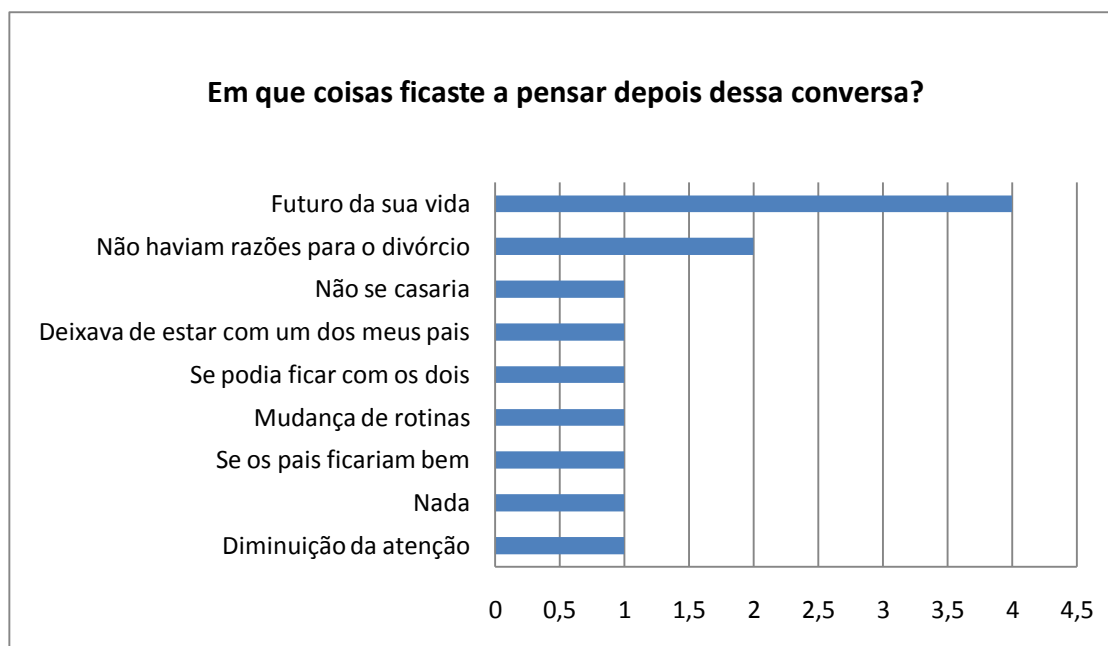


Figura 9. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos pensamentos sobre a comunicação do divórcio.

“Fiquei a pensar que podia deixar de me dar atenção e dar coisa que me dava primeiro. Achei que ia ser totalmente diferente... Sei lá... Sei lá...” (Masc. 1)

“Fiquei a pensar que nunca mais queria ver o meu pai. E a minha avó não foi ajuda. (Silêncio, comoveu-se). Não devia ter sido assim. Pensei que o meu pai era uma pessoa diferente. Sinto raiva do meu pai.” (Masc. 4)

“Fiquei a pensar como seria a minha vida a partir desse momento.” (Masc. 7)

“Fiquei a pensar que nunca na vida quererei casar-me.” (Fem.13)

Segundo Souza (2000) e tal como nos permite inferir do nosso estudo, as reacções negativas iniciais não reflectem um comprometimento negativo a longo prazo; e tal como o autor constatou no seu estudo, as alterações na rotina de vida e a imprevisibilidade ambiental mostram ser tão ou mais difíceis que a separação.

O tema divórcio dificilmente é falado na família, sendo que só foi abordado uma vez aquando da informação da decisão aos filhos (Figura 10).

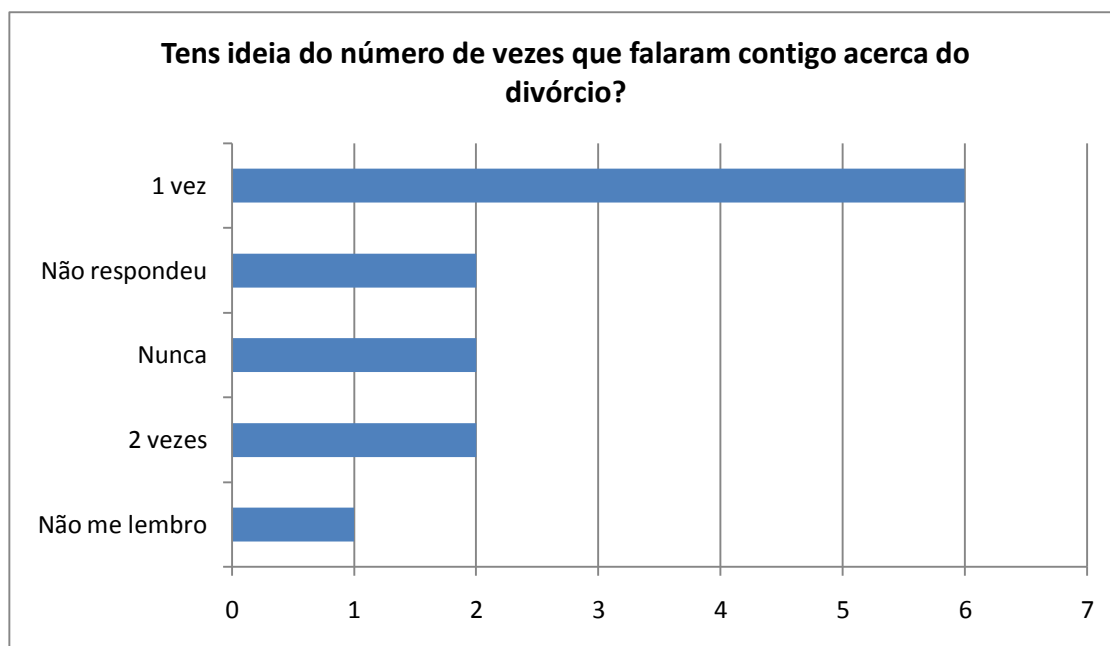


Figura 10. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao número de vezes que falou sobre o divórcio.

No que respeita aos sentimentos mais frequentes sobre o divórcio na maioria dos casos é a tristeza, revolta e ao mesmo tempo alívio nos casos em que já haviam muitas discussões ou agressões (Figura 11).

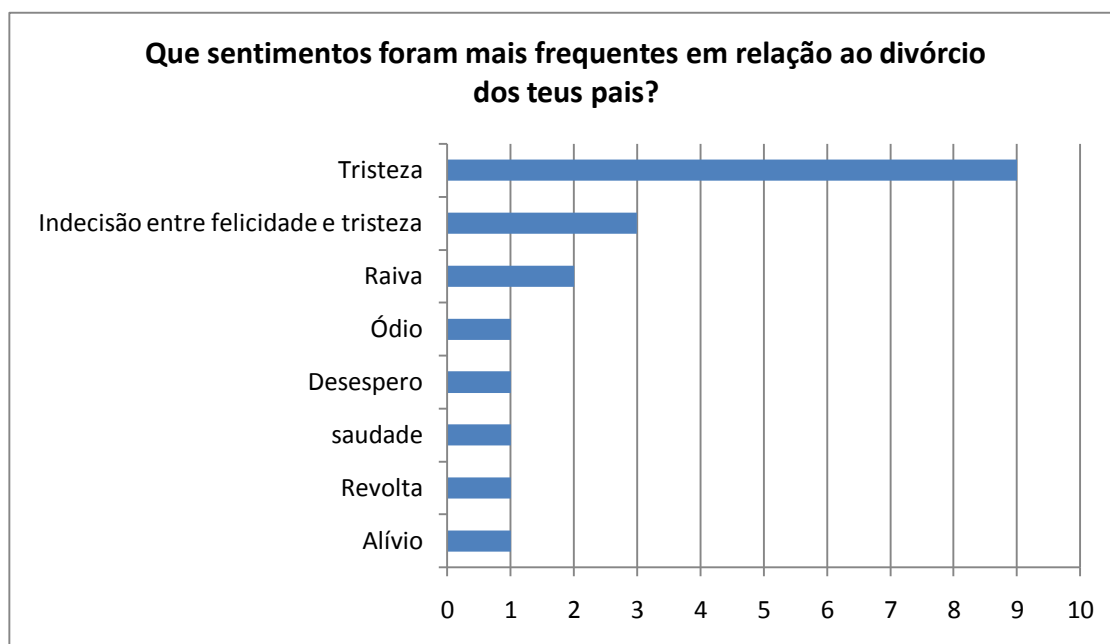


Figura 11. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos sentimentos relativos ao divórcio.

“Por um lado triste. Não estou com os meus amigos, não vivo no mesmo sítio. Por

outro lado contente porque as discussões acabaram.” (Masc. 10)

“Saudade, tristeza e revolta.” (Fem. 12)

“Agora acho que foi bom, o melhor. Na altura foi a tristeza e a raiva, não queria que se divorciassem.” (Masc. 8)

De acordo com a literatura, no período subsequente ao divórcio, a maioria das crianças/adolescentes experimentam problemas emocionais e de comportamento, incluindo raiva, ressentimento, ansiedade/depressão, medo de como lidar com a confusão e apreensão sobre o futuro (Emery, 1989, Grych & Fincham, 1990, citado por Houseknecht & Hango, 2006; Block, Block & Gjerde, 1986; Pagani, Boulerice, Tremblay & Vitaro, 1997 citado por Eymann *et al.*, 2009; Hetherington & Stanley – Hagan 2002; Hetherington, 2003).

Hetherington (1989) e Ramsey (2001) citado por Mitcham – Smith & Henry (2007), consideram que conflitos elevados no divórcio/separação conduzem a um aumento no desajustamento social e emocional, assim como nos problemas académicos. É coincidente com os resultados dos indivíduos **1, 4, 10, 12 e 13** da amostra da presente dissertação, dado que foram os que viveram as situações mais delicadas, logo, mais difícil de gerir.

Por vezes como retrata a literatura os pais envolvem os filhos numa participação doentia, levando a distorção de memórias dolorosas, difamando e fornecendo falsas acusações contra o ex-cônjuge. Na presente amostra, um dos relatos foi o de que é “pombo-correio”, o intermediário entre os pais, situação que o prejudica muito e causa mal-estar, tal como Firestone & Weintein, 2004 citado por Mitcham – Smith & Henry, 2007).

Questionados sobre a concordância/discordância de divórcio bem como sobre as responsabilidades parentais (Figuras 12 e 13 respectivamente), com excepção do entrevistado 7, todos acabaram por aceitar e todos concordam com a decisão da custódia de ficar com a mãe.

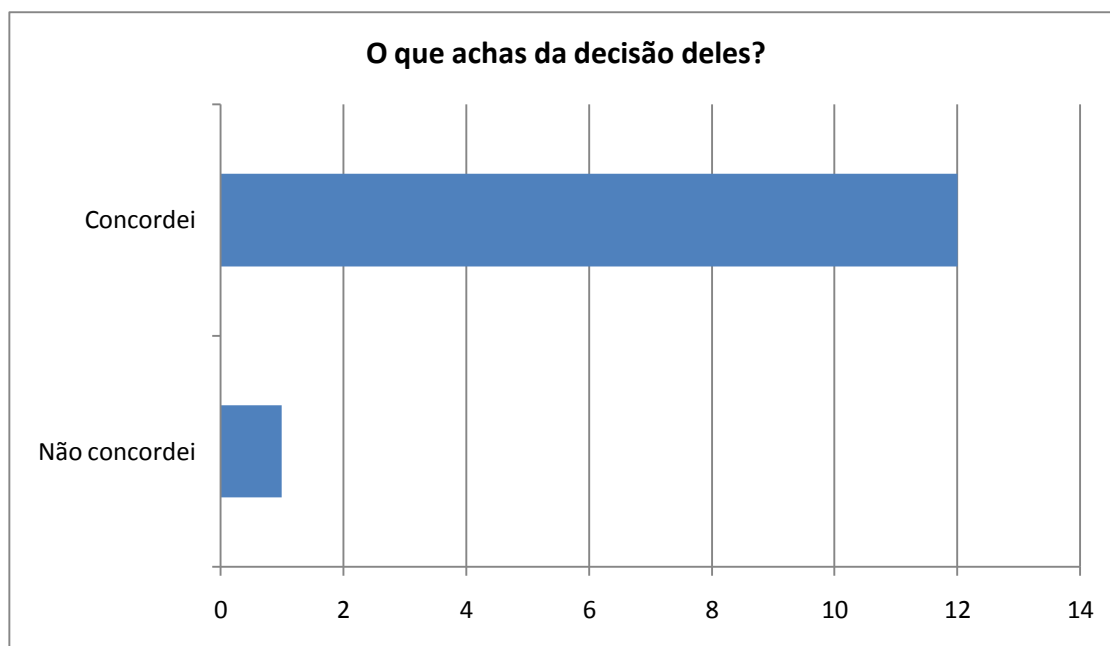


Figura 12. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à concordância com o divórcio parental.

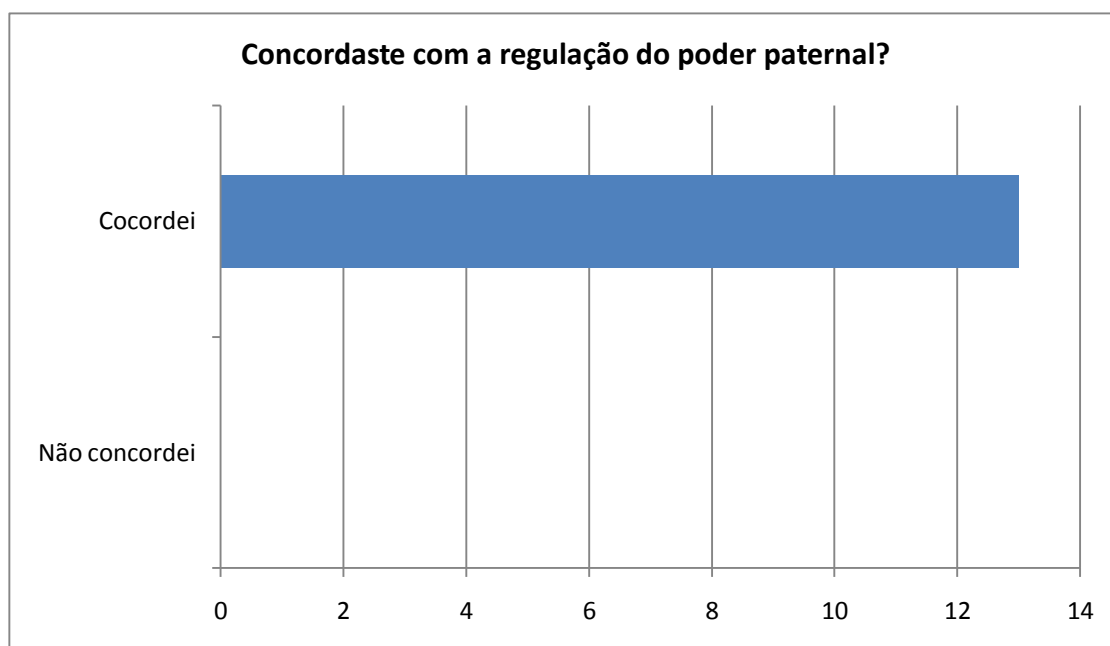


Figura 13. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à concordância com a regulação do poder paternal.

“Concordei... Ficou de quinze em quinze dias com cada um deles... Durante a semana onde quiser... Vou passar as vezes que quero com o meu pai.” (Masc. 1)

“A regulação do poder paternal foi em tribunal... e concordo... não teria sido diferente se fosse eu a optar.” (Fem. 6)

Relativamente à questão colocada acerca da possibilidade de alguma vez terem

sido tratados de forma diferente devido ao divórcio parental nenhum refere (Figura 14).

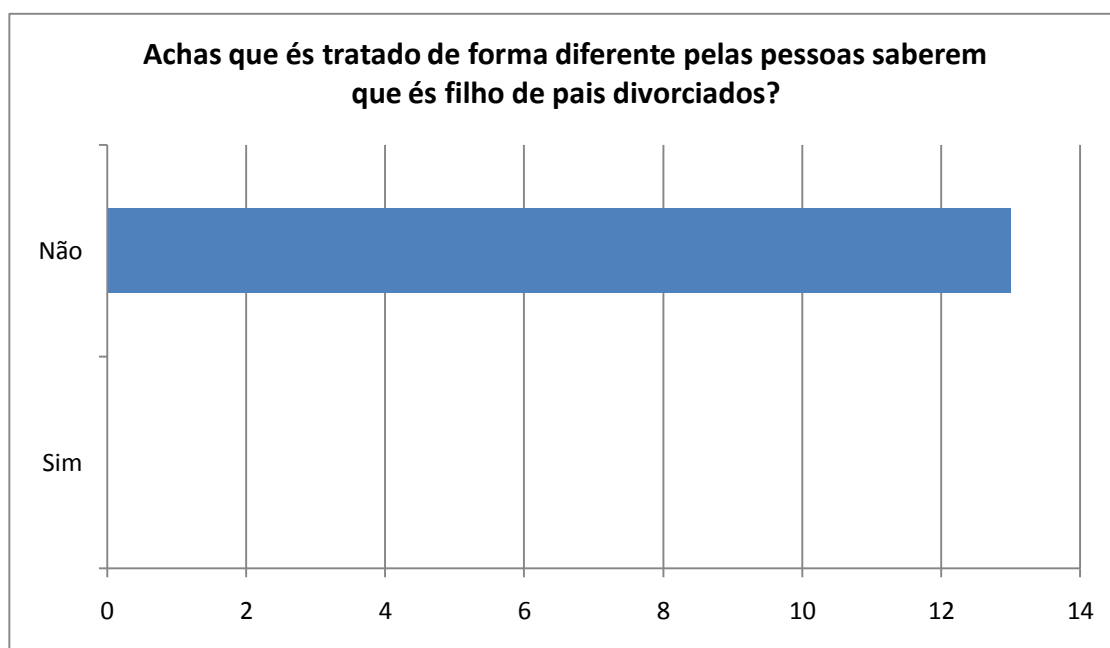


Figura 14. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao tratamento diferencial por parte dos outros pelo facto de ser filho de pais divorciados.

No decurso da entrevista contactámos que todos conhecem e contactam com outros filhos de pais divorciados (Figura 15), mas que o assunto nunca é falado à excepção de 3 que já o fizeram no início do processo de separação dos pais (Figura 16). Com outros colegas não falam ou raramente o fazem (Figura 17). Um refere que sente que não o entendem, logo não aborda o assunto.

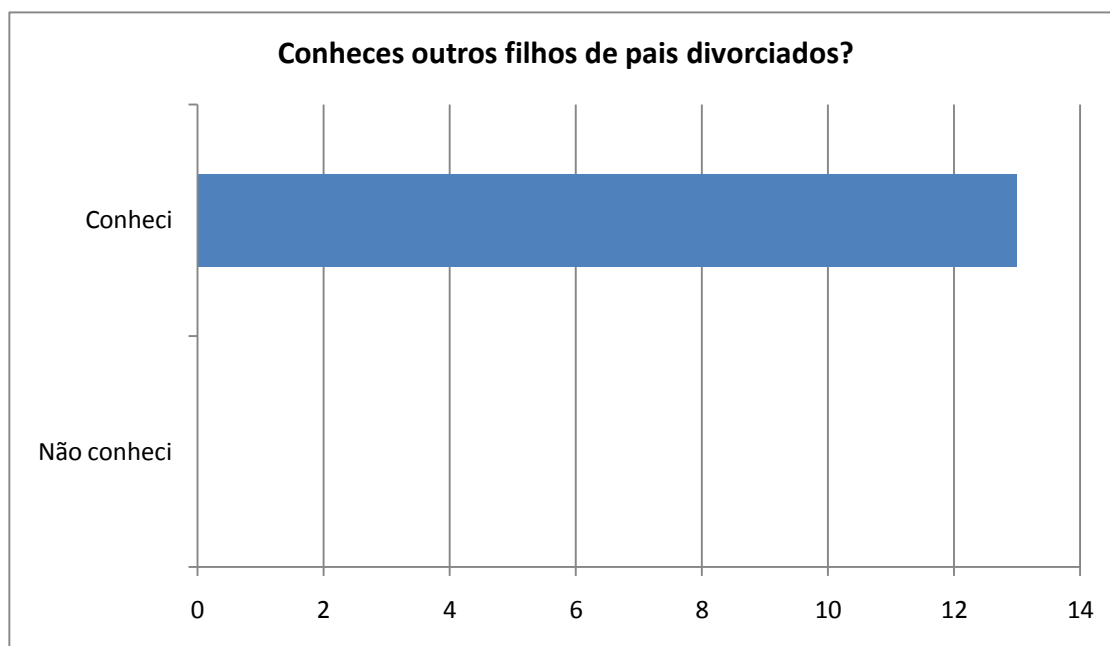


Figura 15. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao

conhecimento de outros filhos de pais divorciados.

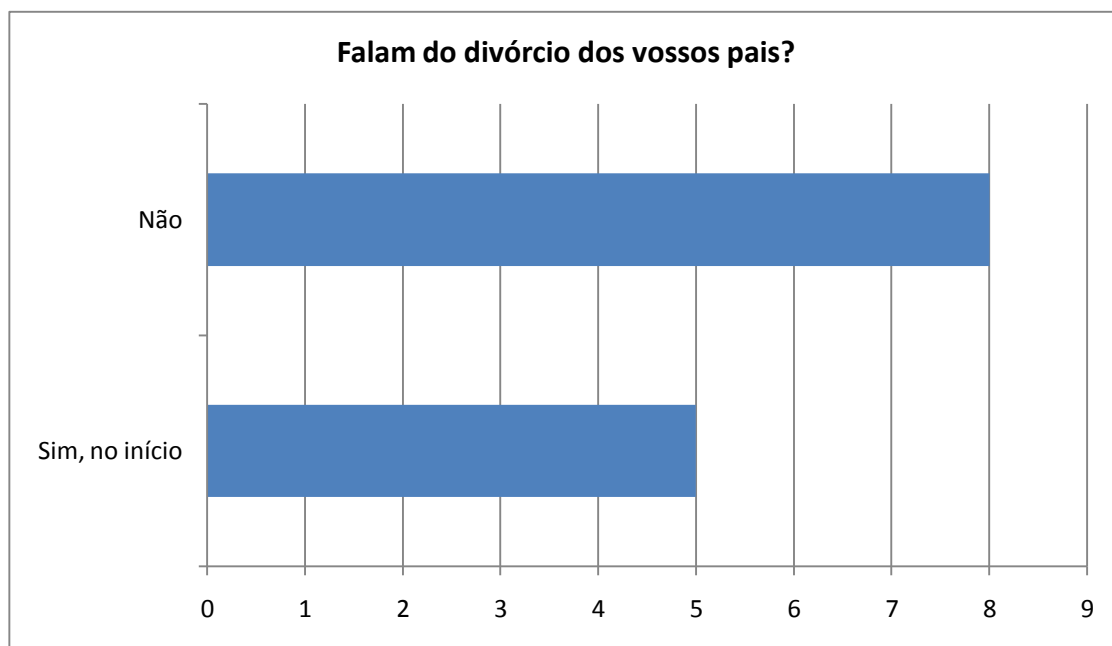


Figura 16. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao falar sobre o divórcio parental.

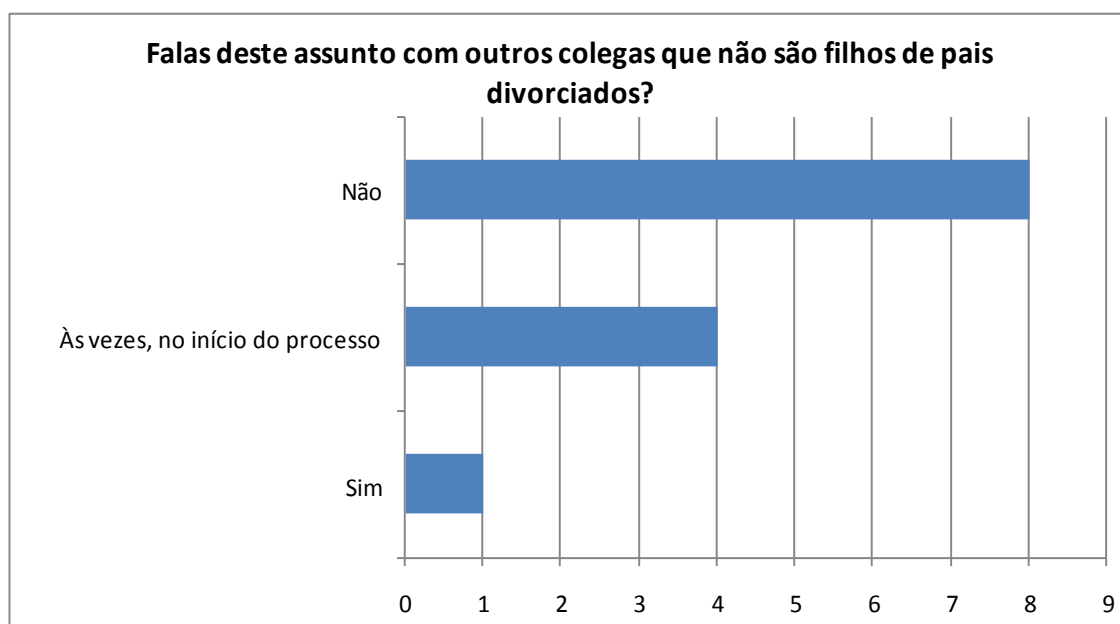


Figura 17. Frequência de respostas para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao falar sobre o divórcio com filhos de famílias intactas.

Quando pedimos para falarem sobre os primeiros dias após o divórcio inclusive questionados sobre se lembram desses primeiros dias, à excepção dos que não passaram directamente e do entrevistado 13 referiu não se lembrar mas com o pretexto de não falar no assunto, os restantes lembram-se descrevendo como dias em que se

sentiam tristes e magoados (Figura 18).

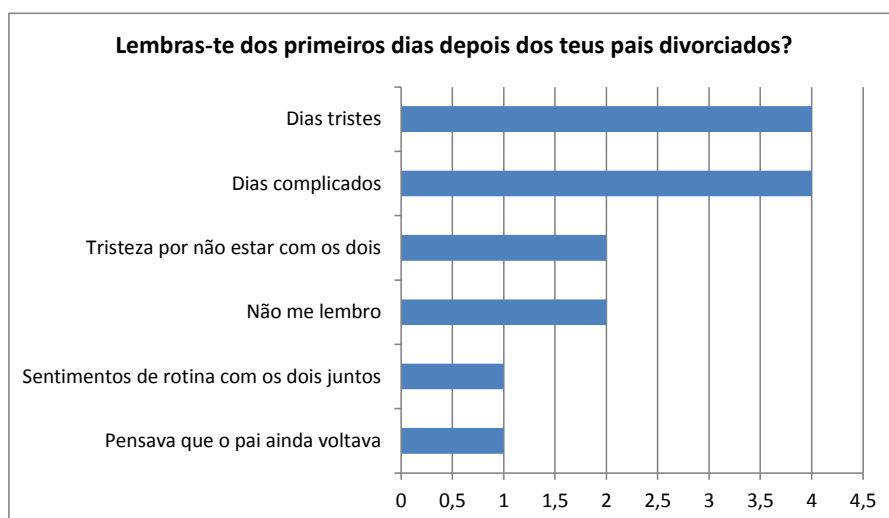


Figura 18. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo aos dias seguintes ao divórcio.

“Foram difíceis. Sentia falta do meu pai. Na escola também foi mais difícil... andava mais irritado... não me concentrava nas aulas, depois metia-me em confusões.”
(Masc.1)

“Lembro-me, era esquisito, porque faltava qualquer coisa. Sentia-me triste.”
(Fem.3)

“(Silêncio) oh... não...” (Questionada sobre a vontade ou não de falar sobre o assunto, preferiu não o fazer).

A gravidade ou a sua percepção e duração da separação/divórcio variam de criança para criança, de família para família, ao longo do tempo. Irremediavelmente os vários stressores vão “obrigar” as crianças aprenderem a lidar com o divórcio podendo resultar em aumento de dificuldades psicológicas a longo prazo. Independente das consequências a longo prazo do divórcio, o período inicial após separação é muito stressante para a maioria das crianças e adolescentes, e reagem com angústia, ansiedade, raiva, choque e descrença. Só aqueles jovens que testemunharam ou participaram em conflitos de grande violência parecem ser especialmente aliviados com a separação (Kelly, 2003).

Seguidamente tentámos perceber se percebiam a vivência do divórcio como trazendo alteração nas suas vidas e de que forma (Figuras 19 e 20). Assim 11 em 13 referem ter tido em influência, referindo terem sentido que os afectou evidenciando

mudanças na sua pessoa e na sua vida, tal como a literatura refere: “crianças e adolescentes são afectados pelo divórcio em quase todos os aspectos da sua vida” (Hetherington, 1989; Ramsey, 2001 citado por Mitcham – Smith & Henry, 2007).

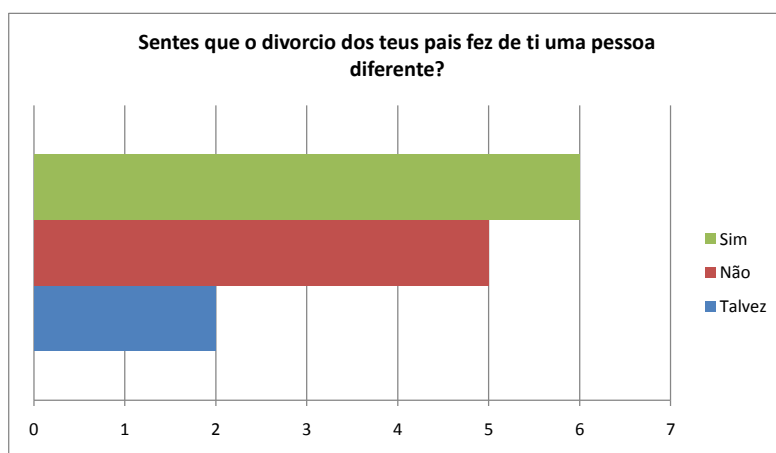


Figura 19. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à diferença em termos pessoais do divórcio.

“Fez. Fiquei mais nervoso... Nas situações mais difíceis não me controlo.”
(Masc. 1)

“... Talvez. Ensinou-me a perceber que mesmo casado se vive junto para toda a vida.” (Masc.5)

“Talvez, porque as decisões de um pai influenciam. Por exemplo o pai podia deixar e a mãe não. E também contribuía para a educação” (Fem. 6)

“Sim, muito. Deixei de ter medo de chegar a casa e ver o meu pai a fazer mal à minha mãe.” (Fem. 13)

De um modo geral, o que mais os incomodou no processo de adaptação foi a alteração de rotinas, o facto de passarem a viver numa família monoparental e houve um caso em que teve mesmo que mudar de escola e de cidade.

“Alterou muito, deixei amigos, casa, rotinas, a adaptação foi muito difícil. Tive que crescer à força, e crescer sem pai.” (Fem. 13)

10 em 13 sentem que o processo de divórcio teve impacto emocional sobretudo nos primeiros meses.

“Na altura do divórcio, foi difícil passar pelo que passei, mas agora já é natural.”
(Masc. 2)

“No primeiro meio ano senti muita revolta em relação ao meu pai. As coisas agora, às vezes, estão melhores, mas ainda assim me sinto muito revoltado.” (Masc. 4)

“No início... nos primeiros meses... andava triste,” (Fem. 11)

“Testo mais as pessoas antes de lhes dar confiança.” (Fem. 12)

A literatura refere os efeitos das transições na estrutura familiar sobre as crianças, principalmente numa perspectiva de instabilidade familiar. Estas podem levar a mudanças dos estilos parentais, mudanças de residência e localidade, escola, as quais podem afectar negativamente o bem-estar infantil para além do divórcio (Mc Lanahan & Sandefur, 1994; Teachman, 2003 citado por Sun & Li, 2009).

Apenas os que não passaram pelo processo sentem não terem havido alterações.

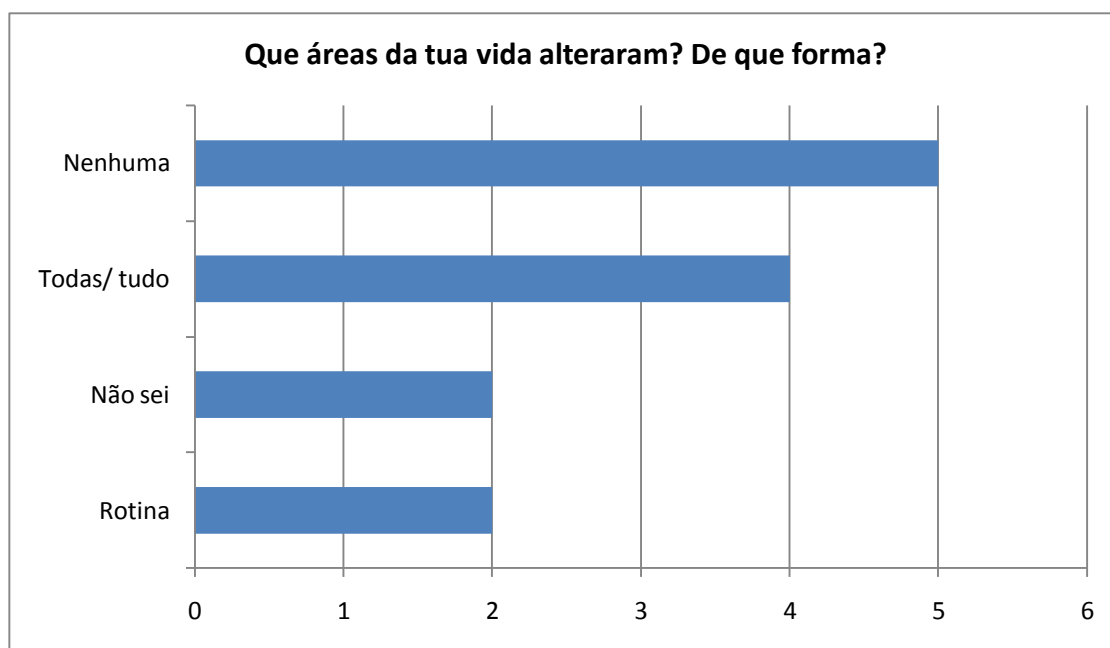


Figura 20. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo às áreas da vida que sofreram alterações.

2 entrevistados consideram que todas as áreas da sua vida alteraram, pois o processo modificou a forma de cada um deles ser. Os restantes responderam no sentido de mudanças de rotinas e hábitos, residência e familiares (Figura 20).

10 em 13 sentem que os afectou emocionalmente sobretudo sentindo tristeza, 4 mostram ainda terem ressentimento para com a figura paterna, evidenciando sinais de ansiedade e desconforto quando falavam naquela (Figura 21).

Comparados com os seus pares que crescem em famílias intactas, os filhos de pais divorciados são mais propensos a problemas, apresentam menos probabilidade de sucesso escolar, mais probabilidade de exibirem comportamentos problemáticos e relacionais (Amato & Keith, 1991a, 1991b; Simons, 1996 citado por Vandervalk *et al.*, 2004).

Dados epidemiológicos sugerem que as taxas de transtornos psiquiátricos são um pouco maiores entre os filhos do divórcio, em especial os meninos, mas a grande maioria das crianças de famílias divorciadas não apresentam níveis clinicamente significativos da perturbação (Wood *et al.*, 2004).

Os principais factores de risco precoce de comportamentos anti-sociais incluem impulsividade, défices de inteligência, desempenho escolar baixo, pobre supervisão parental, abuso físico, actos ilegais, como roubos e vandalismo, resistência à autoridade, agressão física, impulsividade, consumo ilícito precoce e comportamento sexual, fugir de casa, absentismo escolar, recurso à mentira, e crueldade com animais (Fabricius & Luecken, 2007).

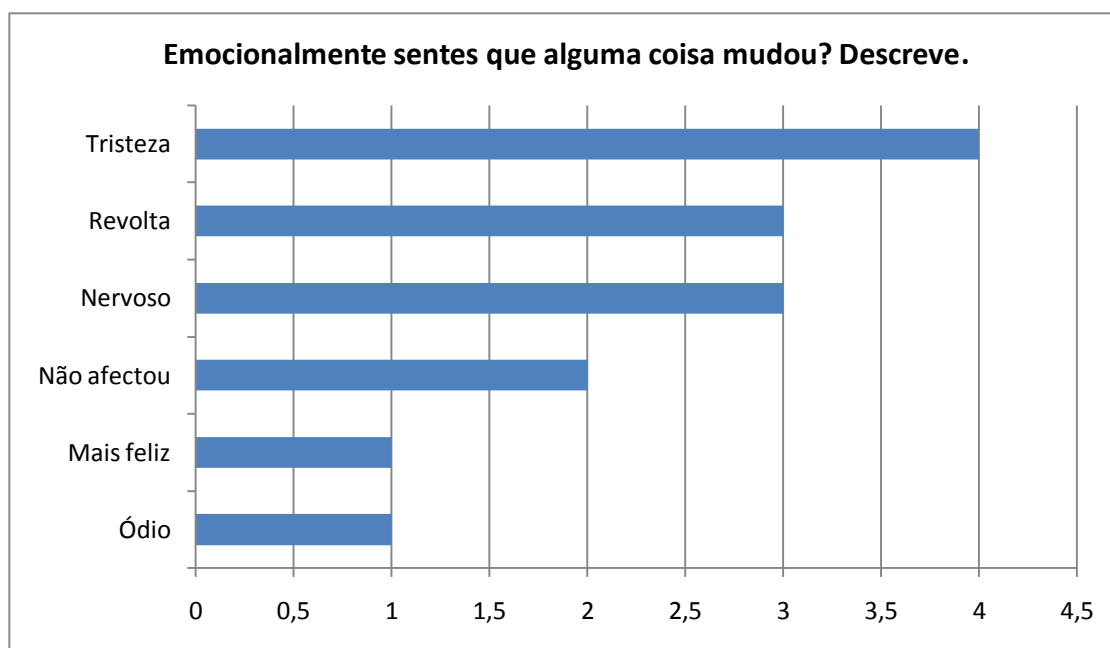


Figura 21. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo à mudança emocional.

No que concerne ao rendimento escolar após o divórcio dos pais, 9 em 13 referem oscilações decorrentes nomeadamente devido à diminuição de concentração nas aulas, falta de motivação para estudar, alteração do sentimento em relação à escola. Nos restantes não houveram oscilações quer pelo facto de não terem passado directamente pelo divórcio adicionado ao facto de terem apoio familiar (Figura 22).

Como vários relatos na literatura os estudos têm evidenciado que as crianças e adolescentes filhos de pais separados, apresentam menos motivação e rendimento escolar, comparativamente a famílias intactas (Nunes-Costa *et al.*, 2009; Sun & Li, 2001; Sun & Li, 2009).

Contudo, poucos estudos abordam este factor, havendo ainda um

desconhecimento sobre o real motivo que leva a esta diminuição. Uma explicação é a privação de recursos financeiros, humanos e sociais (Coleman, 1988), com a qual nos identificamos já que nos relatos espontâneos dos entrevistados retiramos, como exemplo: “Às vezes nos testes baixava porque quando passava o fim-de-semana com o meu pai não estudava...e as notas baixavam” (Masc.5).

Comparado com as crianças de famílias intactas, as crianças com pais divorciados apresentam pontuação significativamente menor em termos de desempenho académico, comportamento, ajustamento psicológico, autoconceito e relações sociais (Burt, Barnes, McGue & Iacono, 2008).

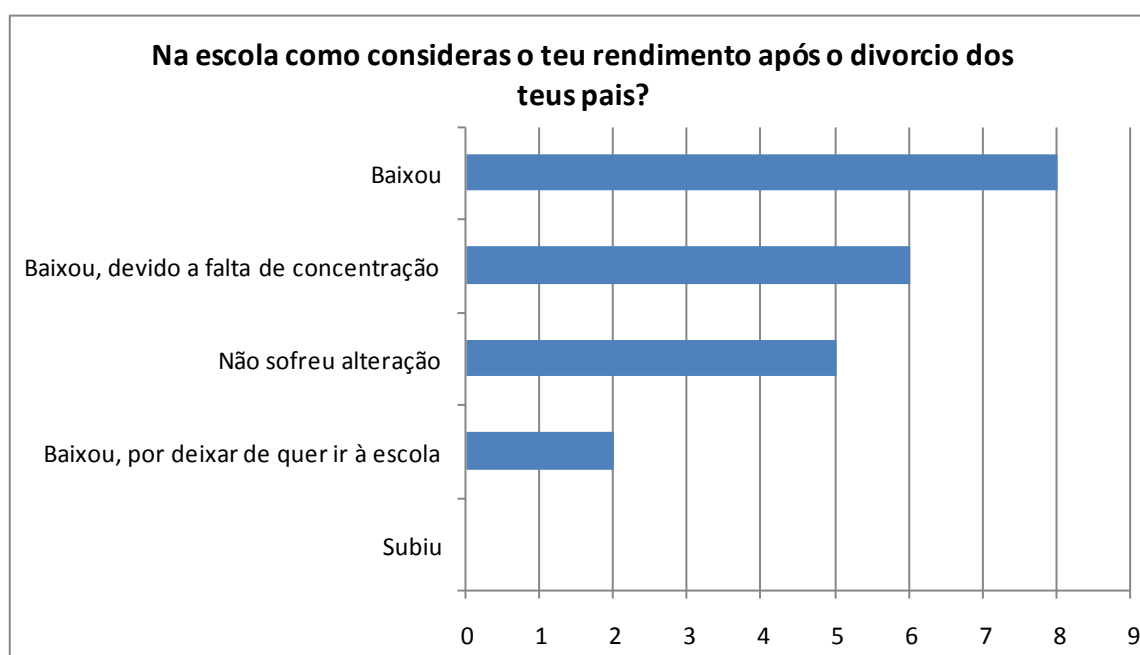


Figura 22. Frequência de resposta para as categorias obtidas na análise de conteúdo ao rendimento académico pós-divórcio parental.

“Oh baixou. Não me concentrava, não me apetecia estudar, às vezes faltava... deixei de gostar da escola.” (Masc. 1)

“Não, a minha avó dava-me apoio.” (Masc. 2)

“Desci nos primeiros tempos. Não queria ir às aulas e passei a andar com pessoal que também não queria. Tornei-me agressiva e só me apetecia partir tudo e bater em toda a gente.” (Fem. 13)

Concluimos a entrevista, questionando sobre o que poderia ter sido diferente, na opinião deles, no processo do divórcio. Nos casos em que houveram conflitos marcados no período pré-divórcio era o que os entrevistados alterariam. Nos casos em que o divórcio decorreu há cerca de um ano nota-se ainda um desconforto, havendo inclusivamente a não compreensão pelo motivo. Há relatos ainda, dos entrevistados que não passaram directamente pelo divórcio, que não alterariam nada.

Os relatos espontâneos, a expressão corporal, o tom de voz e a maior ou menor disponibilidade para abordar o assunto permite-nos concluir que a separação é um processo que exige uma complexa e difícil adaptação, que varia de criança para criança de acordo com a presença ou ausência de uma série de factores, como sendo duração do processo, forma de tomada de conhecimento da decisão dos pais, retaguarda familiar e idade da criança. De acordo com os resultados apresentados, as reacções negativas iniciais não têm necessariamente que se estender a longo prazo, podendo ser uma reacção à crise pela qual passaram. Um dos aspectos que referiram como sendo o mais difícil no período pós-separação foi a adaptação a novas rotinas, imprevisibilidade a elas associadas, menor disponibilidade para o relacionamento com um dos progenitores, no caso o pai e alterações na rede social.

Souza (2000), no estudo que realizou, constatou que entre a conversa sobre a separação e a saída de casa por parte do pai, ou a percepção de sua ausência e a conclusão sobre a separação, decorre um período de tempo de cerca de um mês, segundo os depoimentos. Os entrevistados que receberam informações dos pais, em conjunto, afirmaram que, neste período, sentiam-se assustados e algo como entorpecidos. O clima da casa era tenso e não se conversava sobre o que estava a acontecer.

Wagner e Sarriera (1999) citado por Souza (2000) sugere a necessidade de mais investigações sobre estas relações, pois se, ao mesmo tempo, é relatada uma aproximação, também é referido um bloqueio de comunicação.

A consciência da ausência paterna materializa a separação sendo apontada por todos como o momento onde preponderam os “piores sentimentos”. Todos se referiram ao grande sofrimento em relação à separação dos pais, mesmo reconhecendo, em retrospectiva, que a separação foi uma solução. Os sentimentos descritos foram de tristeza, apreensão, medo do que iria acontecer, angústia, isolamento e raiva, assinalando a condição de desamparo das crianças, conforme descrito em trabalhos anteriores (Ribeiro, 1989; Souza, 1999) o que vai de encontro à presente investigação.

Ducibella (1995), Wadsby e Svedin (1994) citado por Souza (2000), concluem do seu estudo que todos os entrevistados relataram sentimentos de perda e comportamentos reactivos, embora aqueles que foram informados sobre a separação por ambos os pais não se referiram a sentimentos de culpa pela separação, nem a tentativas de (re)união dos mesmos. Dois outros entrevistados disseram que demoraram cerca de um a três anos para acreditarem que os seus pais iriam mesmo ficar separados, alimentando a ideia de que a situação poderia ser reversível, tal como na nossa amostra um depoimento foi nesse sentido já que, por outras vezes o pai se ausentara, mas sempre regressou. Se, através dos relatos é possível entender que uma informação

clara, dada por ambos os pais, favorece compreender que de fato houve ou haverá uma separação, ajudando a criança a diferenciar-se do conflito conjugal, a falta de explicações sobre o que ocorrerá com sua vida dali para frente parece ser um dos temas de grande dificuldade e sofrimento infantil. Ainda no seu estudo, aqueles autores, concluem que todos os entrevistados descreveram a falta de esclarecimentos acerca das consequências práticas da situação como algo muito difícil de enfrentar e o que os tornava ainda mais confusos e impotentes sobre o total dos acontecimentos. Segundo eles, embora os pais tenham comunicado que se separariam, porque não estavam a dar-se bem ou porque já não se amavam, era difícil compreender o que isto significava na prática e na rotina de vida. Esta situação foi também comumente referida na amostra do nosso estudo.

Bodenmann *et al* (2007) no seu estudo em que consultaram mulheres e homens, relataram a falta de compromisso como a principal razão para divórcio, seguido de perto pela falta de competências por parte de um dos cônjuges. O *stress* foi referido como a terceira razão para o divórcio e apareceu de forma consistente acima da personalidade do parceiro. Consistentes com as previsões, as mulheres percebem mais razões de divórcio comparativamente ao género masculino.

As mulheres parecem referir as questões relacionais ou emocionais, como a infelicidade de base e incompatibilidade, como motivos que conduzem ao divórcio, mais dos que os homens (Cleek & Pearson, 1985 citado por Previti & Amato, (2003), personalidade dos ex-cônjuges (Kitson, 1992 citado por Previti & Amato, 2003) e uma falta “geral” de amor (Levinger, 1966 citado por Previti & Amato, (2003). Também referem o abuso físico, emocional abuso de substâncias e negligência (Bloom, Niles & Tatcher, 1985). Em contraste, os homens, mais frequentemente do que as mulheres, referem que a “culpa” do divórcio se deve a factores externos, tais como o trabalho ou problemas intra-familiares (e.g. com os sogros) (Kitson, 1992; Levinger, 1966 citados por Amato & Previti, 2003) ou não sabem o que causou o divórcio (Kitson, 1992 citado por Amato & Previti, 2003). As razões mais comumente reportadas para o divórcio, de uma maneira global, foi a infidelidade, seguida por incompatibilidade, uso de álcool ou de drogas, crescente distanciamento, problemas de personalidade, falta de comunicação, maus tratos físicos ou psicológicos (Amato & Previti, 2003).

Na nossa investigação apurámos vários precipitantes, destacando os que tiveram maior frequência no seu registo, o surgimento de uma nova relação, a rotina e indiferença, questões relacionadas com a personalidade do cônjuge, maus-tratos e degradação da relação. (Quadro 3)

O mito social de que falar sobre temas dolorosos amplifica o sofrimento precisa ser desmistificado. As crianças nem sempre identificam a tensão conjugal, e mesmo

quando isto ocorre, não estabelecem, necessariamente, a relação causal conflito-separação. Os pais podem explicar aos filhos os motivos da separação e que esta não os envolve, mas também precisam informar acerca dos aspectos de sua vida que, de facto, se modificarão, dali para a frente. Além disso, precisarão repetir a informação várias vezes e nos diferentes momentos de ajustamento infantil: pré-separação, crise inicial e período de adaptação. De acordo com os resultados apresentados, as reacções negativas iniciais não reflectem necessariamente um comprometimento a longo prazo, o que nos faz pensar que estas reacções são uma expressão normal da crise. Para os entrevistados, as grandes alterações na rotina de vida e a imprevisibilidade ambiental mostraram ser tão ou mais difíceis que a separação, tal como Souza (2000).

O divórcio está relacionado com problemas de externalização do comportamento (agressão e desobediência), problemas de internalização (ansiedade e depressão), bem como problemas relacionais intra-familiares (Forehand *et al.*, 1991).

A magnitude das diferenças entre as crianças de famílias divorciadas e filhos de famílias intactas, parece ser relativamente modesta, tendo permanecido estável ou registado aumento nos últimos 20 anos (Amato, 2000).

O divórcio dos pais é um indicador (ainda que modesto) consistente de delinquência e outros problemas de externalização na infância e adolescência (Amato & Keith, 1991; Fergusson, Horwood & Lynskey, 1992; Hetherington, Bridges, e Insabella, 1998 citado por Burt *et al.*, 2008).

Amato (2001) citado por Burt *et al.*, 2008) sugere uma associação modesta entre delinquência juvenil e divórcio parental.

Para Burt *et al.*, (2008) embora o divórcio seja um preditor robusto de delinquência na adolescência, é importante notar que o mau comportamento filhos pode não advir directamente desta condição. Estes autores encontraram evidências preliminares de que o conflito conjugal, que normalmente precede e acompanha o divórcio, tem associação entre divórcio e delinquência infantil (Hetherington *et al.*, 1998 citado por Burt *et al.*, 2008).

Wallerstein afirma que o divórcio é um perturbador e inquietante evento na vida das crianças, e que as consequências negativas deste evento persistem e acompanham o desenvolvimento das crianças à idade adulta. (Amato 2003)

Um estudo de Amato & Booth (2001) fornece fortes evidências que a qualidade do casamento e a forma como é relatada pelos cônjuges é transmitida de pais para as crianças.

Segundo Bulduc, Caron & Logue (2007) a relação com o pai, é mais afectada pelo divórcio, e que as filhas tendem a mostrar extrema empatia para com a mãe durante um divórcio, como se verificou na amostra recolhida para esta dissertação. Quase todos os

alunos no estudo relataram que o divórcio lhes causou mal-estar por terem que escolher com quem passar fins-de-semana e férias.

Num estudo de Fischer, Graaf & Kalmijn (2005) concluíram que os contactos entre os ex-cônjuges que se mantêm frequentes mesmo passados muitos anos o motivo pelo qual acontece é a existência de filhos em comum. A forma como os contactos de mantêm, varia de acordo com as características dos indivíduos.

Chegou-se a uma opinião que vai de encontro à ideia de alguns autores como Henrica e Heyting (2004) de que as crianças devem ser ouvidas como sujeitos de direitos, ao mesmo tempo reconhecendo os seus interesses bem específicos.

Segundo Kelly (2003), alguns estudos não encontraram nenhuma associação entre conflitos pós-divórcio e posterior adaptação dos jovens adultos, outros descobriram que o conflito conjugal é um preditor mais potente de ajustamento pós-divórcio (Amato & Booth, 2001).

Crianças de famílias divorciadas têm de 2 a 3 vezes maior risco de problemas, em comparação com crianças famílias intactas. Eles são mais propensos a terem problemas comportamentais, internalizadores, problemas sociais e académicos, quando comparados a crianças de famílias intactas. Os efeitos mais prevalentes com sintomas de externalização, incluem mais agressividade, desobediência, comportamentos anti-sociais e problemas com figuras de autoridade, colegas e pais. O abuso de substâncias também é mais prevalente entre as crianças de famílias de divorciados (Kelly, 2003). No decurso da entrevista à nossa amostra de filhos de pais divorciados, pudemos constatar que este facto era comum.

Já a internalização apresenta problemas como depressão, ansiedade e auto-estima, embora as diferenças entre famílias divorciadas e famílias intactas são geralmente menores e menos consistentes (Kelly, 2003).

Crianças de famílias divorciadas são 2 a 3 vezes mais propensas a terem problemas na escola como serem expulsos, comparativamente a crianças de famílias intactas, e o risco de gravidez na adolescência é maior. Pesquisas recentes indicam, no entanto, que estes jovens já estavam em risco antes da separação. O risco de abandono escolar, por exemplo, está associado a baixos recursos económicos antes da separação, que é agravada pelo declínio desses recursos após a separação (Pong & Ju, 2000).

A noção de guarda conjunta, ao invés de guarda exclusiva, também sugere um efeito protector para algumas crianças. Numa meta-análise sobre crianças em regime de guarda conjunta, revelou que estas foram melhores ajustadas em várias medidas incluindo adaptação, ajustamento emocional e comportamental, e desempenho académico (Bausermann, 2002 citado por Kelly, 2003). No presente estudo a maioria dos adolescentes ficaram sob a guarda da mãe, tendo 4 ficado sob guarda conjunta.

Chase-Lansdale e Hetherington (1990) citados por Kowaleski-Jones e Dunifon (2004) identificaram o primeiro ano após a separação dos pais como um período de crise, durante o qual ambos os pais e as crianças experimentam dificuldades.

Num estudo em que comparando elevados níveis de conflito com baixos níveis nas famílias, concluíram que as crianças pertencentes às primeiras famílias tinham mais problemas de comportamento, ansiedade e depressão e menos auto-estima do que as crianças das famílias com baixos conflitos (Amato & Keith, 1991 citados por Matise, 2008).

O divórcio dos pais pode perturbar não só os laços entre os parceiros e entre pais e filhos, mas também as relações entre as próprias crianças. A literatura sobre divórcio prestou ainda pouca atenção ao efeito do divórcio dos pais sobre estes tipos de laços de família nuclear. Apenas alguns estudos examinaram como o divórcio dos pais afecta os relacionamentos entre irmãos (Amato, 1987; Riggio, 2001 citados por Poortman & Voorpostel, 2009).

Pike (2003) numa pesquisa da literatura sobre a relação entre auto-estima e divórcio identificou factores tais como nível sócio-económico do progenitor detentor da guarda, estruturas de apoio, o conflito inter-parental e *coping* parental como mecanismos a serem mais fortemente correlacionada com os níveis de auto-estima das crianças.

PARTE VI

Conclusões

Este estudo pretendeu demonstrar que a adaptação e o ajustamento por parte das crianças e adolescentes ao divórcio parental são pautados por inúmeros factores. Procuramos através de uma investigação qualitativa, mais concretamente através da análise de conteúdo das entrevistas elaboradas anteriormente responder a todas as questões inicialmente propostas.

Verificamos que havia diferenças quanto as dimensões abordadas no modo como cada filho, de pais divorciados percebem e vivem o divórcio e o modo como se ajustam ao mesmo, na medida em que em termos de:

1. Internalização/externalização:

É de salientar as dimensões “Comportamento Delinquente” e “Comportamento Agressivo” que se apresentam quase significativas, uma vez que na amostra de famílias divorciadas temos sujeitos na zona fronteira, comparativamente à amostra de famílias intactas cujos valores se encontram para todos os sujeitos na normalidade e que a dimensão do YSR que mais alunos pontuam é a dimensão *Problemas de atenção*, *Comportamento delinquente* (externalização) e *Ansiedade/Depressão* (internalização). Também o *Isolamento*, *Problemas Sociais*, *Problemas de Pensamento* e *Comportamento Agressivo* tiveram relevo. Já nas famílias intactas, só três alunos tiveram pontuação merecedora de interesse clínico, sendo que cada um teve acima do ponto de corte apenas uma das dimensões, *Ansiedade/depressão*, *Problemas de pensamento* e *Problemas de atenção*.

2. Repercussões em termos sociais, académicos, emocionais:

De facto, a investigação tem demonstrado que os filhos de pais divorciados se encontram em maior risco de piores níveis de desempenho escolar e laboral, têm início sexual precoce na adolescência, comportamentos delinquentes, abuso de substâncias, e associação com os pares anti-sociais (Amato & Keith, 1991; Chase-Lansdale, Cherlin & Kiernan, 1995; Hetherington, & Clingempeel, 1992 citados por Johnson *et al.*, 2001).

Em média, crianças pré-adolescentes de famílias de divorciadas comparadas às crianças de famílias intactas mostram aumento dos níveis de agressão, transtornos de conduta, desrespeito, desobediência e diminuição da auto-regulação e responsabilidade social, assim como a condutas mais pobres em sala de aula e no desempenho académico (Hetherington, 2003).

Para Nunes-Costa, Lamela & Figueiredo (2009), um dos principais factores que explica o aparecimento de piores resultados escolares, é o menor envolvimento dos pais na vida escolar.

Garmezy & Rutter (1988) citados por Avanci *et al.* (2007) constataram que relações familiares anteriores e posteriores ao divórcio são determinantes às consequências no desenvolvimento de problemas mentais de crianças e adolescentes. São as inconsistências, as dificuldades de afecto, de relacionamento e a falta de controlo dos filhos, comuns nas separações dos pais, que realmente interferem na saúde mental infanto-juvenil.

Na nossa amostra, 5 sujeitos de uma amostra de 13 pontuaram no ponto de coorte ou acima deste em várias dimensões como Isolamento, Ansiedade/ depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção, Comportamento Agressivo, Problemas de Pensamento, Comportamento Delinquente.

3. Comparativamente a crianças de famílias intactas, as crianças de famílias divorciadas, apresentarão mais implicações médico-legais:

Pode considerar-se haver a hipótese de existirem implicações médico-legais decorrentes do processo de divórcio ou separação. Estas implicações podem ir desde os comportamentos anti-sociais nas escolas com os seus pares (*bullying*), uso e abuso de substâncias, comportamentos de internalização e externalização.

Assim há necessidade de os profissionais de saúde e de educação estarem sensibilizados e preparados para lidarem com aspectos emocionais dos indivíduos, adoptando estratégias preventivas e promotoras de saúde. Sem dúvida que uma abordagem dessa natureza pode assumir um poder multiplicador, prevenindo também outros agravamentos à saúde e minimizando difíceis e graves consequências à saúde até a vida adulta (Garmezy & Rutter, 1988 citados por Avanci *et al.*, 2007).

4. Factores que promovem uma melhor adaptação:

É a natureza do conflito e não tanto a sua frequência, que tem mostrado maior influência no ajustamento das crianças. Nem todas as crianças são afectadas de forma semelhante por conflito parental (Hetherington, 1989 citado por Hetherington, 2003).

Um dado em comum em quase todas as crianças que passaram de forma ajustada pela experiência de divórcio era o facto de terem o apoio de adultos envolvidos nas suas vidas – geralmente um dos pais, mas às vezes um familiar, um professor, ou

um vizinho. A escola, as relações com os seus pares, tem uma influência fulcral para um adequado ajustamento ao divórcio (Hetherington, 2003).

Uma comunicação adequada e suficiente informação da decisão pode acalmar as dúvidas nas crianças sobre sua responsabilidade na ruptura conjugal dos pais bem como o sentimento de abandono. Após o divórcio, a consequência da ausência de um dos pais sem a custódia (geralmente o pai) e as alterações relacionadas com a estrutura da família, muitas vezes não são discutidas com as crianças, especialmente nas situações em que o divórcio é resultado da interacção conflituosa ou devido a relações extra-conjugais (Chen & George, 2005).

Considera-se pertinente levar a cabo futuras pesquisas de modo a continuar a analisar as diferenças de género nas reacções ao divórcio dos pais.

Décadas da investigação sobre divórcio permitiram maior compreensão de como o impacto do divórcio afecta as crianças e adolescentes. O *stress* e os riscos que o divórcio representa para as crianças, a resiliência demonstrada pela maioria das crianças e factores de protecção que são associados com melhor ajustamento após o divórcio são descritos. Grande número de pesquisadores assinalou o divórcio como um processo multifacetado que ocorre ao longo do tempo, ao invés de um único evento. O divórcio por si só foi responsabilizado por uma ampla gama de problemas de comportamento, problemas emocionais e académicos em crianças e adolescentes nas famílias divorciadas. Distinções entre resultados a curto e mais longo prazo decorrentes do divórcio raramente foram discutidos (Kelly, 2003).

Shapiro (2003) refere haver razões para acreditar que existem profundas consequências de divórcio para as gerações mais velhas e seus filhos.

Segundo Terhell, Van Groenou & Tilburg (2004), o divórcio é uma transição de vida que é associada frequentemente a grandes mudanças no do bem-estar pessoal. Um grande número de estudos tem descrito as consequências psicológicas do divórcio e da capacidade dos indivíduos de recuperar da ruptura conjugal. O divórcio também implica uma ruptura da rede pessoal. Características do divórcio (atitude em relação ao divórcio e os conflitos com o ex-cônjuge após o divórcio), em parte, explicam as diferenças nas mudanças da rede após a separação.

Wang & Amato (2000) consideram a ruptura conjugal como um processo stressante com o potencial de criar um grau de instabilidade considerável na vida da maioria dos indivíduos.

Para a constituição da amostra de famílias divorciadas, pretendíamos controlar a variável tempo decorrido após o divórcio parental, de modo a incluir sujeitos que estivessem a passar pelo divórcio dos pais ou que o tivessem vivenciado preferencialmente até um período máximo de 1 ano a esta parte. Esta foi uma limitação

ao presente estudo, pelo que na nossa opinião seria pertinente a realização de estudos que controlassem esta variável, bem como alargar o número da amostra, já que neste estudo se retiram conclusões pertinentes, mas devido ao reduzido número de sujeitos da amostra, esta não têm relevância estatística.

Seria interessante apostar num estudo representativo da amostra estudada, e não meramente estatístico, sobre a transição e ajustamento que os filhos de pais divorciados fazem ao processo de divórcio, para que permita alargar conhecimentos sobre esta realidade e assim, desenvolver programas de intervenção e adaptação adequados à população em causa. Desta forma não só poderíamos intervir na adaptação ao divórcio, como também prevenir questões médico-legais subjacentes a este processo quando vivenciado de forma desajustada, como constatado.

Bibliografia

- Amado, J. S. (2000). A técnica de Análise de Conteúdo. *Referência*, 5: 53-63.
- Amato, P. P. (1994). Life-span adjustment of children to their parents' divorce. *Future of Children*, 4(1): 143-164.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62: 1269–1287.
- Amato, P. R. (2003). Reconciling Divergent Perspectives: Judith Wallerstein, Quantitative Family Research, and Children of Divorce. *Family Relations*, 52(4): 332–339.
- Amato, P. R. & Booth, A. (2001). The Legacy of Parents' Marital Discord: Consequences for Children's Marital Quality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(4): 627-638.
- Amato, P. R. & Cheadle, J. E. (2008). Parental Divorce, Marital Conflict and Children's Behavior Problems: A Comparison of Adopted and Biological Children. *Social Forces*, 86(3): 1139-1161.
- Amato, P. R. & Fowler, F. (2002). Parenting Practices, Child Adjustment, and Family Diversity. *Journal of Marriage and Family* 64(3): 703–716.
- Amato, P. R. & Gilbreth, J. G. (1999). «Non-resident fathers and childrens well being: A meta-analysis». *Journal of Marriage and the Family*, 53: 43-58.
- Amato, P. R. & Previti, D. (2003). People's Reasons for Divorcing: Gender, Social Class, the Life Course, and Adjustment. *Journal of Family Issues*, 24(5): 602-626
- Amato, P. R., & Rodgers, S. J. (1999). Do attitudes toward divorce affect marital quality? *Journal of Family Issues*, 20: 69-86.
- Araújo, M. R. G. L. & Dias, C. M. S. B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de Psicologia*, 7(1): 919-1101

- Avanci, J. Q., Assis, S. G., Oliveira, R. V. C., Ferreira, R. M. & Pesce, R. P. (2007). Fatores Associados aos Problemas de Saúde Mental em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3): 287-294.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo* (Reto, L. & Pinheiro, A. Trad.). Lisboa: Edições 70. (obra original publicada em 1977).
- Barnes, G. G. (1999). Divorce transitions: Identifying risk and promoting resilience for children and their parental relationships. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25: 425-441.
- Basham, K. (1991) Book Review: Separating Together: How Divorce Transforms Families. *Affilia*, 14: 250-254
- Beck-Gernsheim, E. (2007). Artigo de Revisão: Understanding the Divorce Cycle - The Children of Divorce in Their Own Marriages de Wolfinger, NH. *Theory Culture Society*, 24(3): 173-176
- Berger, M. (1998). *A criança e o sofrimento da separação* (1ª ed). Lisboa: Climepsi
- Bertram A. (2006). *The relationship of parent involvement and postdivorce adjustment to the academic achievement and achievement motivation of school-aged children* [tese]. Stillwater: Oklahoma State University
- Bloom, B. L., Niles, R. L. & Tatcher, A. M. (1985). Sources of marital dissatisfaction among newly separated persons. *Journal of Family Issues*, 6: 359-373.
- Bodenmann, G., Charvoz, L., Bradbury, L. N., Bertoni, A., Lafrate, R. & Giuliani, C. (2007). The role of stress in divorce: A three-nation retrospective study. *Journal of Social and Personal Relationships*, 24(5): 707-728
- Bramlett, M. D., & Mosher, W. D. (2002). *Cohabitation, marriage, divorce, and remarriage in the United States*. National Center of Health Statistics. Vital Health Statistics, 23(22).
- Bulduc, J. L., Caron, S. L. & Logue, M. E. (2007). Effects of Parental Divorce on College Students. *Journal of Divorce & Remarriage*, 46(3/4): 83-104.

- Bumpass, L. L., Martin, T. C., & Sweet, J. A. (1991). The impact of family background and early marital factors on marital disruption. *Journal of Family Issues*, 12: 22-42.
- Burt, S. A., Barnes, A. R., McGue, M. & Iacono, W.G. (2008). Parental Divorce and Adolescent Delinquency: Ruling Out the Impact of Common Genes. *Developmental Psychology*, 44(6): 1668–1677.
- Cavanagh, S. E., Schiller, K. S., & Riegle-Crumb, C. (2006). Marital transitions, parenting, and schooling: Exploring the link between family-structure history and adolescents' academic status. *Sociology of Education*, 79: 329-354.
- Chen, J. & George, R. G. (2005). Cultivating Resilience in Children From Divorced Families. *The Family Journal*, 13(4): 452-455.
- Clarke-Stewart A. & Brentano C. (2006). *Divorce, causes and consequences*. New Haven: Yale University Press.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94: 95-120.
- Dantas, C., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, 14(29): 347-357.
- Dowling, E. & Gorell-Barnes, G. (1999). Children of Divorcing Families: A Clinical Perspective. *Clin Child Psychol Psychiatry*, 4(1): 39-50
- Elder, G. H. (1994). 'Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course'. *Social Psychology Quarterly* 57: 4–15
- Emery, R.E. (1988). *Marriage, divorce and children's adjustment*. Newbury Park, CA: Sage.
- Eymann A., Busaniche, J., Llera, J., De Cunto, C. & Wahren, C. (2009). Impact of divorce on the quality of life in school-age children. *Jornal de Pediatria*, 85(6): 547-552.
- Fabricius, W. V. & Luecken, L. J. (2007). Postdivorce Living Arrangements, Parent Conflict, and Long-Term Physical Health Correlates for Children of Divorce. *Journal of Family Psychology*, 21(2): 195–205.

- Farrington, D. P. (2005). Childhood Origins of Antisocial Behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12(3): 177–190.
- Farrington, D. P., Haas, H., Killias, M., Sattar, C. (2004). The Impact of Different Family Configurations on Delinquency. *British Journal of Criminology*: 44(4): 520-532.
- Fischer, T. M. C., Graaf, P. M. & Kalmijn, M. (2005). Friendly and Antagonistic Contact Between Former Spouses After Divorce: Patterns and Determinants. *Journal of Family Issues*, 26(8): 1131-1163
- Flowerdew, J. & Neale, B. (2003). Trying to Stay Apace: Children with Multiple Challenges in Their Post-Divorce Family Lives. *Childhood* 10(2): 147–161.
- Fonseca, A. (2002). *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica*. Coimbra, Livraria Almedina
- Forehand R., Wierson, M., Thomas, A. M., Fauber, R., Armistead, L., Kempton, T. & Long, N. (1991). A short-term longitudinal examination of young adolescent functioning following divorce: The role of family factors. *Journal Abnormal Child Psychoogy*, 19: 97–111.
- Fox, G. L. & Blanton, P. W. (1995). Noncustodial Fathers Following Divorce. *Marriage & Family Review*, 20(1/2): 257-282.
- Gähler, M. (2006). "To Divorce Is to Die a Bit...": A Longitudinal Study of Marital Disruption and Psychological Distress Among Swedish Women and Men. *The Family Journal*, 14(4): 372-382.
- Gloger-Tippelt, G. & König, L. (2007). Attachment Representations in 6-Year-Old Children from One and Two Parent Families in Germany. *School Psychology International*, 28: 313.
- Graaf, P. M. & Kalmijn, M. (2006). Divorce Motives in a Period of Rising Divorce: Evidence From a Dutch Life-History Survey. *Journal of Family Issues*, 27(4): 483-505
- Greene, S. M., Anderson, E. R., Hetherington, E. M., Forgatch, M. S., & DeGarmo, D. S. (2003). *Risk and resilience after divorce*. In F. Walsh (Ed.), *Normal family*

processes: Growing diversity and complexity (3 ed., pp. 96-120). New York: Guilford

Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108: 267-290

Grzybowski, L. S. & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1): 77-87.

Haas, H., Farrington, D. P., Killias, M. & Satta, G. (2004). The impact of different family configurations on delinquency. *The British Journal of Criminology*, 44(4): 520—532.

Hemrica, J. & Heyting, F. (2004). Tacit notions of childhood an analysis of discourse about child participation in decision-making regarding arrangements in case of parental divorce. *Childhood*, 11(4): 449—468.

Hetherington, E. M. (1999). *Coping with divorce, single parenting, and remarriage: a risk and resiliency perspective* (1ª ed). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Hetherington, E. M. (2003). Social Support and the Adjustment of Children in Divorced and Remarried Families. *Childhood*, 10(2): 217-236.

Hetherington, E. M. & Stanley-Hagan, M. (2002). 'Parenting in Divorced and Remarried Families', in M. Bornstein (ed.) *Handbook of Parenting*, pp. 287—316. 2 ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Houseknecht, S. K. & Hango, D. W. (2006). The Impact of Marital Conflict and Disruption on Children's Health. *Youth Society*, 38(1): 58-89.

Holley, P., Yabiku, S. & Benin, M. (2006). The Relationship Between Intelligence and Divorce. *Journal of Family Issues*, 27(12): 1723-1748.

Instituto Nacional de Estatística. (2010). Casamentos dissolvidos por divórcio (N.º) por Local de última residência da família e Duração do casamento anterior. Acedido a 27 de Junho de 2010 em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000001&contexto=bd&selTab=tab2.

- Johnson, P., Buboltz, W. C. & Nichols, C. N. (1999). Parental Divorce, Family Functioning, and Vocational Identity of College Students. *Journal of Career Development*, 26(2): 137-146.
- Johnson, P., Thorngren, J. M. & Smith, A. J. (2001). Parental Divorce and Family Functioning: Effects on Differentiation Levels of Young Adults. *The Family Journal*, 9(3): 265-272.
- Kalmijn, M. & van Groenou, M. B. (2005). Differential effects of divorce on social integration. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(4): 455–476
- Kapinus, C. A. (2004). The Effect of Parents' Attitudes toward Divorce on Offspring's Attitudes: Gender and Parental Divorce as Mediating Factors. *Journal of Family Issues*, 25(1): 112-135
- Karney, B. R. & Bradbury, T. N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin*, 118: 3–34.
- Kelly, J. B. (2003). Changing perspectives on children's adjustment following divorce a view from the United States. *Childhood* 10(2): 237–254.
- Kowaleski-Jones, L. & Dunifon, R. (2004). Children's Home Environments: Understanding the Role of Family Structure Changes. *Journal of Family Issue*. 25(3).
- Lansford, J. E, Malone, P. S., Castellino, R. S., Dodge, K. A., Pettit, G. S. & Bates, J. S. (2006). Trajectories of Internalizing, Externalizing, and Grades for Children Who Have and Have Not Experienced Their Parents' Divorce or Separation. *Journal of Family Psychology*, 20(2): 292–301.
- Lehrer, E. L. (2006). Age at Marriage and Marital Instability: Revisiting the Becker-Landes-Michael Hypothesis. IZA Discussion Papers, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Leitão, A. M. (2009). *Da Acção de Divórcio*. Almeida & Leitão Editora
- Maise, J. M. (2008). Artigo de Revisão: Defusing the High-Conflict Divorce - A Treatment Guide for Working with Angry Couples, de Gaulier, B., Margerum, J., Price, J. & Windell, J. Atascadero, C. A. *The Family Journal*, 16(2): 183-185.

- McIntyre, A., Heron, R. L., McIntyre, M. D., Burton, S. J. & Engler, J. N. (2003). *College students from families of divorce: keys to their resilience. Applied Developmental Psychology, 24*(6): 17–31.
- Mitcham-Smith, M. & Henry, W. J. (2007). High-Conflict Divorce Solutions: Parenting Coordination as an Innovative Co-Parenting Intervention. *The Family Journal, 15*(4): 368-373
- Morris, M. H. & West, C. (2001). Post-Divorce Conflict and Avoidance of Intimacy. *Journal of Divorce & Remarriage, 35*(3/4): 93-103.
- Moxnes, K. (2003). Risk Factors in Divorce: Perceptions by the Children Involved. *Childhood, 10*(2): 131-146.
- Neale, B. (2002). Dialogues with Children: Children, Divorce and Citizenship. *Childhood, 9*(4): 455-475.
- Nunes-Costa R. A., Lamela, D. J. & Figueiredo B.F. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria, 85*(5): 385-396
- Ofra A. & Adina, F. (1993). *Chain reaction: children and divorce*. Londres: Jessica Kingsley
- Orellana, R. V., Vallejo, F. S. & Vallejo, P. S. (2004). Separación o divorcio: Trastornos psicológicos en los padres y los hijos. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría, 92*: 91-110.
- Pike, L. T. (2003). The Adjustment of Australian Children Growing up in Single-Parent Families as Measured by Their Competence and Self-Esteem. *Childhood, 10*(2): 181-200.
- Pong, S. L. & Ju, D. B. (2000). The effects of change in family structure and income on dropping out of middle and high school. *Journal of Family Issues, 21*: 147-169.
- Poortman, A. R. & Voorpostel, M. (2009). Parental Divorce and Sibling Relationships: A Research Note. *Journal of Family Issues, 30*(1): 74-91.
- Pruett, M. K., Williams, T. Y., Insabella, G. & Little, T. D. (2003). Family and Legal Indicators of Child Adjustment to Divorce Among Families With Young Children. *Journal of Family Psychology, 17*(2): 169–180.

- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família* (2ª ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Ribeiro, J. L. P. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*. Porto: Legis Editora.
- Schick, A. (2002). Behavioral and emotional differences between children of divorce and children from intact families: Clinical significance and mediating processes. *Swiss Journal of Psychology*, 61(1): 5–14
- Sewell, W. H., Hauser, R. M., & Wolf, W. C. (1980). Sex, schooling, and occupational status. *American Journal of Sociology*, 86: 551-583.
- Shapiro, A. (2003). Later-Life Divorce and Parent-Adult Child Contact and Proximity: A Longitudinal Analysis. *Journal of Family Issues*, 24(2): 264-285.
- Simons, L. G., Chen, Y. F., Simons, R. L., Brody, G. & Cutrona, C. (2006). Parenting Practices and Child Adjustment in Different Types of Households: A Study of African American Families. *Journal of Family Issues*, 27(6): 803-825.
- Sommers-Flanagan, J. & Barr, L. (2005). Three Constructive Interventions for Divorced, Divorcing, or Never-Married Parents. *The Family Journal*, 13(4): 482-486.
- Souza, R. M. (2000). Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3): 203-211.
- Sparrenberger, F., Santos, I. & Lima, RC. (2004). Associação de eventos de vida produtores de estresse e mal-estar psicológico: um estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(1): 249-258
- Stewart, A. J., Copeland, A. P., Chester, N. L., Malley, J. E. & Barenbaum, N. B. (1997). *Separating Together: How Divorce Transforms Families*. New York: Guilford, 293 pp.
- Sun, Y. & Li, Y. (2001). Marital Disruption, Parental Investment, and Children's Academic Achievement : A Prospective Analysis. *Journal of Family Issues*, 22: 27-61
- Sun, Y. & Li, Y. (2009). Postdivorce Family Stability and Changes in Adolescents Academic Performance: A Growth-Curve Model. *Journal of Family Issues*, 30(11): 1527-1555

- Szelbracikowski, AC, Dessen, MA. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares. *Psicologia em Estudo*, 12(1): 33-40
- Teixeira, C. C. S. B. (2008). O jovem delinquente em contexto escolar. *Dissertação de Mestrado em Administração e Planificação da Educação, Universidade Portucalense, 2008.*
- Terhell, E. L., van Groenou, M. L. B. & van Tilburg, T. (2004). Network dynamics in the long-term period after divorce. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(6): 719-738.
- Vandervalk, I., Spruijt, E., De Goede, M., Meeus, W. & Maas, C. (2004). Marital Status, Marital Process, and Parental Resources in Predicting Adolescents' Emotional Adjustment: A Multilevel Analysis. *Journal of Family Issues*, 25(3): 291-317.
- Wallerstein, J. S. (1991). The long term effects of divorce on children – a review. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 30: 349–360.
- Wang, H. & Amato, P. R. (2000). Predictors of Divorce Adjustment: Stressors, Resources, and Definitions. *Journal of Marriage and the Family* 62(3): 655–668.
- Wolfinger, N. (2000). Beyond the intergenerational transmission of divorce: Do people replicate the patterns of marital instability they grew up with? *Journal of Family Issues*, 21: 1061-1086.
- Wood, J. J., Repetti, R. L. & Roesch, S. C. (2004). Divorce and Children's Adjustment Problems at Home and School: The Role of Depressive/Withdrawn Parenting. *Child Psychiatry and Human Development*, 35(2): 121-142.

ANEXOS

Anexo I – Consentimento informado aos Encarregados de educação

Caros Pais / Encarregados de Educação,

Eu, Ana Martins, venho por este meio, pedir a vossa colaboração para concretizar um trabalho de investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Medicina Legal, em desenvolvimento no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. O objectivo do estudo é explorar a eventual relação entre comportamentos sociais dos adolescentes e divórcio parental. Para tal, necessitava que um dos pais/encarregado de educação me preenchesse um questionário e o seu filho/educando, preenchesse igualmente um questionário e respondesse a uma entrevista. Não existem respostas certas ou erradas; importa apenas que as respostas sejam sinceras. Os questionários contêm instruções no início e não requerem muito tempo de preenchimento (não ocuparão mais do que 10 minutos).

São garantidos, o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Agradeço desde já a disponibilidade.

Vila Real, 2 de Fevereiro de 2010

Declaro que concordo com a participação do meu educando na investigação acima referida.

Encarregado de educação

Para qualquer esclarecimento contactar Ana Martins, tlm 913 959 548:

Anexo II – Guião de entrevista aos filhos de pais divorciados

Entrevista aos Filhos¹

Esta entrevista a filhos de pais divorciados tem como objectivo recolher informação acerca da percepção do divórcio por parte dos filhos.

Os dados assim recolhidos são confidenciais e só serão usados para fins de investigação

Sexo: M ____ F ____

Número da família: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

1. O que é para ti uma família?

2. Quem faz parte de uma família?

3. Quem faz parte da tua família?

¹ Mestrado em Medicina Legal no ICBAS, 2009/2010, de Ana Martins, sob orientação da Professora Doutora Joana Oliveira

4. Em que consiste para ti o divórcio?

5. Concordaste com a regulação do poder paternal?

6. Na tua opinião porque é que os teus pais se divorciaram?

7. Lembras-te da primeira vez em que os teus pais te falaram acerca do divórcio?

8. Conta-me como foi essa primeira conversa. Como reagiste?

9. Quem teve essa conversa contigo?

10. Como te sentiste quando te disseram que se iam divorciar? Codifica nesta escala:

1	2	3	4
Muito mal	Mal	Bem	Muito bem

11. Em que “coisas” ficaste a pensar depois dessa conversa?

12. Tens ideia do número de vezes, que os teus pais falaram contigo acerca do divórcio?

13. Que sentimentos foram mais frequentes em relação ao divórcio dos teus pais?

14. O que achas da decisão deles?

15. Achas que és tratado(a) de forma diferente pelas pessoas saberem que és filho de pais divorciados?

16. Conheces outros filhos de pais divorciados?

17. Se sim falam sobre o divórcio dos vossos pais?

18. Falas deste assunto com outros colegas que não são filhos de pais divorciados?

19. Lembras-te bem dos primeiros dias depois dos teus pais divorciados?

20. Sentes que o divórcio dos teus pais fez de ti uma pessoa diferente?

21. Que áreas da tua vida alteraram? De que forma?

22. Emocionalmente sentes que alguma coisa mudou? Descreve.

23. Na escola como consideras o teu rendimento após o divórcio?

24. Na tua opinião o que poderia ter sido diferente no processo de divórcio dos teus pais?

Anexo III – YSR - Youth Self Report

**Questionário de auto avaliação para jovens
YSR 11-18 (® T.M. Achenbach, 1991)**

Tradução: A.C. Fonseca & M.R. Simões (U. Coimbra)
J.P. Almeida (Serviço de Pediatria – HGSJ, Porto)
M. Gonçalves & P. Dias (U. Minho)

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐ Ano de escolaridade: _____

Profissão do Pai (mesmo que actualmente não trabalhe): _____

Profissão da Mãe (mesmo que actualmente não trabalhe): _____

Data da aplicação: ____/____/____

Segue-se uma lista de frases que descrevem características de rapazes e raparigas. Lê cada uma delas e indica até que ponto elas descrevem a maneira como tu és/foste durante e após o processo de divórcio dos teus pais.

- Marca com uma (X) no 2 se a afirmação é MUITO VERDADEIRA ou é MUITAS VEZES VERDADEIRA;

- Marca com uma (X) no 1 se a afirmação é ALGUMAS VEZES VERDADEIRA:

- Se a descrição NÃO É VERDADEIRA, marca uma (X) no 0

Por favor responde a todas as descrições o melhor que possas, mesmo que algumas pareçam não se aplicar exactamente

0= Não verdadeira

1= Às vezes verdadeira

2= Muitas vezes verdadeira

0	1	2	1	Comporto-me de uma maneira demasiado infantil para a minha idade
0	1	2	2	Sou alérgico(a) (descreve): _____
0	1	2	3	Discuto muito
0	1	2	4	Tenho asma
0	1	2	5	Comporto-me como se fosse do sexo oposto
0	1	2	6	Gosto de animais
0	1	2	7	Sou fanfarrão ou gabarola
0	1	2	8	Não consigo concentrar-me, não consigo estar atento(a) durante muito tempo
0	1	2	9	Não consigo afastar certas ideias do pensamento; obsessões ou cismas (descreve): _____
0	1	2	10	Não sou capaz de ficar sentado(a) sossegado(a) ou quieto(a)
0	1	2	11	Sou demasiado dependente dos adultos
0	1	2	12	Sinto-me só
0	1	2	13	Sinto-me confuso(a), desorientado(a) ou como se estivesse num nevoeiro
0	1	2	14	Choro muito
0	1	2	15	Sou muito honesto
0	1	2	16	Sou mau para as outras pessoas
0	1	2	17	Sonho muitas vezes acordado(a)
0	1	2	18	Mago-me de propósito ou já tentei matar-me
0	1	2	19	Tento que me dêem muita atenção
0	1	2	20	Destruo as minhas próprias coisas
0	1	2	21	Destruo coisas da minha família ou de colegas
0	1	2	22	Desobedeço aos meus pais
0	1	2	23	Sou desobediente na escola
0	1	2	24	Não como tão bem como devia
0	1	2	25	Não me dou bem com os outros jovens
0	1	2	26	Não me sinto culpado(a) depois de fazer alguma coisa que não devia
0	1	2	27	Tenho ciúmes dos outros ou sou invejoso(a)
0	1	2	28	Estou pronto(a) a ajudar as outras pessoas quando necessitam de ajuda
0	1	2	29	Tenho medo de determinados animais, situações ou lugares, sem incluir a escola (descreve): _____
0	1	2	30	Tenho medo de ir para a escola
0	1	2	31	Tenho medo de pensar ou fazer qualquer coisa de mal
0	1	2	32	Sinto que tenho de ser perfeito(a)
0	1	2	33	Sinto que ninguém gosta de mim
0	1	2	34	Sinto que os outros andam atrás de mim para me apanharem; sinto-me perseguido(a)
0	1	2	35	Sinto-me sem valor ou inferior aos outros
0	1	2	36	Mago-me muito em acidentes
0	1	2	37	Meto-me em muitas lutas/brigas
0	1	2	38	Fazem pouco de mim frequentemente
0	1	2	39	Ando com rapazes ou raparigas que se metem em sarilhos
0	1	2	40	Ouçõ sons ou vozes que não existem (descreve): _____
0	1	2	41	Ajo sem pensar; sou impulsivo(a)
0	1	2	42	Gosto mais de estar sozinho(a) do que acompanhado(a)
0	1	2	43	Minto ou faço batota
0	1	2	44	Roo as unhas
0	1	2	45	Sou nervoso(a), irritável ou tenso(a)
0	1	2	46	Tenho tiques ou movimentos nervosos nalgumas partes do corpo (descreve): _____
0	1	2	47	Tenho pesadelos
0	1	2	48	Os outros rapazes ou raparigas não gostam de mim
0	1	2	49	Sou capaz de fazer algumas coisas melhor do que a maior parte dos rapazes ou raparigas
0	1	2	50	Sou demasiado medroso(a) ou ansioso(a)
0	1	2	51	Tenho tonturas

0	1	2	52	Sinto-me demasiado culpado(a)
0	1	2	53	Como demais
0	1	2	54	Sinto-me excessivamente cansado(a)
0	1	2	55	Tenho peso a mais
0	1	2	56	Tenho problemas físicos <u>sem causa médica conhecida</u> :
0	1	2	a	Dores (sem ser dores de cabeça)
0	1	2	b	Dores de cabeça
0	1	2	c	Náuseas, sinto-me enjoado(a)
0	1	2	d	Problemas com a vista (descreve):
0	1	2	e	Irritações de pele/borbulhas ou outros problemas de pele
0	1	2	f	Dores de estômago ou cólicas
0	1	2	g	Vômitos
0	1	2	h	Outros problemas
0	1	2		(descreve-os):
0	1	2	57	Agrido fisicamente outras pessoas
0	1	2	58	Arranco coisas da pele ou de outras partes do corpo
0	1	2		(descreve):
0	1	2	59	Posso ser muito amigável
0	1	2	60	Gosto de experimentar coisas ou situações novas
0	1	2	61	O meu trabalho escolar é fraco
0	1	2	62	Tenho fraca coordenação, sou desajeitado(a) ou desastrado(a)
0	1	2	63	Prefiro andar com rapazes ou raparigas mais velhos do que eu
0	1	2	64	Prefiro andar com rapazes ou raparigas mais novos do que eu
0	1	2	65	Recuso-me a falar
0	1	2	66	Repito várias vezes e com insistência as mesmas acções ou gestos; tenho compulsões
0	1	2		(descreve):
0	1	2	67	Fujo de casa
0	1	2	68	Grito muito
0	1	2	69	Sou reservado(a), guardo as coisas para mim mesmo
0	1	2	70	Vejo coisas que mais ninguém parece ser capaz de ver
0	1	2		(descreve):
0	1	2	71	Fico facilmente embaraçado(a) ou pouco à-vontade
0	1	2	72	Provoco fogos
0	1	2	73	Consigo trabalhar bem com as minhas mãos; faço bem trabalhos manuais
0	1	2	74	Gosto de me "exibir" ou de fazer palhaçadas
0	1	2	75	Sou envergonhado(a) ou tímido(a)
0	1	2	76	Durmo menos que a maior parte dos rapazes ou raparigas
0	1	2	77	Durmo mais do que a maior parte dos rapazes ou raparigas, durante o dia e/ou durante a noite (descreve):
0	1	2	78	Tenho boa imaginação
0	1	2	79	Tenho problemas de linguagem ou dificuldades de articulação das palavras
0	1	2		(descreve):
0	1	2	80	Luto pelos meus direitos
0	1	2	81	Roubo coisas em casa
0	1	2	82	Roubo coisas fora de casa
0	1	2	83	Acumulo coisas de que não preciso
0	1	2		(descreve):
0	1	2	84	Faço coisas que as outras pessoas acham estranhas
0	1	2		(descreve):
0	1	2	85	Tenho pensamentos ou ideias que as outras pessoas acham estranhas
0	1	2		(descreve):
0	1	2	86	Sou teimoso(a)
0	1	2	87	Tenho mudanças repentinas de disposição ou sentimentos
0	1	2	88	Gosto de estar com outras pessoas
0	1	2	89	Sou desconfiado(a)
0	1	2	90	Digo palavrões ou uso linguagem obscena
0	1	2	91	Penso em matar-me
0	1	2	92	Gosto de fazer rir os outros

0	1	2	93	Falo demasiado
0	1	2	94	Arrelio muito os outros
0	1	2	95	Tenho um temperamento exaltado
0	1	2	96	Penso demasiado em sexo
0	1	2	97	Ameaço magoar/ferir as pessoas
0	1	2	98	Gosto de ajudar os outros
0	1	2	99	Preocupo-me demasiado em estar limpo e asseado
0	1	2	100	Tenho dificuldades em dormir (descreve): _____
0	1	2	101	Falto às aulas ou à escola
0	1	2	102	Não tenho muita energia
0	1	2	103	Sou infeliz, triste ou deprimido(a)
0	1	2	104	Falo mais alto que a maior parte dos rapazes e raparigas
0	1	2	105	Consumo álcool ou drogas (descreve): _____
0	1	2	106	Tento ser justo com os outros
0	1	2	107	Gosto de uma boa anedota
0	1	2	108	Gosto de viver tranquilamente, sem grandes preocupações
0	1	2	109	Procuo ajudar as outras pessoas sempre que posso
0	1	2	110	Desejava ser do sexo oposto
0	1	2	111	Evito envolver-me com os outros
0	1	2	112	Preocupo-me muito

Por favor, indica qualquer coisa que possa descrever os teus sentimentos, o teu comportamento ou os teus interesses:

I

Por favor enumera os desportos que mais gostas de praticar. Por exemplo: natação, futebol, patinagem, skate, andar de bicicleta, pesca, etc.

Tempo - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, passas aproximadamente quanto tempo a praticar cada um? (1 - Menos que a média, 2 - Médio, 3 - Mais que a média)

Competência - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, em que grau consegues sair-te bem em cada um (1 - Pior que a média, 2 - Médio, 3 - Melhor que a média)?

Não pratico nenhum desporto ☐

Desporto	Tempo			Competência		
	Menos	Médio	Mais	Pior	Médio	Melhor
a.	1	2	3	1	2	3
b.	1	2	3	1	2	3
c.	1	2	3	1	2	3

II

Por favor enumera os teus passatempos, actividades e jogos favoritos que não sejam desporto. Por exemplo: selos, bonecas, livros, piano, trabalhos manuais, cantar, etc. (Não incluas ouvir rádio ou ver televisão).

Tempo - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, passas aproximadamente quanto tempo a praticar cada um? (1 - Menos que a média, 2 - Médio, 3 - Mais que a média).

Competência - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, em que grau consegues sair-te bem em cada um (1 - Pior que a média, 2 - Médio, 3 - Melhor que a média)?

Não faço nenhum passatempo, actividade ou jogo ☐

Passatempo, actividade ou jogo	Tempo			Competência		
	Menos	Médio	Mais	Pior	Médio	Melhor
a.	1	2	3	1	2	3
b.	1	2	3	1	2	3
c.	1	2	3	1	2	3

III

Por favor enumera quaisquer organizações, clubes, equipas ou grupos a que pertences.

Grau de actividade - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, em que grau és activo em cada um (1 - Menos activo, 2 - Médio, 3 - Mais activo)?

Não pertenço a nenhuma organização, clube ou grupo ☐

Organização, clube ou grupo	Actividade		
	Menos	Médio	Mais
a.	1	2	3
b.	1	2	3
c.	1	2	3

IV

Por favor enumera quaisquer empregos ou tarefas que tenhas habitualmente. Por exemplo: dar explicações, tomar conta de crianças, fazer a cama, etc.

Grau de competência - Em comparação com outros rapazes ou raparigas da tua idade, em que grau consegues desempenhá-los bem (1 - Abaixo da média, 2 - Médio, 3 - Acima da média)?

Não faço nenhuma tarefa ☐

Tarefa	Competência		
	Abaixo	Médio	Acima
a.	1	2	3
b.	1	2	3
c.	1	2	3

V

1. Tens aproximadamente quantos(as) amigos(as) íntimos(as)? (coloca uma cruz)

Nenhum amigo ☐ 1 amigo ☐ 2 ou 3 amigos ☐ 4 ou mais amigos ☐

2. Aproximadamente quantas vezes por semana é que fazes alguma coisa com eles(as) (coloca uma cruz)?

Menos que 1 vez ☐ 1 ou 2 vezes ☐ 3 ou mais vezes ☐

VI.

Em comparação com outros rapazes e raparigas da tua idade, até que ponto consegues relacionar-te com as seguintes pessoas? (Responde da seguinte forma: 1 - Pior, 2 - Próximo(a) da média, 3 - Melhor):

Não tenho irmãos ☐

	Pior	Médio	Melhor
a. Consigo relacionar-me adequadamente com os meus irmãos e irmãs?	1	2	3
b. Consigo relacionar-me adequadamente com outros rapazes e raparigas?	1	2	3
c. Consigo comportar-me adequadamente em relação aos meus pais?	1	2	3
d. Consigo divertir-me e trabalhar sozinho?	1	2	3

VII

Relativamente a cada uma das disciplinas escolares da tabela, indica como têm sido os teus resultados a cada uma delas (0 - Maus resultados, 1 - Abaixo da média, 2 - Médio, 3 - Acima da média)

Disciplinas	Maus resultados	Abaixo da Média	Médio	Acima da Média
a. Português	0	1	2	3
b. Francês e/ou Inglês	0	1	2	3
c. Matemática	0	1	2	3
d. História	0	1	2	3

Outras disciplinas escolares - por exemplo: Físico-Química, Biologia, Geografia, Educação Visual.

Disciplinas	Maus resultados	Abaixo da Média	Médio	Acima da Média
e.	0	1	2	3
f.	0	1	2	3
g.	0	1	2	3

Tens alguma doença ou deficiência física? Não ☐ Sim ☐

(Descreve-a, por favor _____)

Descreve qualquer preocupação que tenhas

Descreve o que tu tens de melhor

Anexo IV – CBCL - Child Behavior Checklist



INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
UNIVERSIDADE DO PORTO

Os questionários que se seguem visam a recolha de informação para elaboração de uma Tese de Mestrado em Medicina Legal no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto sobre a temática do Divórcio Parental.

Os dados recolhidos são confidenciais e servem exclusivamente para tratamento para a Tese em questão.

Não há respostas certas ou erradas.

Apenas se pede veracidade nas respostas

**Questionário de Comportamentos da Criança
CBCL 4-18 (® T. M. Achenbach, 1991)**

Tradução: A.C. Fonseca & M.R. Simões (U. Coimbra)

J.P. Almeida (Serviço de Pediatria – HGSJ, Porto)

M. Gonçalves & P. Dias (U. Minho)

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento: __/__/____

Idade: ____anos

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Ano de Escolaridade : _____

Escala Preenchida por: Mãe ☐ Pai ☐ Outro: _____ ☐

Profissão do Pai (mesmo que actualmente não trabalhe): _____

Profissão da Mãe (mesmo que actualmente não trabalhe): _____

Data de Avaliação: __/__/____

Segue-se uma lista de frases que descrevem características de crianças e jovens. Leia cada uma delas e indique até que ponto elas descrevem a maneira como o seu filho(a) é/foi durante e após o processo de divórcio/separação

-Marque uma cruz (X) no 2 se a afirmação é MUITO VERDADEIRA ou é MUITAS VEZES VERDADEIRA em relação ao seu filho;

-Marque uma cruz (X) no 1 se a afirmação é ALGUMAS VEZES VERDADEIRA;

-Se a descrição NÃO É VERDADEIRA, marque uma cruz (X) no 0.

Por favor, responda a todas as descrições o melhor que possa, mesmo que algumas pareçam não se aplicar ao seu filho(a).

0= Não verdadeira

1= Às vezes verdadeira

2= Muitas vezes verdadeira

0	1	2	1	Age de uma maneira demasiado infantil para a sua idade
0	1	2	2	É alérgico(a) (descreva) _____
0	1	2	3	Discute muito
0	1	2	4	Tem asma
0	1	2	5	Comporta-se como se fosse do sexo oposto
0	1	2	6	Faz as suas necessidades fora da casa de banho
0	1	2	7	É fanfarrão ou gabarola
0	1	2	8	Não consegue concentrar-se, não consegue estar atento(a) durante muito tempo
0	1	2	9	Não consegue afastar certas ideias do pensamento; obsessões ou cismas (descreva): _____
0	1	2	10	Não é capaz de ficar sentado(a) sossegado(a), é muito activo(a) ou irrequieto(a)
0	1	2	11	Agarra-se aos adultos ou é muito dependente
0	1	2	12	Queixa-se de solidão
0	1	2	13	Fica confuso(a) ou desorientado(a) (parece não saber onde está)
0	1	2	14	Chora muito
0	1	2	15	É cruel com os animais
0	1	2	16	Manifesta crueldade, ameaça ou é mau para os outros
0	1	2	17	Sonha acordado(a) ou perde-se nos seus pensamentos
0	1	2	18	Magoa-se de propósito ou já fez tentativas de suicídio
0	1	2	19	Exige muita atenção
0	1	2	20	Destrói as suas próprias coisas
0	1	2	21	Destrói coisas da sua família ou de outras crianças
0	1	2	22	É desobediente em casa
0	1	2	23	É desobediente na escola
0	1	2	24	Não come bem
0	1	2	25	Não se dá bem com outras crianças
0	1	2	26	Não parece sentir-se culpado(a) depois de se ter comportado mal
0	1	2	27	Tem ciúmes com facilidade, é invejoso(a)
0	1	2	28	Come ou bebe coisas que não são próprias para comer (descreva): _____
0	1	2	29	Tem medo de determinados animais, situações ou lugares, sem incluir a escola (descreva): _____
0	1	2	30	Tem medo de ir para a escola
0	1	2	31	Tem medo de pensar ou fazer qualquer coisa de mal
0	1	2	32	Sente que tem de ser perfeito(a)
0	1	2	33	Sente ou queixa-se que ninguém gosta dele(a)
0	1	2	34	Sente que os outros andam atrás dele(a) para o apanharem; sente-se perseguido(a)
0	1	2	35	Sente-se sem valor ou inferior aos outros
0	1	2	36	Magoa-se muito, tem tendência para acidentes
0	1	2	37	Mete-se em muitas lutas/brigas
0	1	2	38	Fazem pouco dele(a) frequentemente
0	1	2	39	Anda com outras crianças/jovens que se metem em sarilhos
0	1	2	40	Ouve sons ou vozes que não existem (descreva): _____
0	1	2	41	É impulsivo(a) ou age sem pensar
0	1	2	42	Gosta mais de estar sozinho(a) do que acompanhado(a)
0	1	2	43	Mente ou faz batota
0	1	2	44	Rói as unhas
0	1	2	45	É nervoso(a), irritável ou tenso(a)
0	1	2	46	Tem movimentos nervosos ou tiques (descreva): _____

0	1	2	47	Tem pesadelos
0	1	2	48	As outras crianças/jovens não gostam dele(a)
0	1	2	49	Tem prisão de ventre, obstipação
0	1	2	50	É demasiado medroso(a) ou ansioso(a)
0	1	2	51	Sente tonturas
0	1	2	52	Sente-se demasiado culpado(a)
0	1	2	53	Come demais
0	1	2	54	Cansa-se demasiado
0	1	2	55	Tem peso a mais
0	1	2	56	Apresenta problemas físicos <u>sem causa médica conhecida:</u>
0	1	2	a	Dores (sem ser dores de cabeça)
0	1	2	b	Dores de cabeça
0	1	2	c	Náuseas, sente enjoos
0	1	2	d	Problemas com a vista (descreva): _____
0	1	2	e	Irritações de pele/Borbulhas ou outros problemas de pele
0	1	2	f	Dores de estômago ou cólicas
0	1	2	g	Vómitos
0	1	2	h	Outros problemas (descreva): _____
0	1	2	57	Agride fisicamente outras pessoas
0	1	2	58	Tira coisas do nariz, arranca coisas da pele ou de outras partes do corpo (descreva): _____
0	1	2	59	Mexe ou brinca com os seus órgãos sexuais em público
0	1	2	60	Mexe ou brinca demasiado com os seus órgãos sexuais
0	1	2	61	O seu trabalho escolar é fraco
0	1	2	62	Tem fraca coordenação, é desajeitado(a) ou desastrado(a)
0	1	2	63	Prefere andar com crianças/jovens mais velhos
0	1	2	64	Prefere andar com crianças/jovens mais novos
0	1	2	65	Recusa-se a falar
0	1	2	66	Repete várias vezes e com insistência as mesmas acções ou gestos; tem compulsões (descreva): _____
0	1	2	67	Foge de casa
0	1	2	68	Grita muito
0	1	2	69	É reservado(a), guarda as coisas para si mesmo
0	1	2	70	Vê coisas que não existem, que não estão presentes
0	1	2	71	Mostra-se embaraçado(a) ou pouco à-vontade
0	1	2	72	Provoca fogos
0	1	2	73	Tem problemas sexuais (descreva): _____
0	1	2	74	Gosta de se “exibir” ou de fazer palhaçadas
0	1	2	75	É envergonhado(a) ou tímido(a)
0	1	2	76	Dorme menos que a maior parte das crianças
0	1	2	77	Dorme mais do que a maior parte das crianças, durante o dia e/ou durante a noite (descreva): _____
0	1	2	78	Suja-se ou brinca com as fezes
0	1	2	79	Tem problemas de linguagem ou dificuldades de articulação das palavras (descreva): _____
0	1	2	80	Fica de olhar fixo e vazio
0	1	2	81	Rouba coisas em casa
0	1	2	82	Rouba coisas fora de casa
0	1	2	83	Acumula coisas de que não necessita (descreva): _____
0	1	2	84	Tem comportamentos estranhos (descreva): _____
0	1	2	85	Tem ideias estranhas (descreva): _____
0	1	2	86	É teimoso(a), mal-humorado(a) ou irritável

0	1	2	87	Tem mudanças repentinas de disposição ou sentimentos
0	1	2	88	Amua muito
0	1	2	89	É desconfiado(a)
0	1	2	90	Diz palavrões ou usa linguagem obscena
0	1	2	91	Fala em matar-se
0	1	2	92	Fala ou anda durante o sono (descreva): _____
0	1	2	93	Fala demasiado
0	1	2	94	Arrelia muito os outros
0	1	2	95	Tem birras, temperamento exaltado
0	1	2	96	Pensa demasiado em sexo
0	1	2	97	Ameaça as pessoas
0	1	2	98	Chupa no dedo
0	1	2	99	Preocupa-se demasiado com a limpeza e o asseio
0	1	2	100	Tem dificuldades em dormir (descreva): _____
0	1	2	101	Falta à escola sem razão (por “vadiagem”)
0	1	2	102	É pouco activo(a), vagaroso(a), tem falta de energia
0	1	2	103	Infeliz, triste ou deprimido(a)
0	1	2	104	É invulgarmente barulhento(a)
0	1	2	105	Consome álcool ou drogas (descreva): _____
0	1	2	106	Comete actos de vandalismo
0	1	2	107	Urina-se durante o dia
0	1	2	108	Urina na cama
0	1	2	109	Choraminga
0	1	2	110	Gostaria de ser do sexo oposto
0	1	2	111	Isola-se, não se mistura nem estabelece relações com os outros
0	1	2	112	É preocupado(a)
0	1	2	113	Por favor indique outros problemas do seu filho(a) que não tenham ainda sido referidos:
0	1	2		_____
0	1	2		_____
0	1	2		_____

VERIFIQUE, POR FAVOR, SE RESPONDEU A TODAS AS QUESTÕES.
SUBLINHE AS QUE O(A) PREOCUPAM DE UM MODO PARTICULAR.

I

Por favor enumere os desportos favoritos do seu filho(a). Por exemplo: natação, futebol, patinagem, skate, andar de bicicleta, pesca, etc.

Tempo - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, passa aproximadamente quanto tempo a praticar cada um? (1 - Menos que a média, 2 - Médio, 3 - Mais que a média)

Competência - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, em que grau consegue sair-se bem em cada um (1 - Pior que a média, 2 - Médio, 3 - Melhor que a média)?

Não pratica nenhum desporto ☐

Desporto	Tempo				Competência			
	Nã o sei	Men os	Médio	Mais	Não sei	Pior	Médio	Melhor
a.		1	2	3		1	2	3
b.		1	2	3		1	2	3
c.		1	2	3		1	2	3

II

Por favor enumere os passatempos, actividades e jogos favoritos do seu filho(a) que não sejam desporto. Por exemplo: selos, bonecas, livros, piano, trabalhos manuais, cantar, etc. (Não inclua ouvir rádio ou ver televisão).

Tempo - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, passa aproximadamente quanto tempo a praticar cada um? (1 - Menos que a média, 2 - Médio, 3 - Mais que a média).

Competência - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, em que grau consegue sair-se bem em cada um (1 - Pior que a média, 2 - Médio, 3 - Melhor que a média)?

Nenhum passatempo, actividade ou jogo ☐

Passatempo, actividade ou jogo	Tempo				Competência			
	Nã o sei	Men os	Médio	Mais	Não sei	Pior	Médio	Melhor
a.		1	2	3		1	2	3
b.		1	2	3		1	2	3
c.		1	2	3		1	2	3

III

Por favor enumere quaisquer organizações, clubes, equipas ou grupos a que o seu filho(a) pertença.

Grau de actividade - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, em que grau é activo em cada um (1 - Menos activo, 2 - Médio, 3 - Mais activo)?:

Não pertence a nenhuma organização, clube ou grupo ☐

	Actividade			
Organização, clube ou grupo	Não sei	Menos	Médio	Mais
a.		1	2	3
b.		1	2	3
c.		1	2	3

IV

Por favor enumere quaisquer empregos ou tarefas do seu filho(a). Por exemplo: dar explicações, tomar conta de crianças, fazer a cama, etc.

Grau de competência - Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, em que grau consegue desempenhá-los bem (1 - Abaixo da média, 2 - Médio, 3 - Acima da média)?

Não desempenha nenhuma tarefa ☐

	Competência			
Tarefa	Não sei	Abaixo	Médio	Acima
a.		1	2	3
b.		1	2	3
c.		1	2	3

V

1. O seu filho(a) tem aproximadamente quantos(as) amigos(as) íntimos(as)? (Não inclua irmãos ou irmãs)

Nenhum amigo ☐ 1 amigo ☐ 2 ou 3 amigos ☐ 4 ou mais amigos ☐

2. O seu filho(a) tem actividades com os amigos(as) fora das horas de aula aproximadamente quantas vezes por semana? (Não inclua irmãos e irmãs)

Menos que 1 vez ☐ 1 ou 2 vezes ☐ 3 ou mais vezes ☐

VI.

Em comparação com outras crianças/jovens da mesma idade, até que ponto o seu filho(a) consegue relacionar-se com as seguintes pessoas? (Responda da seguinte forma: 1 - Pior, 2 - Próximo(a) da média, 3 - Melhor):

Não tem irmãos ☐

	Pior	Médio	Melhor
a. Consegue relacionar-se adequadamente com os seus irmãos e irmãs?	1	2	3
b. Consegue relacionar-se adequadamente com outras crianças/jovens?	1	2	3
c. Consegue comportar-se adequadamente em relação aos pais?	1	2	3

d. Consegue divertir-se e trabalhar por si próprio(a)?	1	2	3

VII

1. Para crianças com 6 ou mais anos de idade- Relativamente a cada uma das disciplinas escolares da tabela, indique como têm sido os resultados a cada uma delas (0 - Maus resultados, 1 - Abaixo da média, 2 - Médio, 3 - Acima da média)

Disciplinas	Maus resultados	Abaixo da Média	Médio	Acima da Média
a. Português	0	1	2	3
b. Francês e/ou Inglês	0	1	2	3
c. Matemática	0	1	2	3
d. História	0	1	2	3

Outras disciplinas escolares - por exemplo: Físico-Química, Biologia, Geografia,

Educação Visual.

Disciplinas	Maus resultados	Abaixo da Média	Médio	Acima da Média
e.	0	1	2	3
f.	0	1	2	3
g.	0	1	2	3

2. O seu filho(a) frequenta algum estabelecimento ou classe de ensino especial?

Não ☐ Sim ☐

(Que tipo de estabelecimento ou classe? _____)

3. O seu filho(a) repetiu algum ano?

Não ☐ Sim ☐

(Qual e porquê? _____)

4. O seu filho(a) teve algum problema na escola, de aprendizagem ou outro?

Não ☐ Sim ☐

Que tipo de problema? _____

Quando começaram esses problemas? _____

Os problemas mencionados já acabaram? _____

O seu filho(a) tem alguma doença, deficiência física ou mental?

Não ☐ Sim ☐ (Descreva-a, por favor _____)

Obrigada pela colaboração!

Anexo V – Questionário sociodemográfico/ questionário sobre o divórcio

Questionário a Pais sobre Processo de Divórcio²

Este questionário insere-se no âmbito do estudo “ Impacto do divórcio no comportamentos dos filhos. Factores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações Médico Legais, e tem como objectivo recolher informação junto de pais divorciados sobre o processo de divórcio.

Gostaria agora, que me fornecesse alguns dados importantes relativos ao processo de divórcio.

Dados sócio-demográficos

1. Idade: ____
2. Género: M____ F____
3. Agregado familiar composto por: _____
4. Profissão: _____
5. Habilitações Literárias: _____
6. Estado civil actual: _____
7. Ocupação actual:
 - Estudante ____
 - Trabalhador ____
 - Reformado ____
 - Desempregado ____
8. Percepção de saúde:
 - Saudável ____
 - Doente ____ . Especifique: _____
9. Uso de medicação:

² Mestrado em Medicina Legal no ICBAS, 2009/2010, de Ana Martins, sob orientação da Professora Doutora Joana Oliveira

- Regular _____
- Esporádica _____
- Não uso _____
- Outro _____. Especifique: _____

10. Uso de álcool:

- Regular _____
- Esporádico _____
- Não uso _____
- Outro _____. Especifique _____

11. Há quanto tempo decorreu o divórcio?

- Há mais de 1 ano. Quanto? _____
- Entre 6 meses e 1 ano
- Há menos de 6 meses

12. Que tipo de divórcio foi?

- Litigioso
- Mútuo consentimento

13. Decisão da separação

- Individual
- Conjunta

14. Alguém influenciou a separação?

- Não
- Sim a família
- Sim os amigos
- Sim outra pessoa. Quem: _____

15. Como é actualmente a relação com a família do ex-marido/ ex-mulher?

- É boa
- É razoável
- É má
- Não tenho qualquer relação

16. Tem/teve apoio por parte da família de origem de natureza

- Económica
- Emocional
- Outra: _____

17. Quais foram os factores que levaram ao divórcio?

- Outra relação
- Rotina ou indiferença
- Características de personalidade
- Degradação do relacionamento
- Maus-tratos
- Ciúmes
- Alcoolismo
- Emigrou
- Outra. Qual? _____

18. Como ficou a Regulação do Exercício do Poder Paternal?

- Com a mãe
- Com o pai
- Guarda conjunta

19. Como é o Regime de visitas?

- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Sempre que quer
- Raramente

- Nunca visitou

20. Tipo de relação antes do divórcio

- União de facto
- 1º Casamento
- 2º Casamento
- +

Grata pela colaboração!